

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
ESCOLA DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LUÍS GUSTAVO PEREIRA FERREIRA

“EMOLDURANDO O CARTÃO POSTAL ATRAVÉS
DO QUAL SE CONHECE SÃO PAULO”:
poder, hegemonia e conflito no tombamento
do Vale do Anhangabaú (1990-2000)

GUARULHOS

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO ESCOLA DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

LUÍS GUSTAVO PEREIRA FERREIRA

“EMOLDURANDO O CARTÃO POSTAL ATRAVÉS
DO QUAL SE CONHECE SÃO PAULO”:
poder, hegemonia e conflito no tombamento
do Vale do Anhangabaú (1990-2000)

**Dissertação apresentada a Escola de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade Federal de São
Paulo como requisito parcial para obtenção do título
de Mestre.**

**Área de concentração: História e Historiografia
Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique**

GUARULHOS

2015

FERREIRA, Luís Gustavo Pereira

“Emoldurando o cartão postal através do qual se conhece São Paulo”: poder, hegemonia e conflito no tombamento do Vale do Anhangabaú (1990-2000) / Luís Gustavo Pereira Ferreira. – Guarulhos, 2015.
165f.

Dissertação (Mestrado História e historiografia) – Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2015.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique

Título em inglês: “Framing the postcard through which is known Sao Paulo”: power, hegemony and conflict in listing of Anhangabau Valley (1990-2000).

1. História. 2. História do Brasil. 3. Patrimônio Cultural. 4. Conpresp. I. Atique, Fernando. II. “Emoldurando o cartão postal através do qual se conhece São Paulo”: poder, hegemonia e conflito no tombamento do Vale do Anhangabaú (1990-2000)

LUÍS GUSTAVO PEREIRA FERREIRA

“EMOLDURANDO O CARTÃO POSTAL ATRAVÉS
DO QUAL SE CONHECE SÃO PAULO”:

poder, hegemonia e conflito no tombamento
do Vale do Anhangabaú (1990-2000)

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História e Historiografia da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.
Área de concentração: História e Historiografia
Orientador: Prof. Dr. Fernando Atique**

Aprovado em 10 de dezembro de 2015

Prof. Dr. Fernando Atique

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

Dra. Ana Luiza Martins Camargo de Oliveira

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico
(CONDEPHAAT)

Prof. Dr. Odair da Cruz Paiva

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)

GUARULHOS

2015

À Vitoria, companheira de todas as horas.

Aos meus pais, João (*in memoriam*) e Zulma.

À minha irmã Aline.

Às minhas sobrinhas Nicole e Bruna, espelhos de mim mesmo.

Às minhas sobrinhas-netas Nathaliy e Yasmin, a nova geração.

Ao Jorge Celestino e ao Anderson Luís da Silva, amigos sempre presentes, mesmo à distância.

AGRADECIMENTOS

É lugar-comum em dissertações e teses se afirmar que o trabalho de pesquisa é um trabalho solitário, mas acredito que seja mais correto afirmar que é um trabalho individual, pois não o levamos a cabo sozinhos. Ele envolve, além do pesquisador, pessoas e instituições sem as quais a pesquisa não aconteceria, afinal o conhecimento só pode ser construído coletivamente.

Assim, gostaria de começar agradecendo meu querido orientador, prof. Dr. Fernando Atique, pela paciência, pela generosidade com que partilhou seus saberes, por me incentivar a alargar os horizontes ao mesmo tempo em que fortalecia meu compromisso com a ética e o rigor científicos, acima de tudo.

Ao prof. Dr. Odair da Cruz Paiva, agradeço a acolhida inicial no Programa de Pós-graduação em História da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da UNIFESP.

Agradeço a gentileza com que fui recebido pelas e pelos profissionais que concederam entrevista para esta pesquisa: em São Paulo, José Eduardo de Assis Lefèvre, José Roberto Pinheiro, Mirthes Baffi e Sarah Feldman; no Rio de Janeiro, Júlia Gali O'Donnel.

Na UNIFESP serei eternamente devedor das contribuições que tive de todo o corpo docente da área de Patrimônio, principalmente do meu orientador, Prof. Dr. Fernando Atique em sua disciplina *História, Espaço e Patrimônio Edificado*, e da Profa. Dra. Lucília Siqueira, que em sua disciplina *História, Memória e Patrimônio* me introduziu nas discussões sobre a memória e o patrimônio no ofício do historiador, frisando sempre que é um campo necessariamente multidisciplinar e permeado de conflitos. Tive ainda a honra de compartilhar com a profa. Lucília a experiência (rara no campo da História) de, em atividade profissional, por em prática o aprendizado construído em aula.

Meu agradecimento também, às e aos colegas do grupo *Cidade, arquitetura e preservação em perspectiva histórica* (CAPPH), com quem tive a oportunidade de discutir nossas pesquisas e aprender coletivamente.

À profa. Dra. Manoela Rufinoni, sempre gentil, agradeço as conversas e as sugestões.

Agradeço ao prof. Dr. Jaime Rodrigues, pela rica e firme arguição na banca de qualificação e pelas discussões sobre história e patrimônio, travadas desde o primeiro ano de graduação.

Minha gratidão, também, a Marly Rodrigues, mestra, conselheira, fonte, bibliografia, pelo diálogo franco e gentil.

Ainda na UNIFESP agradeço de coração ao Felipe Bueno Crispim, pelas conversas, à Jéssika Bezerra e ao Moisés Stahl, pelas conversas, planos e alegrias compartilhadas e por

palmilharem comigo os corredores e salas da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o espaço urbano que a cerca.

No Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) agradeço a acolhida que tive pelas profas. dras. Ana Lanna, Maria Lúcia Bressan Pinheiro, Beatriz Mugayar Kühl e pelo prof. dr. Paulo Garcez, que concederam a honra de frequentar seus cursos. Ainda nesta instituição agradeço à profa. Maria Lúcia Gitahy, sensível interlocutora.

Minha gratidão, também, à D. Norma Shizue Haru, da Seção São Paulo da Biblioteca Municipal Mário de Andrade, sempre gentil e solícita com os consulentes, verdadeiro anjo da guarda de quem pesquisa São Paulo naquela biblioteca. Esta pesquisa em muito lhe deve. Muito obrigado também às funcionárias e aos funcionários destas instituições: em Guarulhos, Biblioteca da EFLCH/UNIFESP; em São Paulo, Biblioteca da Pós-Graduação da FAUUSP, Biblioteca do Arquivo Histórico da Cidade de São Paulo (AHSP), Biblioteca Municipal Sylvia Orthof, Instituto dos Arquitetos do Brasil seção São Paulo (IAB-SP), Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), Arquivo do Departamento de Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, SPUrbanismo (em cuja guarda se encontra o acervo das antigas Empresa Municipal de Urbanismo/EMURB e Coordenadoria Geral do Planejamento-COGEPI); em Campinas, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), agradeço à Biblioteca Central, Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) e Centro de Memória; no Rio de Janeiro, agradeço ao Arquivo Central da Cidade e Instituto Pereira Passos.

À Vitória, amor de todas as horas, por tudo.

À FAPESP nosso agradecimento pela bolsa de fomento que permitiu que essa empreitada chegasse ao fim.

“Para nenhum grupo humano o espaço vital é um conjunto de objetos físicos, vazios de significados. Toda cultura, antiga ou moderna, de nações políticas e socialmente complexas ou de pequenos grupos de caçadores e coletores nômades, transforma o ‘espaço físico’ em ‘lugar’, ‘território’ ou ‘lar’. Essa regra não se aplica apenas aos espaços privados, ao interior de casas ou aos locais de culto. Ruas, caminhos, praças, campos, montanhas, rios, praia e mar são apropriados pelos grupos humanos de acordo com concepções que são próprias de seus modos de vida.”¹

¹ ARANTES, Antônio Augusto. Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 9.

RESUMO

Nesta pesquisa investigamos o processo de tombamento do Vale do Anhangabaú, localizado na região central da cidade de São Paulo, levado a termo pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo – CONPRESP, em 1992. Centramos nossa análise nos argumentos e concepções sobre cidade, patrimônio e preservação mobilizadas no processo e em seus documentos oficiais de patrimonialização, percebendo esse tombamento como uma tentativa de conformação de uma política de preservação, em que diversos atores mobilizaram valores, saberes e conceitos. As visões do técnico e da gestão municipal, buscando uma nova forma de preservar o patrimônio, e a recepção e o papel da sociedade são elementos que aqui discutidos. As relações político-administrativas da seara cultural com a gestão e com as demais áreas, como a do Planejamento, também foram objeto de nossa atenção. Outro aspecto é a relação entre este tombamento e os ferramentais próprios da gestão urbana, uma vez que ele se deu a partir de uma ação da área de planejamento do governo municipal, a Operação Urbana Anhangabaú, o que acabou por causar conflitos entre as áreas de planejamento e cultura. Para tanto, tomamos por baliza a bibliografia sobre patrimônio, arquitetura e cidade de São Paulo. Além do processo administrativo, utilizamos publicações do Departamento do Patrimônio Histórico e documentos produzidos sobre o tema, além de realizarmos entrevistas com profissionais cuja trajetória se relaciona com nosso objeto. Buscamos, concomitantemente, compreender a relação estabelecida no documento “processo de tombamento” entre a história da cidade e de seu centro e seu desenvolvimento urbano e a valoração de seu patrimônio, tendo sempre presente que o patrimônio é um campo de conflito. Investigamos também a relação entre a mancha urbana central enquanto artefato arquitetônico e as vivências e memórias construídas verificadas neste suporte. Estas vivências e memórias nem sempre estão claras quando se trata de patrimonialização de bens arquitetônicos, mas sua compreensão permite entender a arquitetura como uma escrita de relações cotidianas, portadora de suas contradições, o que nos faz acreditar em uma possível articulação entre patrimônio material e o que hoje chamamos de patrimônio imaterial, pela carga simbólica estabelecida entre a sociedade e o bem material em seu uso cotidiano, podendo ser inserido na noção de patrimônio ambiental urbano, em que o suporte tectônico está relacionado com os usos e valores sociais que se faz dele, compondo matéria e uso um mesmo ambiente, uma mesma paisagem, ainda que dinâmica.

Palavras-chave: São Paulo; Vale do Anhangabaú; Patrimônio; Tombamento; DPH; CONPRESP.

ABSTRACT

This research investigated the tipping process Anhangabaú Valley, located in the central region of São Paulo, brought to term by the City Council of Historic Preservation, Cultural and Environmental City of São Paulo - CONPRESP in 1992. We focus our analysis on the arguments and views on the city, heritage and preservation mobilized in the process and in its official documents patrimonialization, realizing that tipping as an attempt of forming a preservation policy, where different actors mobilized values, knowledge and concepts. Visions of technical and municipal management, seeking a new way to preserve the heritage, and the reception and the role of society are elements discussed here. The political-administrative relations of cultural harvest with management and other areas such as planning, were also the subject of our attention. Another aspect is the relationship between this tipping and own tooling of urban management, since he took from an action planning area of the municipal government, the Urban Operation Anhangabaú, which ended up causing conflicts between areas planning and culture. Therefore, we take a goal the literature on heritage, architecture and the city of São Paulo. In addition to the administrative process, we use publications of the Heritage Department and documents produced on the issue, and realize interviews with professionals whose trajectory is related to our object. We seek concomitantly understand the relationship established in the "tipping process" between the city's history and its center and its urban development and valuation of its assets, bearing in mind that the heritage is a field of conflict. We also investigated the relationship between the central urban area as architectural artifact and the experiences and memories built checked this support. These experiences and memories are not always clear when it comes to patrimonialization architectural assets, but their understanding allows us to understand architecture as a writing everyday relationships, carrier of its contradictions, which makes us believe in a possible link between material heritage and we now call the intangible heritage, the symbolic established between the company and the good stuff in your everyday use and can be inserted into the notion of urban environmental heritage, in which the support tectonic is related to the uses and social values that makes it composing matter and use the same environment, the same landscape, yet dynamic. To elaborate these interpretation, we have consulted literature on heritage, architecture and the city of São Paulo. In addition to main source of this research - the administrative process -, we use publications of the Heritage Department and documents produced on the subject. The possibility of being in contact with many social actors of this topic, guaranteed us some interviews with professionals whose trajectory is related to our object.

To elaborate these interpretation, we have consulted literature on heritage, architecture and the city of São Paulo. In addition to main source of this research - the administrative process -, we use publications of the Heritage Department and documents produced on the subject. The possibility of being in contact with many social actors of this topic, guaranteed us some interviews with professionals whose trajectory is related to our object.

One goal of this master's dissertation was to point out the statement that Heritage is, Always, a territory of conflicts. Following this conceptual alert, we seek, by the interpretation of the “Tombamento” process, a pathway in which the history of the city, and of its “centrality” could be verified as a seal for those arguments. With the same committal, we have investigated the relationship between the central urban area while architectural artifact and the experiences and memories built this support. These experiences and memories are not clear when they are transformed in cultural products by the “tombamento”, but their understanding allowed us to comprehend architecture as a writing daily relationships, carrier of its contradictions. This relationship show us a possible link between the material supports of the heritage, and its the intangible dimension, which is, by the daily-life, inserted in the social corpus, and transformed in a symbol of the urban environmental heritage. This interpretation of the heritage, discussed in this dissertation, allow us to say that the tectonical dimension of a cultural artifact interferes in the social life of a community.

Keywords: São Paulo; Anhangabaú Valley; Heritage; Listing; DPH; CONPRES

SUMÁRIO

Introdução.....	16
Patrimônio, tombamento e história.....	16
Tombamento: conceitos, caráter e características	19
O que é Vale ao Vale? Problemas espaciais na montagem preservacionista.....	23
A gênese da pesquisa	35
A estrutura do trabalho	37
I - A preservação em São Paulo, do DPH ao CONPRESP	39
1.1 - O DPH e a experiência do Departamento de Cultura	39
1.2 - A preservação do Patrimônio em São Paulo: do Planejamento à Cultura.....	45
1.2.1 - O Programa Toledo-Lemos e a Z8-200	45
1.2.2 - Decreto 9.414, de 15 de março de 1971 - Poder Executivo	48
1.2.3 - PL 230, de 27 de outubro de 1982 - Processo 3.945/82 - Poder Executivo	49
1.2.4 - PL 33/84- Processo 427/84 - vereador Marcos Mendonça	53
1.2.5 - PL 239/85 - Processo 3.173/85 - vereador Marcos Mendonça.....	58
II - “As múltiplas e contraditórias vozes do passado:” o tombamento do Vale do Anhangabaú e a Operação Urbana Anhangabaú.....	64
2.1 - O tombamento como processo	73
2.2 - O processo de tombamento enquanto documento	74
2.3 - Patrimônio e planejamento: relações possíveis	76
2.4 A mobilização do DPH e as ações preservacionistas em escala ampliada.....	90
2.4.1 - O IGEPACSP	90
2.4.2 - A preservação em escala ampliada em São Paulo	93
2.4.3 - Os núcleos urbanos e bairros tombados no Estado e no Município São Paulo.....	100
III - O tombamento do Vale do Anhangabaú	103
3.1 - Os agentes da preservação e a prática preservacionista do DPH	103
3.2 - Repercussões e recepção do tombamento na imprensa	107
3.3 - História e sociedade.....	112
3.4 - Memória e hegemonia	114
3.5 - Iniciativa privada e requalificação urbana no centro de São Paulo: a Associação Viva o Centro (AVC).....	123

Considerações Finais	129
Os novos sujeitos, as novas concepções e as novas práticas dos órgãos oficiais de patrimônio	129
Fonte	139
Entrevistas	140
Referências bibliográficas	141
Anexo I – Lista de prefeitos e prefeitas de São Paulo	152
Anexo II - Edificações e logradouros tombados e espaço envoltório	Erro! Indicador não definido.

LISTA DE ABREVIATURAS

ANPUH - Associação Nacional de História

BANESPA - Banco do Estado de São Paulo

BM&F - Bolsa Mercantil & Futuros

COGEP - Coordenadoria Geral do Planejamento

CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

CONPRESP - Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo

DOM - Diário Oficial do Município

DPH - Departamento de Patrimônio Histórico

EMPLASA - Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A.

EMURB - Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

IAB - Instituto dos Arquitetos do Brasil

IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

IGEPACSP - Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo

IPAC-BA - Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia

OAB - Ordem dos Advogados do Brasil

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PDS - Partido Democrático Social

PFL - Partido da Frente Liberal

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PROS - Partido Republicano da Ordem Social

PSD - Partido Social Democrático

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PV - Partido Verde

SEHAB - Secretaria de Habitação

SEMPLA - Secretaria Municipal do Planejamento

SMDU - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano

SNM - Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

STCT - Seção Técnica de Crítica e Tombamento

UNICAMP - Universidade de Campinas

UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

USP - Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIG. 1. ÁREA DA OPERAÇÃO URBANA ANHANGABAÚ.	26
FIG. 2. HOTEL ESPLANADA. DÉCADA DE 1930.	30
FIG. 3. PALACETES PRATES. DÉCADA DE 1940.	32
FIG. 4. EDIFÍCIO SAMPAIO MOREIRA. DÉCADA DE 1940.	33
FIG. 5. EDIFÍCIO ALTINO ARANTES (BANESPA). 2015.	34
FIG. 6. EDIFÍCIO MARTINELLI. DÉCADA DE 1920.	35
FIG. 7. OPERAÇÃO URBANA ANHANGABAÚ. S/D.	67
FIG. 8. VALE DO ANHANGABAÚ EM DIREÇÃO AO SUL. DÉCADA DE 1970.	68
FIG. 9. VALE DO ANHANGABAÚ EM DIREÇÃO AO SUL. 2015.	68
FIG. 10. VALE DO ANHANGABAÚ. DÉCADA DE 1970.	70
FIG. 11. VALE DO ANHANGABAÚ EM DIREÇÃO AO SUL. 2015.	71
FIG. 12. VALE DO ANHANGABAÚ. 1992.	72
FIG. 13. EDIFÍCIO CBI-ESPLANADA. DÉCADA DE 1950.	80
FIG. 14. VALE DO ANHANGABAÚ EM DIREÇÃO AO NORTE. 2011.	128

INTRODUÇÃO

PATRIMÔNIO, TOMBAMENTO E HISTÓRIA

Desde a 2ª Guerra Mundial, e no Brasil principalmente a partir dos anos 1970, os governos e a sociedade tem dado cada vez mais importância às questões relativas à definição, preservação e conservação do patrimônio cultural. No mesmo período, a agenda sobre a reelaboração do próprio conceito de patrimônio também alcançou importância, e discussões acerca de quem o define, gere e elabora suas políticas públicas grassaram no universo brasileiro.

Quer por razões ligadas ao direito de fruição dos bens culturais, quer por razões políticas ou econômicas, o patrimônio passou a ocupar um espaço maior na definição de políticas públicas e de planos de ação governamental, recebendo atenção e orçamento maiores, ainda que estes continuassem diminutos em comparação a outras rubricas. Também nesse período foi criado grande número de órgãos estaduais e municipais de patrimônio.

Nas últimas décadas também o meio acadêmico passou a dar maior atenção ao patrimônio. Se em período anterior o técnico era alguém egresso do meio acadêmico que por opção profissional assessorava os gestores, agora já se pesquisa, estuda e elabora políticas de patrimônio no seio da universidade. Antes restrito às faculdades de Arquitetura e Urbanismo, hoje o patrimônio é estudado em cursos de Antropologia, Geografia, Direito e História, com nuances próprias a cada uma das áreas que dialogam entre si e se complementam, ainda que este estudo não tenha se aprofundado. Segundo a historiadora Ana Luiza Martins,

nas universidades, em geral, o tema do patrimônio tem sido tratado de forma incipiente, merecendo mais atenção do ensino formal nos estados em que o patrimônio edificado se reveste de caráter excepcional, a exemplo de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Maranhão, sobretudo no que diz respeito às intervenções de restauro.²

Ainda segundo a autora, na região Sudeste apenas recentemente alguns departamentos de universidades têm se debruçado sobre o assunto, em particular com a sistematização das fontes do patrimônio.

Mencionando São Paulo, a autora cita o caso do Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade de Campinas (UNICAMP) e o curso de especialização da Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL). Podemos citar o Departamento de História da Universidade

² MARTINS, Ana Luiza. “Uma construção permanente”. In.: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 283.

Federal de São Paulo (UNIFESP), que inclui uma habilitação em Memória e Patrimônio, praticada desde 2010 como aprofundamento de estudos. É no âmbito desta habilitação que se insere esta pesquisa.

O campo da História é, tradicionalmente, pouco afeito ao universo do patrimônio como área de atuação. Apenas recentemente pode-se notar um incremento dessa temática, com o surgimento de grupos de trabalho (importante espaço permanente de produção e compartilhamento de pesquisa) em patrimônio nas seções estaduais e, em nível nacional, na Associação Nacional de História (ANPUH), a principal entidade de reflexão e debate dos historiadores. Esta nova agenda é, ao mesmo tempo, causa e consequência da maior inserção dos profissionais da área nas lides patrimoniais.

Afora as instituições acadêmicas citadas, verifica-se que de forma ainda bastante incipiente os órgãos de preservação, que oferecem suporte técnico aos conselhos de patrimônio, também elaboram pesquisa e produzem conhecimento sobre o campo do patrimônio. Algumas vezes, estes órgãos estabelecem diálogo mais direto com o meio acadêmico, permitindo a criação de redes de contribuição que, se efetivadas, poderiam fazer ganhar toda a seara dedicada à reflexão preservacionista.

É nessa perspectiva de compreensão da ampliação do conceito de patrimônio, da mudança de agentes e de políticas preservacionistas que nos inserimos. Procuramos, ao discutir o tombamento do Anhangabaú, apresentar, também, as transformações vividas no campo preservacionista, desde questões conceituais sobre tombamento até as questões políticas de ordem mais geral, mas que interferem nessa área, afinal, o patrimônio como cristalização de memórias e como ação cultural é um campo de poder.

O processo de tombamento do Vale do Anhangabaú, que totalizou 130 páginas, foi aberto através da Resolução 06/91, aprovada na reunião de 5 de abril de 1991, por sugestão da *Seção Técnica de Crítica e Tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico* (DPH³). A instrução do processo ficou a cargo dos arquitetos Rita de Cássia Alves e José Roberto dos Santos Pinheiro. A relatoria, no CONPRESP, coube à arquiteta Sarah Feldman. O tombamento foi aprovado no CONPRESP em 4 de dezembro de 1992, através da resolução 37/92, após 20 meses de tramitação.

Apesar do inegável diálogo existente entre os órgãos municipais e o estadual aqui tratados, que inspirou os órgãos municipais, inclusive quanto à estrutura orgânica, não nos debruçaremos sobre as semelhanças e diferenças entre os órgãos, salvo quando se fizer oportuno, pois a heterogeneidade na estrutura e na dinâmica dos órgãos são tais que exigiriam

³ Órgão da Secretaria Municipal da Cultura que, entre outras funções, efetua estudos sobre preservação, em nível municipal, e dá suporte técnico ao CONPRESP.

uma pesquisa à parte.

Crítérios, agentes, práticas, decisões não são atos aleatórios, advindos da boa vontade de “militantes da cultura”, mas, sim, resultado de tensões econômicas, políticas e ideológicas existentes na sociedade e refletidas no interior do Estado, que é quem define o que é patrimônio e o que, porque e como deve ser preservado.

Tensões como a que analisamos neste trabalho, manifestadas no processo de patrimonialização, permitem verificar as concepções de sociedade, de patrimônio e de cultura da administração municipal paulistana, e, ainda, de maneira mais detida, do próprio órgão técnico de preservação da mesma cidade.

Em linhas gerais, percebemos que as duas esferas do poder municipal possuíam concepções antagônicas em relação a um caso concreto, mas a análise histórica permitiu verificar que grande parte das discussões recaía sobre o tombamento.

O que tomar? Por que tomar? Quem pode tomar? Para que tomar? Essas questões, suscitadas em diversos momentos da nossa análise, permitem a compreensão de que o tombamento foi tomado como a palavra-ação da prática preservacionista paulistana, referendando a estrutura estabelecida no Serviço do Patrimônio no país.

O papel do técnico e seu saber, a relação entre planejamento e tombamento, o papel da sociedade naqueles tempos de abertura política, da possibilidade de inserção de novos atores sociais na cena política, são temas que norteiam nosso trabalho e apontam para a questão que buscamos responder: porque tomar o Vale do Anhangabaú, enfim?

Aliando à discussão das questões do patrimônio as preocupações típicas da história e do debate sobre a historiografia de São Paulo – compreendendo o que era visto como seu centro, tanto em plano físico como simbólico -, procuramos estabelecer uma relação entre grupos sociais, memória e patrimônio. Este último foi analisado de maneira a permitir a compreensão de como a história foi mobilizada por alguns, afim de divulgar uma suposta máxima de que a memória da cidade era unívoca, e presente em todos os paulistanos.

De maneira a permitir melhor compreensão de nossa argumentação, separamos, nesta introdução, alguns conceitos fundamentais. Dessa forma, a seguir, apresentam-se os aportes teóricos com os quais lidamos na análise histórica que procedemos.

TOMBAMENTO⁴: CONCEITOS, CARÁTER E CARACTERÍSTICAS

O tombamento instituiu-se no país, como forma de preservação do patrimônio, por meio da lei 378, de 13 de janeiro de 1937, que dava “*nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública*”. Em seu art. 46, esse diploma legal determinava que

Fica criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o país e de modo permanente, o **tombamento**, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional.⁵

Porém, sendo principal instrumento de preservação do patrimônio no Brasil, em todas as esferas, o tombamento é, por vezes, utilizado de forma inadequada, por exemplo, por motivos nem sempre relacionados com seu objetivo principal, como assegurar a permanência, com as características principais, de um bem⁶ material. Em parte isso ocorre porque, apesar de utilizado desde o final da década de 1930, o tombamento não tem ainda uma definição minimamente aceita por todos, seja os operadores da área cultural, seja os militantes do campo jurídico.

Segundo Hely Lopes Meireles, em *Direito Administrativo Brasileiro*, a expressão tombamento vem do direito português, significando *inventariar*, *arrolar* ou *inscrever* documentos relativos às propriedades da Coroa Portuguesa no arquivo do Reino, localizado na Torre do Tombo⁷. Porém, segundo Fernanda Ribeiro, inversamente, a torre possui essa

⁴ De acordo com o Dicionário Aurélio, tombamento é o ato de:

1. Fazer o tombo de; arrolar, inventariar;
2. [Por sob guarda do Estado], para os conservar e proteger, os bens móveis e imóveis cuja conservação e proteção seja do interesse público;

Segundo o mesmo dicionário, tombo é:

1. Inventário de terrenos demarcados;
2. Registro de coisas ou fatos relativos a uma especialidade ou a uma região.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa*. Coord.: Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. Curitiba: Positivo, 2008.

Conforme o Dicionário Houaiss, tombamento é o ato ou efeito de tombar, que significa (o governo) colocar sob sua guarda (bens imóveis e/ou móveis que, sendo de interesse público por seu valor histórico, arqueológico, etnográfico, artístico, paisagístico etc., devem ser conservados e protegidos pelo Estado). HOUAISS, Antônio, e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

⁵ BRASIL. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0378.htm. Acesso em 8 jun. 2013. Grifo nosso.

⁶ Utilizamos, ao longo desta pesquisa, o termo *bem* no sentido utilizado pela Economia, para a qual que segundo o dicionário Aurélio é mercadoria ou serviço que pode satisfazer uma necessidade humana. FERREIRA, A. *op. cit.*

⁷ MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, atualizado por Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 39 ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

denominação, por ali “se encontrar guardado o mais antigo livro de *Recabedo Regni*, ou Tombos da Coroa [...]”⁸

Quando foi instituído o *tombamento* no campo do patrimônio no Brasil⁹, o termo já era utilizado na administração pública, significando o registro de um bem como propriedade pública, identificado por um número, o número de tombo. Em Portugal a inscrição de um bem como patrimônio cultural é denominada *classificação*, do francês *classement*.

Na administração pública, tombar significa inserir, mediante catalogação, um bem no acervo de um órgão público. O tombo pode ser percebido pela identificação numérica em pequenas placas de metal afixadas em móveis, por exemplo, o que permite a verificação periódica relativamente à sua localização, existência e estado de conservação.

Tomba-se, também, um item no acervo de uma instituição cultural, como um livro em uma biblioteca, que se completa com a afixação de um número que o individualiza no acervo (que não se confunde com a catalogação sistemática); um documento em um arquivo ou um objeto em um museu. Nestes dois últimos casos a informação do número levará em consideração a necessidade de não afetar o bem, razão pela qual nem sempre se afixará a informação no próprio.

Na área do direito o instituto do tombamento é tema de debate intenso entre especialistas em Direito Administrativo, em relação a conceito, autores, abrangência, efeitos, consequências, entre outras nuances, como a própria possibilidade de seu cancelamento.

Para a profa. Maria Sylvia Zanella Di Pietro, em sua obra *Direito Administrativo*¹⁰, o tombamento tem por objetivo a tutela do patrimônio histórico e artístico nacional, e é sempre uma restrição parcial do direito de propriedade. Se a restrição for total, impedindo seu uso, será ilegal e implicará desapropriação indireta, acarretando indenização.

Em relação aos conceitos e características, Di Pietro afirma que o tombamento seria uma forma de intervenção do Estado na propriedade privada, para a proteção do patrimônio

⁸ RIBEIRO, Fernanda. *Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa* (Torre do Tombo)? Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1240.pdf, p. 1. Acesso em 10 set. 2015.

⁹ Conforme Telles, em análise dos anteprojetos de criação de um órgão nacional de proteção ao patrimônio, apresentados por Luís Cedro, Jair Lins, Wanderley Pinho e Mário de Andrade, foi este último quem sugeriu o tombamento como instrumento de proteção. Os demais haviam proposto catalogação ou classificação. TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio, *Proteção ao patrimônio cultural brasileiro: análise da articulação entre Tombamento e Registro*. Dissertação (Mestrado em Museologia e patrimônio). 115 fls. 2010. Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins. Ministério da Ciência e Tecnologia. (MAST/MCT). Rio de Janeiro, p. 43. Disponível em: ppg-pmus.mast.br/dissertacoes/Dissertacao_mario_pragmacio.pdf. Acesso em 10 set. 2015.

¹⁰ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1991. *passim*.

histórico e artístico nacional, passando o bem tombado a ser considerado *bem de interesse público*, ainda que guardado o seu caráter de propriedade privada, quando o for.

Ainda segundo Di Pietro, o tombamento é sempre uma *restrição parcial*, não ensejando indenização quando não impede o exercício dos direitos inerentes à propriedade.

Para a jurista, o tombamento é um procedimento administrativo, por não se realizar em um único ato, mas numa sucessão de atos preparatórios, essenciais à validade do ato final, que é a inscrição no Livro de Tombo.

Em relação aos efeitos, a professora afirma que o proprietário do bem tombado fica sujeito a obrigações como:

- **positivas**: fazer as obras de conservação necessárias à preservação do bem ou comunicar ao órgão que o tombou sobre a impossibilidade de fazê-lo;

- **negativas**: impossibilidade de destruir, demolir ou mutilar a coisa tombada, ou, sem autorização do órgão responsável, reparar, pintar, restaurar o bem tombado, ou ainda, se bem móvel, retirar do país sem autorização;

- **de suportar**: fica o proprietário sujeito à fiscalização do bem pelo órgão competente.

Para Di Pietro, o tombamento se constitui em *servidão administrativa*, sendo dominante o bem tombado e serviente os prédios vizinhos. Não podem os proprietários dos prédios servientes fazer construção que afete a visibilidade do bem tombado, colocar cartazes e anúncios. Essas restrições não fazem jus à indenização.

O caráter de servidão não fica claro nem mesmo no texto da profa. Di Pietro, pois em trecho seguinte a autora afirma que, ainda que o tombamento dependa de ato administrativo que individualize o bem tombado, não se trata de servidão, por não haver coisa dominante.

Aqui é interessante distinguir *Servidão de Limitação*. **Servidão**, para Di Pietro, é o direito real de gozo, de natureza pública, sobre propriedade alheia, com base em lei, por entidade pública ou seus delegados, em favor de um serviço público ou de um bem afetado a fim de utilidade pública¹¹.

Dito de outra forma, é a sujeição de um imóvel particular à alienação de seu domínio particular para atender a função social, retirando a possibilidade de uso pelo proprietário. O exemplo mais comum é o de um terreno sobre o qual passará linha de transmissão de energia elétrica em alta tensão.

Limitação é a imposição de certas normas às quais o imóvel está sujeito, mas que não impedem seu uso. Podemos citar, como exemplo, a impossibilidade de construir acima de determinada altura em razão das restrições impostas pela lei de zoneamento.

¹¹ DI PIETRO, M. S. Z., *op. cit.*, *passim*.

Lúcia Valle Figueiredo, em *Curso de Direito Administrativo*¹², lembra que o tombamento necessita de lei anterior que lhe dê validade, fazendo dele um ato vinculado, pois necessita atender à lei e ao devido processo legal.

Adilson Abreu Dallari, em *Temas de Direito Urbanístico 2*, entende que o tombamento se constitui servidão administrativa, pois o Poder Público absorve uma qualidade ou um valor já existente no bem tombado, para desfrute ou proveito da coletividade¹³. Ainda segundo o autor, o tombamento somente pode ser instituído por ato administrativo embasado em lei, ficando claros seus motivos determinantes e a possibilidade de manifestação do proprietário do bem em tombamento.

Para Dallari (e esse é um aspecto importante), o tombamento é um ato típico do Poder Executivo, e por essa razão não há previsão constitucional de tombamento pelo Legislativo e pelo Judiciário, tampouco é este ato necessário às atividades destes poderes. O tombamento, ainda segundo este jurista, é uma atividade infralegal, concreta, imediata, ativa e parcial, sendo, portanto, administrativa e cabendo, assim, ao Poder Executivo.

Já para Meireles, o valor histórico, artístico, cultural, científico ou ambiental deve ser proclamado pelo órgão administrativo incumbido dessa apreciação, sendo possível recurso pela parte prejudicada sobre os aspectos relativos ao procedimento jurídico e ao mérito do tombamento.¹⁴

Segundo Meireles, tombamento é a declaração pelo Poder Público do valor histórico, artístico, paisagístico, turístico, cultural ou científico de coisas ou locais [...] ¹⁵ e

realiza-se através de um procedimento administrativo vinculado, que conduz ao ato final da inscrição do bem num dos Livros do Tombo. Nesse procedimento deve ser notificado o proprietário do bem a ser tombado, dando-se-lhe oportunidade de defesa, na forma da lei. Nulo será o tombamento efetivado sem atendimento das imposições legais e regulamentares, pois que, acarretando restrições ao exercício do direito de propriedade, há que observar o devido processo legal para sua formalização, e essa nulidade pode ser pronunciada pelo Judiciário, na ação cabível, em que serão apreciadas tanto a legalidade dos motivos quanto a regularidade do procedimento administrativo em exame. [...] O tombamento tanto pode acarretar uma restrição individual quanto uma limitação geral. É restrição individual quando atinge determinado bem - uma casa, [por exemplo] - reduzindo os direitos do proprietário ou impondo-lhe encargos; é limitação geral quando abrange uma coletividade, obrigando-a a respeitar padrões urbanísticos ou arquitetônicos, como ocorre com o tombamento de locais históricos ou paisagísticos. [...] Concluído o tombamento definitivo, de imóvel particular ou público, deverá ser comunicado ao

¹² FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de Direito Administrativo*. 9 ed. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 314-318.

¹³ DALLARI Adilson Abreu, "Tombamento". In.: DALLARI, Adilson Abreu e FIGUEIREDO, Lúcia Valle (coord.). *Temas de Direito Urbanístico 2*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1991. p. 13

¹⁴ MEIRELES, H. L., *op. cit.*, p. 648

¹⁵ *Ibid.*, p. 648.

registro imobiliário competente, para averbação, à margem da transcrição do domínio (Dec.-lei 25/37), a fim de produzir efeitos perante terceiros.¹⁶

Para o jurista José Afonso da Silva¹⁷ o tombamento é a inscrição no livro do tombo.

É o ato do Poder Público que, reconhecendo o valor cultural (histórico, arqueológico, etnográfico, artístico ou paisagístico) de um bem, mediante sua inscrição no livro próprio, subordina-o a um regime jurídico especial que lhe impõe vínculos de destinação, de imodificabilidade e de relativa inalienabilidade.¹⁸

Ainda segundo Silva, o ato de tombamento é um ato vinculado, na medida em que depende de parecer técnico que o fundamenta, mas não vincula a autoridade competente, ou seja, o administrador não é obrigado a cancelar o tombamento ainda que haja parecer e decisão nesse sentido.¹⁹

Segundo Meireles, o tombamento gera indenização quando acarreta despesas para o proprietário que ele não pode suportar, ou quando resulta impossibilidade do uso do bem, ou prejudicam sua normal utilização, suprimindo ou depreciando seu valor econômico²⁰. Em determinados casos a desapropriação é uma alternativa à indenização.

Essa discussão sobre conceito e forma de tombamento nos aponta para uma das problemáticas que pretendemos enfrentar: a adequação, ou não, deste instrumento para a preservação da área do Vale do Anhangabaú. À luz das questões tratadas acima, poderemos verificar como o tombamento acarretou situações de conflito importantes na cidade de São Paulo.

O QUE EQUIVALE AO VALE? PROBLEMAS ESPACIAIS NA MONTAGEM PRESERVACIONISTA

Segundo o dicionário Aurélio, *Vale*, no nosso contexto, é uma "*Planície à beira de rio ou ribeirão*."²¹ No caso de São Paulo, o vale do ribeirão Anhangabaú deixou de ser apenas um acidente geográfico para denominar também a região do entorno.

O nome é de origem indígena e significa algo como “buraco do demônio”, em tradução livre com base no *Dicionário ilustrado TupiGuarani*.²² Esse nome deve-se

¹⁶ MEIRELES, H. L., *op. cit.*, p. 585.

¹⁷ SILVA, José Afonso da. *Ordenação constitucional da cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001. p. 158.

¹⁸ *Ibid.*, p. 159.

¹⁹ SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1981, p. 491.

²⁰ MEIRELES, H. L., *op. cit.*, p. 651.

²¹ FERREIRA, A. B. Holanda, *op. cit.*, p. 490.

²² *Dicionário ilustrado TupiGuarani*. Disponível em: www.dicionariotupiguarani.com.br/. Acesso em 27 ago. 2015.

provavelmente à profundidade, de cerca de 20 metros, considerável se pensarmos em uma transposição sem os viadutos, e às constantes cheias que assolavam o ribeirão.

Devemos lembrar aqui que o Anhangabaú servia como escoadouro de dejetos humanos, quando isso se dava nos rios, antes de haver serviço público; de lugar para lavar roupas e também recebia detritos do matadouro do Humaitá, no Piques (região onde hoje se encontra a Praça da Bandeira). Assim o literato Bernardo Guimarães retratou o lugar:

Transpomos depressa a ponte sobre o Anhangabaú, triste nome que bem corresponde ao miserável regato que aí corre, separando a freguesia central da cidade da de Santa Ifigênia. Se o nome é dissonante e lúgubre como o piar do mocho, não o é menos o ribeiro turvo e lodoso que parece esconder-se, envergonhado, no fundo do seu imundo leito.²³

Atualmente o Parque Anhangabaú²⁴ é logradouro municipal, com cadastro número CADLOG 01424-9, delimitado pela Praça das Bandeiras, ao sul, Viaduto Santa Ifigênia e proximidades, ao norte, ruas Prestes Maia a Leste e Formosa a Oeste²⁵. Porém, houve tentativas malsucedidas de alterar a denominação oficial.

Em 1964 o vereador Braz Espósito (Partido Republicano) propôs, através do PL 354, de 26 de agosto²⁶, a alteração do nome para “Vale do Rosário”, em razão de missa celebrada pelo Pe. Peyton na capital, ocorrida em 1963 (embora na proposição seja citada a data de 16 de agosto de 1964).

Este religioso era fundador da Cruzada do Rosário em Família, um movimento católico dedicado a promover a Virgem Maria, e que visava unir as famílias em torno da oração. A presença deste sacerdote no Brasil teria, também, um sentido político, de propaganda anticomunista, com apoio da inteligência estadunidense, pois estava inserida no contexto da Guerra Fria e o então presidente João Goulart era considerado por muitos próximo demais do comunismo. Pe. Peyton teria, através de sua pregação, inspirado os organizadores da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, da qual também teria participado.

A proposição que solicitava alteração da denominação foi rejeitada, pois para que fosse alterado nome de logradouro era necessário haver duplicidade ou ambiguidade.

²³ GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a enjeitada*. Rio de Janeiro: Moderna, 1944, p. 15

²⁴ Como é a denominação consagrada pelo uso, trataremos ao longo desta pesquisa por Vale do Anhangabaú.

²⁵ PREFEITURA Municipal de São Paulo/EMURB/IAB. *Concurso público nacional para elaboração do Plano de reurbanização do Vale do Anhangabaú*. São Paulo. Fev. 1981, p. 6-7. DPH. Arquivo. Pasta 02B.021.

²⁶ SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Projeto de lei 354, de 26 de agosto de 1964. Denomina Vale do Rosário o atual Parque Anhangabaú, entre a Praça da Bandeira e a av. São João, na Sé, e dá outras providências.* Disponível em: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1964/00/00/08/6K/0000086KR.PDF>. Acesso em: 12 set. 2015

Em 1992, através do Projeto de Lei 35/92²⁷, em 19 de fevereiro de 1992, dois dias após o falecimento do ex-prefeito da capital, o vereador Alex Freua Netto (PTB) propôs a alteração da denominação de Parque do Anhangabaú para “Boulevard Jânio Quadros”, segundo a justificativa, “por tudo quanto foi e legou à nossa história”. A proposição foi rejeitada pelas mesmas razões do anterior e pela importância histórica do logradouro, cuja denominação já estava amalgamada no imaginário popular.

Quando da definição do perímetro da Operação Urbana Anhangabaú, foram utilizados critérios que alargavam a compreensão de “Vale do Anhangabaú” para além da delimitação legal deste como logradouro. Entre esses critérios está a definição de uma área que, se não estava delimitada pelo logradouro, era influenciada diretamente por este, onde se executava obras importantes. Determinou-se, também, uma faixa de 500m de cada lado, excluindo-se áreas já incluídas em outros projetos, como Bela Vista/Bexiga e Parque D. Pedro.²⁸

Além disso, buscou-se evitar a delimitação da região como “centro” ou “área central”, em razão de sua extensão e complexidade, que exigiria “atuação mais abrangente e diversificada”. A definição da área considerou, ainda, ser uma experiência piloto, que teria avaliação facilitada se aplicada a uma área menor, e considerou ainda que já havia decisões sobre tráfego na área determinada, como calçadas para pedestres e ruas para veículos. Esses foram os critérios que levaram à área da Operação Urbana Anhangabaú.²⁹

²⁷ SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Projeto de lei 035*, de 19 de fevereiro de 1992. Denomina de Boulevard Jânio Quadros, ao atual Parque Anhangabaú. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0035-1992.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.

²⁸ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Planejamento. Empresa Municipal de Urbanização. *Operação Anhangabaú: apresentação e projeto de lei* – Anexo I. São Paulo: EMURB, 1990, p. 41

²⁹ SÃO PAULO (cidade). *Operação Anhangabaú, op. cit.*, p. 41.

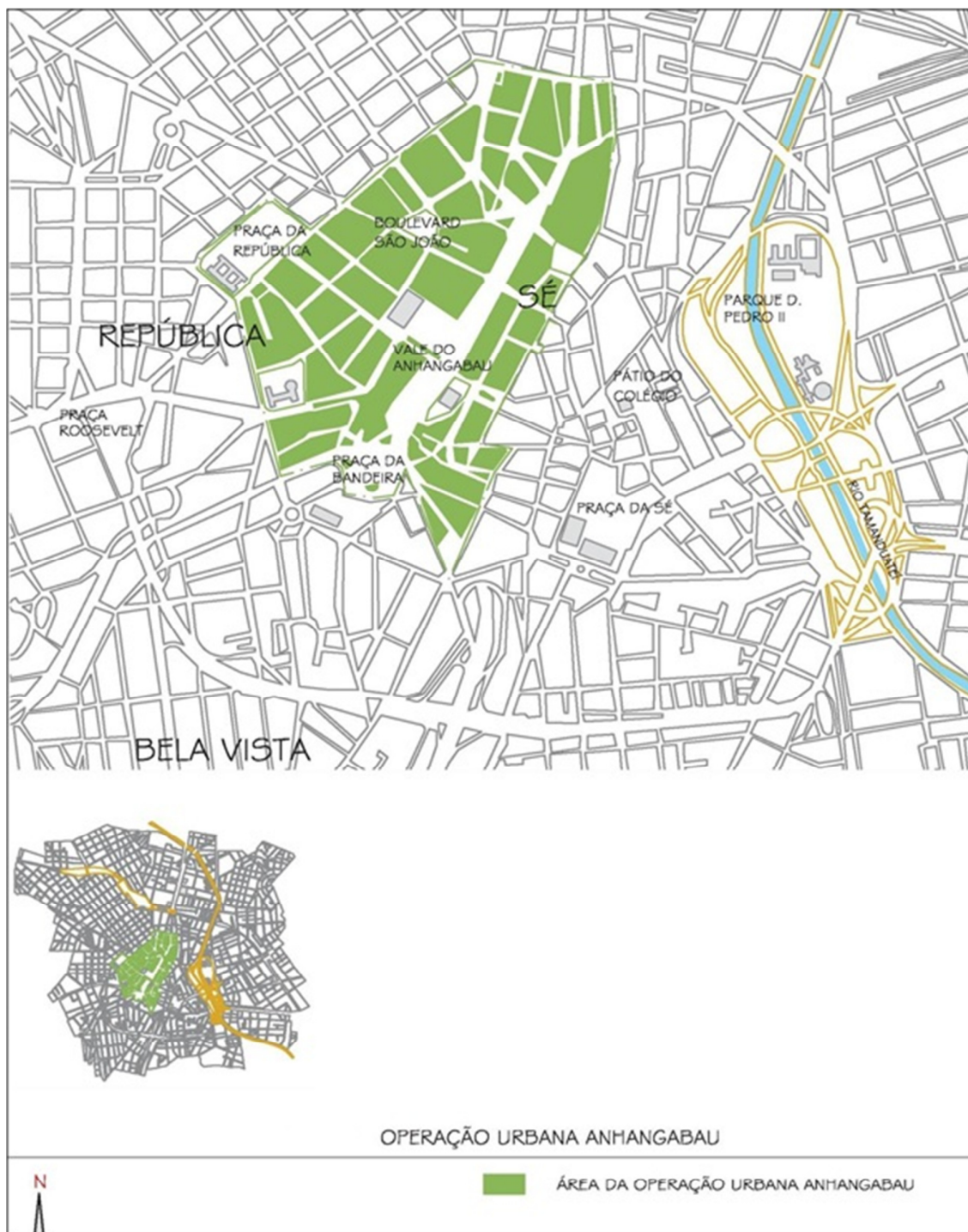


Fig. 1 Área da Operação Urbana Anhangabaú.

Fonte: SANT'ANNA, Marcia. A cidade-atração: a norma de preservação dos centros urbanos no Brasil dos anos 90. 2004. 399f. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura. Salvador. s/p

Até a virada para o século XX o fundo do vale era uma região de aspecto semi-rural, habitada por gente humilde, com pomares, granja e outras atividades desta natureza. Segundo Francisco de Assis Vieira Bueno³⁰,

Miríades [de sapos] povoavam o Anhangabaú e do outro lado o Tamanduateí e os charcos de suas várzeas, e quem nas noites de calor estacionasse nas pontes do Lorena [atual Praça da Bandeira], do Acu [na confluência da av. S. João com o Vale] e do Carmo, ouvia a sua tristonha e variegada orquestra, não sem encano para quem é propenso à melancolia.

Em algumas regiões do vale se fazia descarte de animais e resíduos domésticos. Segundo Bruno, "*O [...] Anhangabaú recebia os restos dos bois abatidos e atravessava com eles ruas e bairros inteiros.*"³¹.

E os moradores do Piques, do Acu e da zona da ponte da Constituição [na atual Florêncio de Abreu], por onde ele passava, assistiam a partir das duas horas da tarde ao deslizar da vermelha torrente fedorenta.³²

Assim era o vale do Anhangabaú até boa parte do século XIX. Não à toa, no início do século XX, com a construção do Viaduto do Chá (que havia sido inaugurado em 1892), e do Theatro Municipal (com obras iniciadas em 1906 que inspiravam ideias de mudanças), já se começava a pensar em adequação do vale aos novos tempos. Afinal, para muitos, o vale de então não era digno da São Paulo que se avizinhava. Segundo o vereador Silva Teles, "*O Theatro, construção de que São Paulo em breve se orgulhará, deve ser como um solitário a ser encastado dignamente*"³³.

A partir de então (1906), começou um debate sobre qual plano de melhoramentos seria implementado na região do vale. Três propostas passaram a pautar esse debate: a proposta de Silva Teles, a proposta da Diretoria de obras da Prefeitura, chefiada por Silva Freire; e a proposta do governo do estado, coordenada por Samuel das Neves³⁴.

Ainda hoje o Theatro Municipal exerce fascínio e alimenta mitos, mesmo entre os mais avisados, tais como a historiadora Marcia Camargos, segundo a qual

³⁰ Apud BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: o burgo dos estudantes*. 4 ed, São Paulo: Hucitec, 1954. V. 2. p. 541.

³¹ BRUNO E. da S., *op. cit.*, p. 724.

³² *Ibid.*, p. 726-727.

³³ TELES, Silva. Pronunciamento e Indicação nº 147/1906, na Câmara Municipal, cf. ACMSP, 15 set.1906. p. 127-128. In.: RICCI, Cláudia Sapag. *Adequação da ordem: o Escritório Técnico Ramos de Azevedo e o processo de modernização da cidade de São Paulo*. São Paulo, mimeo., s/d.

³⁴ Sobre essas propostas ver SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Senac, 2004, p. 81-135.

Saído das pranchetas de **Ramos de Azevedo**, o novo espaço **possibilitava** a expansão do núcleo originário da colina do colégio dos jesuítas para o outro lado do vale do Anhangabaú.³⁵

Porém o projeto, embora elaborado pelo escritório técnico de Ramos de Azevedo, é de autoria de Cláudio Rossi e Domiziano Rossi. Além disso, o elemento urbano que levou à transposição do centro para o lado oposto do vale, em nível, foi o Viaduto do Chá, cuja inauguração deu-se quase vinte anos antes da do Theatro.

O debate acerca dos melhoramentos seguiu e em 1911, por sugestão do vereador Alcântara Machado aprovada na Câmara, foi convidado como uma espécie de árbitro o urbanista francês Joseph-Antoine Bouvard³⁶. Este entregou ao prefeito Raimundo Duprat um memorial acompanhado de seis plantas, com suas propostas de intervenção, sendo uma das principais a abertura de uma rua de traçado artístico no fundo do vale. O Anhangabaú que seria transformado em parque, que estaria então em consonância com a paisagem, ou seja, com o Theatro Municipal e o Viaduto do Chá.

Essa paisagem seria, então, completada com a reconfiguração do entorno do vale, que teria como elemento principal a alteração das construções que margeiam o Anhangabaú, como as da Rua Líbero Badaró e ladeira Dr. Falcão. Segundo o prof. Benedito Lima de Toledo, o Parque Anhangabaú ficou conhecido como a "sala de visitas de São Paulo".³⁷

Ainda segundo Toledo o parque "*contava com edifícios bem integrados no que se refere a implantação e escala. Seus jardins e palacetes marcaram, então, a fisionomia da cidade. O conjunto apresentava admirável harmonia*".³⁸

Assim Monteiro Lobato escreveria acerca do Anhangabaú:

No princípio era o pântano, com valas de agrião e rãs coaxantes. Hoje é o parque do Anhangabaú, todo ele relvado, com ruas de asfalto, pérgola grata a namoriscos noturnos, a Eva de Brecheret, a estátua dum adolescente nu que corre – e mais coisas. Autos voam pela via central, e cruzam-se pedestres em todas as direções. Lindo parque, civilizadíssimo.³⁹

As transformações da região atenderam a uma elite desejosa em emular um padrão cultural importado da Europa, principalmente da França, e assim buscar inserir aqui o padrão

³⁵ CAMARGOS, Marcia. Os desafios de um palco centenário. *Folha de S.Paulo*, 12 set. 2011, p. A3. Grifos nossos.

³⁶ Sobre as reais motivações e circunstâncias da vinda de Bouvard a São Paulo ver D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Joseph-Antoine Bouvard, os melhoramentos de São Paulo e a criação da Cia. City: ações interligadas*. 2015. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Paulo, São Paulo.

³⁷ TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo, três cidades em um século*. 4 ed. rev. São Paulo: CosacNaify/Duas Cidades, 2007, p. 135.

³⁸ *Idem, ibidem*.

³⁹ LOBATO, Monteiro. O fisco (conto de Natal). *Negrinha*. São Paulo: Globo, 2008, p. 63. Este conto foi publicado originalmente da Revista do Brasil, n. 36, de dezembro de 1918, sob o título de *O imposto único*.

de vida visto além-mar, apagando do panorama da região os resquícios dos modos de vida anteriores, em especial aquele vale com "fundos de casas". Uma nova elite desejava direcionar para si os novos espaços urbanizados. Segundo Robson Mendonça Pereira,

O conjunto de intervenções efetuadas até aquele momento [administração Washington Luís] vinculava-se a uma proposta de elitização do espaço público, privilegiando menos os aspectos utilitários e pragmáticos do que a estética, o ambiente e a higiene, voltados à conformação de uma urbe - civilizada materializada [sic] na expressão "capital do café".⁴⁰

São Paulo seria, então,

atraente para os fazendeiros, cômoda para os comerciantes, imponente para seus governantes, vitrine exemplar para imigrantes e visitantes estrangeiros - expressão do avanço material, moral e cultural trazido pelo sucesso da atividade agroexportadora.⁴¹

Mas não era apenas isso. Havia interesses econômicos mais concretos envolvidos. Além dos investidores que criaram a Cia. City, loteadora do Anhangabaú, proprietários⁴² de imóveis na região estavam interessados na realização de melhoramentos visando a valorização dos seus imóveis e as oportunidades de negócios bastante lucrativos que estavam por vir, mas a especulação da futura valorização - já no projeto - não era novidade.

Os germânicos Frederico Glette e Vitor Nothmann, que haviam aberto o bairro de Campos Elíseos - voltado predominantemente para a elite⁴³ - financiaram o projeto do Viaduto do Chá elaborado por Jules Martin, o que solucionaria o problema da transposição do Vale do Anhangabaú - fazendo-a em nível -, o que então havia se transformado em obstáculo para a expansão da cidade. Vitor Nothmann, anos depois, criaria o bairro de Higienópolis, com Martinho Bucharth. Esse bairro, assim como o de Campos Elíseos, teve seu acesso bastante facilitado com a construção do viaduto.⁴⁴

⁴⁰ PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís na administração de São Paulo* (1914-1919). São Paulo: EDUNESP, 2010, p. 26.

⁴¹ CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002. p. 76.

⁴² Conde de Prates, Plínio da Silva Prado, José Paulino Nogueira, José Martiniano Rodrigues Alves, Francisco de Paula Ramos de Azevedo, Arnaldo Vieira de Carvalho, Nicolau de Souza Queiroz, Barão de Bocaina, Alexandre de Albuquerque, Horácio Belfort Sabino e Sylvio de Campos como os cidadãos que requeriam ao legislativo estadual "licença para construir na cidade três amplas avenidas com todos os melhoramentos da época." O Conde de Prates era o maior proprietário na Rua Líbero Badaró, com cerca de dezessete imóveis. TOLEDO, B. L. de., *op. cit.*, p. 121. No lado ímpar da Líbero, Prates possuía 26 lotes, e na Formosa, mais 16 lotes. RICCA Junior, Jorge. *Anhangabaú: construção e memória*. 2003. 312fls. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 142.

⁴³ Cf. MORAES, Luís Fernando Simões. *Transformações de um Bairro Paulistano: Campos Elíseos* (inventário de espaços dos séculos XIX e XXI). 2012. Iniciação Científica. (Graduando em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. 2012.

⁴⁴ HERENÚ, Pablo Emilio Robert. *Sentidos do Anhangabaú*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007. p. 37.

Havia também os profissionais, como arquitetos e engenheiros, buscando elaborar e executar projetos para esses imóveis que estavam por ser construídos, bem como por implantar sua marca na região que era o centro das atenções. Podemos citar Samuel das Neves, que além de coordenar a proposta de melhoramentos do Governo do Estado elaborou os projetos dos palacetes Prates e do Ed. Sampaio Moreira⁴⁵.

Além da reconfiguração do vale, algumas edificações, dela decorrentes, ajudaram a transformar o Anhangabaú em “cartão postal”. São elas, além do Theatro Municipal - que provocou os melhoramentos no vale - o hotel Esplanada, os edifícios Prates; o Sampaio Moreira; a sede do antigo Banco do Estado de São Paulo (BANESPA, conhecido como Banespão) e o Martinelli, sobre os quais veremos a seguir



Fig. 2 Hotel Esplanada. Década de 1930.

À esquerda, parte do Theatro Municipal. Cartão postal distribuído pelo empreendimento. Acervo FotoPlus/Coleção Zuleica Frateschi Saldanha. Fonte: www.arquiamigos.org.br/info/info33/img/ahsp-info33-esplanada-hotel.jpg. Acesso em: 10 out. 2015.

O edifício do antigo Hotel Esplanada, projeto dos arquitetos Emile Viret e Gabriel Marmorat, foi inaugurado em 1923, compondo a ambiência do antigo Parque do Anhangabaú. Era conhecido como o “hotel dos artistas”, pois ali costumavam se hospedar aqueles que se apresentavam no Theatro Municipal, vizinho ao qual estava ligado por um túnel que permitia aos artistas acesso direto.

O Hotel Esplanada era componente da imagem do Parque do Anhangabaú como “a sala de visitas da cidade”, formando conjunto com o teatro e o jardim. Posteriormente

⁴⁵ Entre 1911 e 1925 o escritório de Samuel das Neves e de Cristiano Stockler das Neves foi responsável por cerca de 25 projetos na rua Líbero Badaró e adjacências. HERENÚ, P. E. R., *op. cit.*, p. 119.

pertenceu ao Grupo Votorantin, do qual foi sede, e atualmente pertence ao estado de São Paulo. Em sua coluna “Eco ao longo dos meus passos”, no jornal O Estado o escritor Guilherme de Almeida solicitou, aflito, sua preservação.

A imagem do parque do Anhangabaú como “a sala de visitas da cidade” era composta pelo conjunto hotel-teatro-jardim Segundo Benedito Lima de Toledo, o hotel respeitou “a escala do Theatro Municipal e gozava de uma invulgar perspectiva. Era um estabelecimento frequentado por uma clientela exigente”⁴⁶. Posteriormente pertenceu ao Grupo Votorantin, do qual foi sede, e atualmente pertence ao estado de São Paulo.

Os edifícios Prates eram dois prédios de propriedade do Conde de Prates, localizados na Rua Líbero Badaró, face para o vale do Anhangabaú. Construídos em 1911 e inaugurados em 1913, com projeto (em arquitetura eclética) e execução dos engenheiros Samuel das Neves e seu filho Cristiano Stockler das Neves.

O edifício situado à esquerda de quem os avistava pelo vale serviu de sede da Câmara Municipal, e também da Prefeitura Municipal. O outro prédio era sede de um importante clube da época, frequentado pela elite paulistana, o Automóvel Club de São Paulo, fundado por Antônio Prado Filho. Este edifício foi demolido em 1959, sete anos depois do primeiro.

⁴⁶ TOLEDO, B. L. de., *op. cit.*, 2004. p. 146.



Fig. 3. Palacetes Prates. Década de 1940.

Entre ambos o Ed. Sampaio Moreira. Em baixo, à direita, o novo Viaduto do Chá com o antigo terminal de ônibus da Praça do Patriarca. Em cima, à esquerda, parte do Ed. Altino Arantes (BANESPA). Cartão Postal (Acervo Pessoal).

O edifício Sampaio Moreira, de propriedade do imigrante português José de Sampaio Moreira, era vizinho aos edifícios Prates e tem também em Samuel das Neves e Cristiano Stockler das Neves seus projetistas.

Inaugurado em 1924, com 12 pavimentos (os prédios mais altos até então contavam com quatro pavimentos) e 50 metros, foi o edifício mais alto da cidade até 1929, quando foi superado pelo Ed. Martinelli, com 26 pavimentos. O Sampaio Moreira abriga, desde sua inauguração, a Casa Godinho, estabelecimento comercial especializado em “secos e molhados”, primeiro bem imaterial registrado pelo município, através da Resolução CONPRES 20/2012. Em 2010 o Sampaio Moreira foi desapropriado pela municipalidade para sediar a Secretaria de Cultura.



Fig. 4. Edifício Sampaio Moreira. Década de 1940.

Disponível em: turistagem.wordpress.com/2010/10/24/edificio-sampaio-moreira-sampaio-moreira-building/. Acesso em: 10 out. 2015.

O Edifício Altino Arantes começou a ser construído em 1939, pelo interventor federal Ademar de Barros para sediar o Banco do Estado de São Paulo (BANESPA). Foi inaugurado em 1947 por Ademar de Barros, então governador. O Banespão foi o edifício mais alto da cidade até a inauguração do Mirante do Vale, em 1960.

Do seu mirante é possível ter visão de 360° e cerca de 40 de quilômetros, avistando-se a Serra do Mar, o Pico do Jaraguá, os prédios da Avenida Paulista e as principais construções do Centro. O projeto é de autoria do engenheiro e arquiteto Plínio Botelho do Amaral. Possui 161,22 metros de altura, seus 35 pavimentos, 14 elevadores, 900 degraus e 1.119 janelas. Vendido ao grupo Santander, atualmente abriga o Museu Banespa.



Fig. 5. Edifício Altino Arantes (BANESPA). 2015.
À direita a face da av. São João do Ed. Martinelli. Fotografia (Acervo pessoal)

O edifício Martinelli - entre as ruas São Bento e Líbero Badaró e avenida São João - foi construído por iniciativa do imigrante italiano Giuseppe Martinelli, tendo iniciado suas obras em 1924. O projeto é de autoria do arquiteto húngaro William Fillinger, da Academia de Belas Artes de Viena e contava inicialmente, com 12 pavimentos. Entretanto, Martinelli foi acrescentando pavimentos até a obra ser embargada quando atingiu 24 pavimentos. Para

demonstrar a segurança da construção, Martinelli construiu sua residência, de cinco pavimentos, sobre os 25 que o prédio já havia atingido com autorização da municipalidade.

O edifício foi ocupado por partidos políticos, jornais, clubes, sindicatos, restaurantes, confeitarias, boates, pelo hotel São Bento e pelo cine Rosário, entre outros. Em 1931 Guglielmo Marconi, inventor do rádio, em visita a São Paulo, subiu até o topo do edifício. O Zeppelin, em 1933, sobrevoando São Paulo, deu uma volta em torno do Martinelli.

Nos anos de 1960 o prédio sofreu um processo de encortiçamento, passando por uma fase de forte decadência, até que, em meados da década de 1970, a prefeitura o desapropriou e, após um processo de reformas, em 1979 diversos órgãos da municipalidade passaram a ocupar o edifício.



Fig. 6. Edifício Martinelli. Década de 1920.

Rompendo a escala paulistana no final dos anos 1920. Fonte: PMSP-DOV-Opu-RF. (Autoria desconhecida).

A GÊNESE DA PESQUISA

Essa pesquisa partiu de uma consulta aos processos de tombamento pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), motivada por uma avaliação para a disciplina de *História, memória e patrimônio*, ministrada pela Profa. Dra. Lucília Siqueira, em 2010, e integrante da habilitação em Patrimônio, parte integrante da Matriz Curricular de História na Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH/UNIFESP). Procurávamos, então, informações sobre o tombamento do antigo Banco de São Paulo,

localizado na Rua São Bento, imediações da pça. Antônio Prado e atual sede da Secretaria Estadual de Esporte, Lazer e Juventude.

Fomos surpreendidos com a escala e o número de bens preservados em apenas um processo, principalmente em se tratando desta região, que além de valorizada em todos os aspectos, é confluência de habitantes de todas as regiões da cidade, o que lhe concede uma dinâmica bastante peculiar. A pergunta que surgiu foi: porque tomba o Vale do Anhangabaú?

Da argumentação que baliza a preservação e dos estudos históricos presentes no processo nasceu a possibilidade de analisar esse tombamento, tendo como motivação adicional as discussões, nas disciplinas de patrimônio, sobre tombamento de bairros e áreas urbanas.

Partindo dessas questões e analisando o processo, procuramos esmiuçar a dinâmica de funcionamento da preservação, tanto no sentido metodológico que envolve essa área como a dinâmica dos órgãos paulistanos dedicados a ela, o CONPRESP e o DPH.

À luz desse percurso e tendo em mente a história da preservação em São Paulo, procuramos inserir esse tombamento no cotidiano dos órgãos, tomando-o como produto de uma estrutura, de uma cultura e de uma tradição.

A preservação de um bem cultural não é uma ação neutra. Ao elegermos um bem a ser preservado deixamos de lado outros, e essa escolha já nasce como uma opção. Um momento histórico de exacerbação de ideologias e formulação de novas políticas públicas, áreas diferentes dentro de uma mesma administração, profissionais de campos diferentes disputando um mesmo objeto, grupos e interesses externos esgrimindo argumentos e motivos. Esse foi o caldo onde vicejou o tombamento sobre o qual nos debruçamos. Esse tombamento, então, não apenas não foi neutro como foi bastante conflituoso, colocando em xeque a hegemonia de uma ou outra área do conhecimento sobre o espaço urbano, trazendo à cena o poder de pressão de cada grupo.

Procuramos então “desmontar” esse mecanismo para saber como funciona. O surgimento e a trajetória dos órgãos de preservação, os agentes envolvidos, os argumentos mobilizados, concepções e valores trazidos ao processo foram elementos que procuramos *entender*.

A cultura em geral, e no nosso caso particular, o patrimônio revelam e constroem modos de ver o mundo. E sobre essa construção de olhares e valores há permanente disputa. Procurando desnaturalizar o processo, buscamos as opções efetivadas, as escolhas. Afinal, o patrimônio não é patrimônio por si, mas sim porque alguém assim o entendeu.

Essas escolhas são feitas a partir de interpretações, que trazem em si um discurso, em boa parte determinado - em um lugar e tempo histórico - pela posição de sujeitos históricos

que possuem compromissos com suas áreas de conhecimento e atuação, com seu campo de estudo ou com um determinado grupo econômico e social.

As escolhas, interpretações, discursos e compromissos, por sua vez, desvelam uma relação de poder. Assim, nosso referencial metodológico maior nos forneceu como pressuposto a ideia de que o patrimônio é um campo de disputa e conflito.

Procuramos - tendo essas referências sempre presentes e considerando os saberes e práticas das áreas envolvidas, assim como a tradição preservacionista brasileira - entender os agentes, o percurso e as motivações, balizando-nos sempre nos determinantes legais e considerando os documentos internacionais que incidem sobre essa seara.

A ESTRUTURA DO TRABALHO

Essa Dissertação foi dividida em três capítulos. O primeiro trata do percurso da preservação enquanto atividade e órgão do Estado, desde o Departamento de Cultura, na década de 1930, até a criação do conselho de patrimônio, na segunda metade da década de 1980, passando pela criação do Departamento de Patrimônio Histórico (DPH), com a Secretaria da Cultura, em 1975 e pelas duas tentativas frustradas de criar um conselho de preservação na capital paulista, uma em 1982, por proposta do poder Executivo, gestão Antonio Salim Curiati; e a segunda em 1984, por iniciativa do vereador Marcos Mendonça, o mesmo autor do Projeto de Lei que enfim aprovado criou o Conselho, em 1985.⁴⁷

O segundo apresenta as relações entre o processo de tombamento do vale do Anhangabaú e a Operação Urbana Anhangabaú. Estendendo a discussão para as tensões entre as searas do Planejamento e da Preservação, buscamos entender as razões e o conteúdo deste litígio que põe em lados opostos dois órgãos da mesma administração, compostos ambos basicamente por profissionais da mesma formação e que lidam com o mesmo objeto: o espaço urbano.

Ainda neste capítulo, analisamos como já desde os primeiros estudos, no início da década de 1980, o DPH estava imbuído do espírito da preservação em escala ampliada, que então era chamada de “mancha” e hoje é tratada como “área urbana”. Esse espírito de materializou nos inventários de patrimônio, chamados IGEPAC e que foram realizados até o início dos anos 2000, sendo a base para a instrução do tombamento do vale do Anhangabaú.

⁴⁷ Marcos Mendonça é bacharel em Direito, tendo sido Procurador do Município de São Paulo. Como vereador, cargo que ocupou de 1983 a 1994, além do projeto de lei que criou o CONPRES, foi autor da lei 10.923/90, conhecida como lei Mendonça, que criou o incentivo à Cultura em nível municipal, equivalente à Lei Rouanet na esfera federal. Em 1995, na gestão do governador Mario Covas, assumiu a Secretaria de Estado da Cultura, tendo ali permanecido por quase oito anos. Como secretário estadual da Cultura criou a Lei de Incentivo à Cultura - LINC estadual. Foi presidente da Fundação Padre Anchieta (mantenedora da TV Cultura) até 2007.

No último capítulo analisamos o tombamento do Vale do Anhangabaú, seus agentes e a prática do DPH inseridos nesse processo. As referências no inventário realizado na Bahia na década de 1970 e na preservação realizada no âmbito do planejamento através das zonas Z8-200, também nos anos 70, são tratados nesse capítulo. Concepções de história, sociedade, hegemonia, cultura, são articulados de forma a que nos permitam entender as razões para eleger o vale do Anhangabaú como bem a ser preservado.

Por fim, o agenciamento privado e as relações entre o mercado imobiliário e o poder público no processo de reabilitação da região, relações estas que haviam sido frustradas quando da Operação Urbana Anhangabaú, são tratadas a partir do surgimento e das propostas da *Associação Viva o Centro (AVC)*, que se propõe a representar comerciantes da região junto ao poder público buscando melhorias no centro da capital paulista.

I - A PRESERVAÇÃO EM SÃO PAULO, DO DPH AO CONPRES

1.1- O DPH E A EXPERIÊNCIA DO DEPARTAMENTO DE CULTURA

Invocada por especialistas e por cidadãos como uma cidade que se destruiu e se reconstruiu sucessivamente ao longo dos séculos XIX e XX,⁴⁸ São Paulo apresenta, em suas abordagens de caráter histórico, uma série de naturalizações de seus processos, atores sociais e eventos históricos. É corriqueira, por exemplo, a ideia de que a cidade não tem historicidade material em seu território, em face de tamanha modificação que enfrentou de sua paisagem.

Como consequência dessa sanha urbanizadora, verifica-se que grande parte dos estudos sobre o patrimônio em São Paulo conserva uma dimensão discursiva em torno da retórica da perda.⁴⁹ Ou seja, existe uma dimensão de “lamento” pelo desaparecimento de edificações, manifestações culturais e personalidades. Entretanto, efetivamente, as políticas preservacionistas são pouco valorizadas, uma vez que esbarram em dimensões “caras” a parte da classe dirigente, como a propriedade particular, por exemplo.

A implementação de uma estrutura preservacionista em São Paulo, dessa maneira, foi dificultada, ao longo do século XX, por agentes e fatores diversos. São episódios de conflito que se tornam importantes para compreensão dos rumos tomados pelas políticas públicas no trato com o patrimônio. Historiar, assim, as tentativas que antecederam a efetiva criação de um Conselho Municipal de Preservação, algo ocorrido na década de 1980, é tarefa que possui duplo papel.

Primeiramente, ela pode contribuir para a compreensão da história do patrimônio na cidade, mas, também, ainda pode viabilizar um raciocínio historiográfico sobre as representações sociais do patrimônio na sociedade paulistana.

Essas duas características, dessa feita, são preocupações desta dissertação de mestrado. Inserida junto ao escopo de trabalhos que procuram traçar uma história da preservação, esta dissertação escolheu um “objeto urbano” que permite verificar as escalas diversas de temporalidade, de espaço, de significado e de discursos mobilizados em São Paulo na tarefa e na recepção das práticas preservacionistas. Como coloca a jurista Sônia Rabello,

⁴⁸ TOLEDO, *op. cit.*, *passim*. A ideia de destruição está intimamente associada ao crescimento exponencial da cidade. Em 1872, São Paulo contava com 31.385 habitantes, passando a 64.934 em 1890. Em 1900 ostentava 239.820 mil moradores. A localidade continuou crescendo ao longo do século XX e, em 2010, possuía mais de 11 milhões de habitantes. SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Tabelas*. Disponível em: smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php. Acesso em 13 ago. 2015.

⁴⁹ GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996. *passim*.

preservação é conceito genérico. Nele podemos compreender toda e qualquer ação do Estado que vise conservar a memória de fatos ou valores culturais de uma Nação. É importante acentuar esse aspecto já que, do ponto de vista normativo, existem várias possibilidades de formas legais de preservação.⁵⁰

Dessa forma, a partir do que coloca a jurista, podemos dizer que a administração pública paulistana teve que lidar, ao longo do século XX, com demandas preservacionistas de ideologias e origens diversas. Localizá-las, assim, já permite antever como se estruturou um pensamento acerca do patrimônio, mesmo que, muitas vezes, em chave negativa.

São Paulo criou por meio da lei 8.204/1975, na gestão do prefeito Miguel Colassuono, a Secretaria Municipal de Cultura (desmembrando-a da Secretaria de Educação), e instituiu em seus quadros, dentre outros, o Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural, cuja denominação foi alterada para a atual, Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), pela lei 8.252, de 20 de maio de 1975. O projeto de lei foi enviado em 12 de março de 1975, na gestão de Miguel Colassuono. A sanção deu-se na gestão seguinte, de Olavo Egydio Setúbal.

Segundo Maria Eugênia Franco⁵¹, ao ser convidada a assumir a direção do Departamento de Patrimônio Artístico-Cultural, teria aceito sob a condição de poder alterar sua estrutura, o que efetivamente ocorreu, a partir do desmembramento desse órgão em dois, o DPH e o IDART⁵², sendo o primeiro responsável pelo patrimônio histórico e o segundo pela documentação artística nacional e internacional,⁵³ sendo Décio Pignatari seu primeiro diretor.

O DPH tem sido considerado, por estudiosos diversos, como uma retomada do antigo Departamento Municipal de Cultura, órgão fundado na capital, em 1935, na gestão de Fábio Prado a partir de anteprojeto de Paulo Duarte. O referido Departamento de Cultura e Recreação da Prefeitura Municipal de São Paulo foi criado por meio do ato 861, de 30 de

⁵⁰ CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. 2 ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. p. 19.

⁵¹ Maria Eugênia Franco, crítica de arte, era responsável pela Biblioteca de Arte da Biblioteca Mário de Andrade desde 1943.

⁵² Departamento de Informação e Documentação Artísticas (IDART)

⁵³ FRANCO, Maria Eugênia. "Museu de rua/da rua/na rua. No álbum de arte". In.: SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Museu Histórico da Imagem Fotográfica da cidade de São Paulo. *"Projeto Museu de Rua: percurso Centro Histórico. História do Anhangabaú e do Viaduto do Chá. Memória da Sé."* 1979. p. 3

maio de 1935 e tido pela historiografia como um evento marcante e ponto de inflexão na estrutura cultural nacional.⁵⁴

A concepção do órgão foi desenvolvida em reuniões entre Mário de Andrade, Paulo Duarte, Sérgio Milliet e Rubens Borba de Moraes, grupo que se reunia, quase todas as noites, no apartamento de Paulo Duarte na av. São João para discutir “a formação de um instituto voltado para as questões culturais”.⁵⁵

Conforme Marly Rodrigues, a criação do Departamento de Cultura era parte da intenção de promover o desenvolvimento cultural e educacional paulista e seu projeto seria de Mário de Andrade e Paulo Duarte, tendo o Departamento concentrado

suas atividades na expansão da rede de bibliotecas públicas, na organização de arquivos documentais, na criação de parques infantis e no desenvolvimento de pesquisas, especialmente as sociológicas, etnográficas e folclóricas.⁵⁶

Ainda de acordo com Rodrigues, após a organização do Departamento, Mário propôs a ampliação das atividades do órgão “*para a defesa do patrimônio histórico e artístico.*” Segundo o artigo 180 do Ato 1.146 da Consolidação da Organização Geral da Prefeitura, era responsabilidade do Diretor do Departamento de Cultura “*traçar, organizar e fazer executar o plano geral do tombamento de defesa do patrimônio artístico e histórico do Município.*”⁵⁷

Mário de Andrade demonstrava, na cidade de São Paulo, sua vontade de criar um espaço para a preservação do patrimônio cultural, então chamado *artístico e cultural*, já com a instituição do tombamento como “ferramenta” privilegiada. Essa mesma vontade se manifestaria em nível nacional por meio do anteprojeto de criação de um sistema de preservação do patrimônio que Mário de Andrade apresentou a Rodrigo Melo Franco de

⁵⁴ Cf. RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas. RODRIGUES, Marly. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo - 1969 – 1987*. 1994. 182f. Tese (Doutorado). Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em: www.mem.com.br/Imagens_do_passado.pdf. OLIVEIRA, Francini V. de. Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura. *Plural, revista de Ciências Sociais*, São Paulo. 12 ed. 2005. Disponível em: www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/12/artigo_1_Plural_12.pdf. Acesso em: 23 fev. de 2013. BARBATO Jr., Roberto. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo*. Sociedade Brasileira de Sociologia. Grupo de Pensamento Social Brasileiro. Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=894&Itemid=171. Acesso em: 26 jun. 2015.

⁵⁵ OLIVEIRA, F. *op. cit.*, p. 13.

⁵⁶ RODRIGUES, M., *op. cit.*, p. 18.

⁵⁷ *Idem, ibidem.*

Andrade⁵⁸ e que foi “inspiração” para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1936.⁵⁹

É importante notar que, embora o anteprojeto tenha sido elaborado por Mário de Andrade, sua autoria institucional é do Departamento de Cultura e Recreação, conforme ofício 16, de 24 de março de 1936 e enviado ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, assinado Andrade, em que o escritor modernista afirma que

O Departamento Municipal de Cultura [sic] de São Paulo, tem a grata satisfação de apresentar as sugestões solicitadas verbalmente a este Departamento por V. Excia., sobre a organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional.⁶⁰

Segundo Oliveira, a implantação do Departamento de Cultura, assim como acontecera com a Semana de Arte Moderna de 1922,

encontra apoio na burguesia local que, não obstante, estava preocupada em recuperar sua legitimidade e ascensão políticas então perdidas com as transformações político-econômicas decorrentes da Revolução de 1932. [...] é devido à preocupação de conhecer, organizar e transformar São Paulo que emergem no *début* dos anos trinta criações como a Escola de Sociologia e Política, a Universidade de São Paulo⁶¹, bem como o próprio Departamento de Cultura.⁶²

A elite cafeeira, como resposta à perda da hegemonia econômica e política nacional com a Revolução de 1930, transformou São Paulo em uma trincheira a partir da qual buscaria, por um lado, manter importância nos rumos da nação e, por outro, retomar o antigo poderio. E a cultura foi uma das armas das quais a elite lançou mão.

Para Oliveira, o Departamento de Cultura “representa uma das tentativas do governo paulista de recuperar sua hegemonia através, principalmente, de estratégias cunhadas culturalmente”.⁶³ Conforme coloca Barbato Jr, era um objetivo comum dos intelectuais envolvidos no Departamento de Cultura

levar a termo a tarefa de construção da nacionalidade. Este tema, amplamente versado na década anterior, assumiu importância cabal para os homens de cultura desejosos de compreender a realidade nacional e lançar propostas para o destino do país. Por intermédio de uma experiência singular de gestão pública, tais propostas

⁵⁸ Intelectual mineiro, advogado, escritor, e jornalista, foi redator-chefe e diretor da Revista do Brasil. Foi também chefe de gabinete do Ministro da Educação e Saúde Francisco Campos, integrando a equipe que formou o MES no governo Getúlio Vargas, composta basicamente de intelectuais e artistas ligados à Semana de 1922. Idealizou e comandou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), da sua fundação em 1937 até 1967. É pai do cineasta Joaquim Pedro de Andrade (1932-1988).

⁵⁹ RUBINO, S., *op. cit.*, p. 63 e seguintes.

⁶⁰ FGV/CPDOC, arquivo GCc 36.03.24/2. In.: *Revista do IPHAN*, n. 30, 2002. p. 271.

⁶¹ Era interventor estadual (equivalente a governador), nomeado por Getúlio Vargas, Armando Salles de Oliveira.

⁶² OLIVEIRA, F., *op. cit.*, p. 12.

⁶³ *Ibid.*, p.14.

foram sintetizadas na configuração de uma política cultural implementada pelo Departamento de Cultura, entre os anos de 1935 e 1938.⁶⁴

O Departamento de Cultura seria, então, um espaço para estudar e conhecer o Brasil, mas, um Brasil visto a partir de São Paulo, e a partir dessa visão *paulicêntrica* construir uma nacionalidade, dar ao Brasil, uma identidade.

O Departamento era formado por quatro divisões:

- I. Divisão de Expansão Cultural, com as seções de:
 - a) teatros e cinemas e
 - b) rádio-escola;
- II. Divisão de biblioteca, com duas seções (não especificadas);
- III. Divisão de Educação e de recreios, com seções de:
 - a) Parques infantis;
 - b) campos de atletismo, estádio e piscina, e
 - c) divertimentos públicos;
- IV. Divisão de documentação histórica e social, com divisões de:
 - a) documentação histórica, e
 - b) documentação social.

O primeiro chefe desta divisão de documentação histórica e social, nomeado pelo ato 862, de 30 de maio de 1935 (mesmo dia do ato anterior) foi Sérgio Milliet.

O Departamento seria espaço privilegiado para Paulo Duarte divulgar, inclusive com publicação, em 1938, sua campanha “contra o vandalismo e o extermínio”, que

mobilizou liberais e conservadores aos quais, por razões diversas, parecia imprescindível salvar os “documentos materiais da história de São Paulo”, ameaçados pelo progresso, pela incúria dos homens – estrangeiros indiferentes ou caboclos brancos, em suma, o povo inculto – e pelo descuido dos poderes públicos.⁶⁵

Segundo Barbato, a “criação das instituições na década de 1930 esteve fortemente vinculada ao propósito de compreensão e transformação da realidade social.”⁶⁶

Talvez, não por acaso o primeiro diretor do Departamento de Cultura tenha sido Mário de Andrade. Assim como o herói “sem nenhum caráter” ao qual deu vida, Andrade parecia identificar que faltava ao Brasil um caráter, uma identidade. Para a elite pensante paulista(na) seria a cultura, produzida a partir de “tintas paulistas” que supriria essa lacuna.

O Departamento de Cultura de São Paulo teve vida relativamente curta, estendendo suas atividades até 1938, quando foi criado o Instituto Brasileiro de Cultura. Em 1945 foi

⁶⁴ BARBATO Jr., R., *op. cit.*, p. 2.

⁶⁵ RODRIGUES, M., *op. cit.*, 1994, p. 27.

⁶⁶ BARBATO Jr., R., *op. cit.* p. 7.

criada, no município de São Paulo, pelo decreto-lei 33, a Secretaria de Cultura e Higiene, que em seu organograma incluiu, mesmo que com estrutura diferente, o Departamento de Cultura. Esta secretaria foi dividida, em 1947, pelo decreto-lei 430, em duas secretarias: *Secretaria de Higiene* e *Secretaria de Educação e Cultura*, ficando o Departamento vinculado a esta última.

Entre 1947 e 1975, ou seja, em período que engloba as celebrações do IV Centenário da Cidade de São Paulo, nenhuma iniciativa *particularizadora* da dimensão preservacionista foi tomada pela municipalidade. A preservação, enquanto política, parece ter sido deslocada para o Estado de São Paulo, como apontaram Marly Rodrigues e Felipe Bueno Crispim.⁶⁷

Apenas em 1975, como vimos, seria criada, através da lei 8.204, de 13 de janeiro, a Secretaria Municipal de Cultura, com o DPH em seu organograma. Curiosamente, este mesmo ano ficou marcado pela efervescência na discussão das questões patrimoniais na cidade de São Paulo. A sociedade se mobilizava em torno da potencial demolição da Escola Caetano de Campos, na Praça da República, para a implantação da respectiva estação do metrô. Buscava-se evitar o que acontecera quatro anos antes com o Palacete Santa Helena,⁶⁸ demolido para permitir as obras em torno da implantação da estação Sé da mesma companhia de transportes metropolitanos.⁶⁹

Dessa maneira, percebe-se que a década de 1970 é importante para a elaboração de uma agenda preservacionista, com consequências visíveis na discussão de um Conselho de Preservação para a cidade.

Em relação ao DPH, resta apontar sua organização. Atualmente este órgão está dividido em: Divisão de Preservação; Centro de Arqueologia; Centro de Memória do Circo; e Pavilhão das Culturas Brasileiras⁷⁰), sendo a Divisão de Preservação o órgão encarregado, no âmbito do DPH, da preservação do patrimônio cultural, realizando inventários, estudos de tombamento e exarando pareceres de intervenção em bens tombados.

⁶⁷ Cf. RODRIGUES, M., *op. cit.*, 1994 e CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a Geografia e o patrimônio: estudos das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989)*. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia). Departamento de História. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo.

⁶⁸ Cf. SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo; CAMPOS, Candido Malta. *Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2006.

⁶⁹ Também nessa época acontecia, na FAUUSP, em parceria com a UNESCO, o primeiro Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Conjuntos Históricos (CECRE), que se transformou em importante espaço de debate acerca do Patrimônio Cultural no país, e, inegavelmente, sobre a cidade.

⁷⁰ A Divisão do Arquivo Municipal foi extinta, criando-se o “Arquivo Histórico de São Paulo” no organograma da Secretaria Municipal de Cultura. *Lei nº 15.608*, de 28 de junho de 2012, sancionada pelo prefeito Gilberto Kassab. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L15608.pdf. Acesso em: 9 out. 2015.

A Divisão de Preservação é composta por cinco seções técnicas: I - Seção Técnica de Crítica e Tombamento; II - Seção Técnica de Programas de Valorização do Patrimônio; III - Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa; IV - Seção Técnica de Projetos, Restauro e Conservação; V - Seção Técnica de Monumentos e Obras Artísticas. Às seções técnicas acrescenta-se a VI - Comissão de Gestão de Obras e Monumentos Artísticos em Espaços Públicos.⁷¹

A Seção Técnica diretamente envolvida no processo de tombamento do Vale do Anhangabaú foi a de **Crítica e Tombamento**, a quem compete a instrução de processos de tombamento e a emissão de pareceres técnicos a respeito de intervenções em bens tombados e em suas áreas envoltórias, dentre outras atividades.⁷²

1.2 - A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO EM SÃO PAULO: DO PLANEJAMENTO À CULTURA

1.2.1 - O PROGRAMA TOLEDO-LEMONS E A Z8-200

Em 1974 a Coordenadoria Geral do Planejamento-COGEPI (antecessora da Secretaria Municipal do Planejamento-SEMPLA, atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano-SMDU), contratou Benedito Lima de Toledo, urbanista e professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, para a realização de um trabalho em que fossem listados bens com potencial de preservação, sendo que da lista deveriam constar os imóveis destacados por sua importância histórico-arquitetônica para município.⁷³

Segundo entrevista de Toledo a Paula Rodrigues de Andrade, este teria convidado o também urbanista e professor da FAUUSP Carlos Lemos para a tarefa, para a qual teriam um prazo de três meses⁷⁴. Antes deste trabalho Toledo já havia prestado consultoria na área de preservação para a COGEPI.

A relação dos imóveis eleitos por Toledo e Lemos, a “*Lista dos bens culturais dignos de preservação no Centro de São Paulo*”, foi elaborada entre os meses de janeiro e março de

⁷¹ Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010, assinado pelo prefeito Gilberto Kassab. Disponível em: www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=12052010D%20514780000. Acesso em: 9 out. 2015.

⁷² SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Divisão de Preservação – Seções Técnicas*. São Paulo: DPH, s/d. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_memoria/index.php?p=335. Acesso em: 16 out. 2015.

⁷³ RODRIGUES, M. op. cit., 1994, p. 50-51 e ATIQUÊ, Fernando. *Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther*. São Carlos: RiMa, 2013, p. 296.

⁷⁴ ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. p. 70.

1975 e dela constavam 91 itens, totalizando 200 imóveis, sendo 27 manchas e 66 edifícios isolados.⁷⁵

O relatório resultante desta pesquisa, conhecido como *Programa Toledo-Lemos*, serviu de marco documental para a definição da zona Z8-200, uma classificação de áreas urbanas criada, com outras, pela lei 8.328, de 2 de dezembro de 1975.

Esta lei foi sancionada pelo então prefeito Olavo Egydio Setúbal, e dispunha “*sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município, nas zonas de uso especiais Z8, cria[va] novas zonas de uso, amplia[va] zonas existentes, e d[ava] outras providências.*”.

Conforme Maria J. Azevedo Marcondes, na proposta definida pela COGEP seriam objeto de proteção os “*bens culturais significativos da área central da cidade*”⁷⁶.

Segundo Lemos,

o cadastramento fora orientado pelo moderno conceito de bem cultural que permitia congelar certas “fatias” da cidade, até as de época mais recente, o que não era cabível no “velho sistema”, o do patrimônio histórico que “preocupava-se com a forma externa e a excepcionalidade estética, o purismo do estilo”. E concluía: “No sentido moderno da arquitetura e da antropologia, interessa estudar, por dentro da forma, um documento de como vivia um segmento social daquela época.”⁷⁷

Ainda conforme Maria J. Azevedo Marcondes, a política preservacionista da COGEP buscava contemplar o conceito de “conjuntos urbanos”, em parte baseados na noção de “ambiência urbana” da Carta de Restauro Italiana, de 1932, elaborada com base nas teorias de Gustavo Giovannoni. Nas palavras de Marcondes,

As medidas de proteção do patrimônio adotadas pela municipalidade de São Paulo, em 1975, foram editadas no bojo do debate sobre preservação e planejamento no plano internacional. A reafirmação da proteção de conjuntos urbanos e não mais a concepção tradicional centrada no conceito de monumento presente em documentos, e outras práticas anteriores sobre a questão da preservação foram reiteradas. O pressuposto passa a ser que a intervenção no espaço urbano protegido deveria ser implementada, tendo como base a realização de inventários dos edifícios e dos conjuntos arquitetônicos, incluindo a delimitação das zonas de proteção⁷⁸.

O que se percebe nas ações acima - apesar de a legislação ainda ser renitente em relação ao velho paradigma metodológico herdado de países europeus, como França e Itália, via SPHAN⁷⁹, que ressalta os aspectos de historicidade e excepcionalidade do bem cultural - são tentativas pioneiras e importantíssimas, de alargar o que se entendia por patrimônio e

⁷⁵ ANDRADE, Paula Rodrigues de., *op. cit.*, p. 72.

⁷⁶ MARCONDES, Maria J. Azevedo. “Patrimônio cultural e planejamento: um balanço da trajetória na cidade de São Paulo”. In.: *Fórum patrimônio: amb. constr. e patr. sust.* Belo Horizonte, v. 2, n. 1, jan./abr. 2008, p. 93.

⁷⁷ RODRIGUES, M., *op. cit.*, 1994, p. 65.

⁷⁸ MARCONDES, M. J. A., *op. cit.*, p. 92-93.

⁷⁹ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) é o nome original do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o órgão federal de patrimônio cultural.

inserir o patrimônio no escopo do planejamento urbano, diálogo até hoje jamais realizado de forma satisfatória. Segundo Marly Rodrigues

A inclusão de medidas de proteção ao patrimônio na legislação urbana representou um avanço significativo que apontava um caminho prático para a recolocação do problema da preservação do patrimônio e do papel dos órgãos exclusivamente voltados a essa atividade. O tombamento já se mostrara uma medida ineficaz de preservação [...].⁸⁰

A preservação de imóveis pela área de planejamento criou uma situação no mínimo peculiar, pois o município havia criado meses antes um órgão cuja tarefa principal era justamente a salvaguarda do patrimônio cultural, mesmo sem efetivar-se em tombamento. Preservados os bens no planejamento, ainda que por seus valores culturais, sua gestão estaria a cargo da COGEP, e não do órgão da cultura. Segundo Atique,

O DPH, apesar de ser o departamento da prefeitura encarregado da divulgação, do zelo e do projeto de restauro dos bens [preservados], não era, realmente, o gestor da edificação, já que as zonas de preservação eram um instrumento da Secretaria de Planejamento, o que, de fato, impedia uma ação preservacionista mais eficaz.⁸¹

Do documento entregue por Toledo e Lemos, replicado na lei, constava, além da identificação do bem com endereço, uma breve descrição de cada imóvel, com citação de estilo, técnica construtiva, período e responsável pela construção.⁸²

Segundo a alínea “d” do Art. 1º, deveriam estar inscritos na Z8-200 “*imóveis de caráter histórico ou de excepcional valor artístico, cultural ou paisagístico, destinados à preservação*”. Essas destinações do uso das zonas eram evocadas por numerais, que disciplinavam o uso do solo.

Dessa maneira, uma Z8 comportava áreas destinadas à implantação de chácaras de recreio, nomeadas como Z8-100; as áreas Z8-102 destinavam-se à implantação de equipamentos de saúde, educação, lazer ou promoção social; as Z8-103 eram destinadas aos usos comerciais e de serviços.

Havia também as Z9, com uso estritamente residencial, com densidade demográfica baixa; as Z10, com uso estritamente residencial, com densidade demográfica média; as Z11, com uso predominantemente residencial, com densidade demográfica baixa; as Z12, com uso predominantemente residencial, com densidade demográfica média; e por fim a Z8-007.01 e a Z8-007.12, referente à área da Luz.

A classificação Z8-200 foi transformada em *Zona Especial de Preservação Cultural* pela lei 13.885, de 25 de agosto de 2004, que complementou o Plano Diretor Estratégico,

⁸⁰ RODRIGUES, M., *op. cit.*, 1994. p. 65.

⁸¹ ATIQUE, F., *op. cit.*, 2013. p. 298-299.

⁸² ANDRADE, P. R. de., *op. cit.*, p. 72.

instituído pela lei 13.430, de 13 de setembro 2002. Os imóveis anteriormente classificados como Z8-200 foram automaticamente incluídos na ZEPEC, assim como todos os imóveis e áreas preservados pelos órgãos municipal, estadual e federal de patrimônio atuantes no município.

Em 1977 a lista de 1975 foi revisada, com análise individual de cada bem e com pesquisas mais aprofundadas sobre os edifícios. Um dos resultados desse novo trabalho foi a normatização dos níveis de proteção (NP 1, NP 2, NP 3). O relatório de 1977 é chamado de “*COGEP Z8-200 – Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo*” ou “*Programa Toledo/Lemos para a preservação de bens culturais arquitetônicos da área central de São Paulo*”.⁸³

Em 1984 foi publicada a obra “*Bens culturais arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo*”, conhecida como *tijolinho*, editada pela Secretaria de Estado dos Negócios Metropolitanos (SNM), Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (EMPLASA) e Secretaria Municipal de Planejamento (SEMPLA), claramente inspirada no Programa Toledo/Lemos.⁸⁴

E se o percurso para o estabelecimento de um departamento dedicado à formulação de políticas preservacionistas e de salvaguarda do patrimônio na cidade de São Paulo foi demorado e repleto de contramarchas, a trajetória para a criação efetiva de um Conselho de Preservação não seria diferente.

1.2.2 – DECRETO 9.414, DE 15 DE MARÇO DE 1971 - PODER EXECUTIVO

Em 1971, através do Decreto 9.414, de 15 de março, o então prefeito Paulo Salim Maluf criou o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município. Entre as razões levantadas para a criação do órgão estão a competência municipal em concorrência com o estado para a defesa dos bens culturais e a necessidade de haver um órgão municipal responsável por essa tarefa.

O decreto cita, ainda a então recente legislação estadual referente à matéria, provavelmente referindo-se à criação do CONDEPHAAT (no qual visivelmente inspirou-se), ocorrida três anos antes. Devemos lembrar, ainda, que o Compromisso de Brasília, de abril de 1970, resultado do “1º Encontro dos Governadores de Estado, Secretários Estaduais da área cultural, prefeitos de municípios interessados, presidentes e representantes de instituições culturais”, que, entre outras medidas, recomendou aos municípios a instituição da preservação do patrimônio, através de legislação de órgãos apropriados.

⁸³ ANDRADE, P. R. de., *op. cit.*, p. 70.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 73.

O decreto 9.414 não esclarece de fato qual o caráter e as funções do conselho, que deveria, entre outras funções, propor as autoridades competentes o tombamento de bens nele referidos, sem determinar como se daria o tombamento ou quais seriam as autoridades competentes para tombar. Segundo o decreto, o conselho seria composto por oito membros, mas o mesmo documento lista as seguintes instituições como detentoras de assento: 1. Secretaria Municipal de Educação e Cultura; 2. Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 3. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 4. Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 5. Serviço de Museus Históricos do Estado de São Paulo, 6. Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção São Paulo, 7. Órgão do Planejamento urbano integrado do município, 8. Cúria Metropolitana de São Paulo, 9. Instituto de Engenharia de São Paulo, 10. Instituto Geológico Brasileiro.

O presidente do conselho seria escolhido pelo prefeito entre seus membros e deveria ter um regulamento próprio. Caberia a Secretaria de Educação e Cultura prover o pessoal técnico e administrativo necessário.

Embora o decreto de criação do conselho, posteriormente modificado, jamais tenha sido revogado, não há informação acerca de qualquer atividade deste conselho. Quatro anos depois deste decreto a área da Cultura recebeu autonomia orgânica em relação à Educação e foi criado o DPH. A criação de conselho de preservação voltaria à pauta onze anos depois.

1.2.3 - PL 230, DE 27 DE OUTUBRO DE 1982 – PROCESSO 3.945/82 - PODER EXECUTIVO

Em 1982 o Poder Executivo, então chefiado por Antonio Salim Curiati⁸⁵, enviou à Câmara Municipal o Projeto de lei 230, de 27 de outubro de 1982, que dispunha

sobre a proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Urbano, estabelec[ia] incentivos, obrigações e sanções; cria[va] o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Ambiental e Urbano – Conselho de Preservação, na Secretaria Municipal de Planejamento-SEMPA, e da[va] outras providências.⁸⁶

⁸⁵ O médico Antonio Salim Curiati foi eleito Deputado Estadual de 1967 a 1978 (ARENA), em 1990 (PDS) e em 1998 (PPB), Nascido em Avaré, no interior paulista, foi Deputado Federal de 1987 a 1991 (PDS), período em que se elaborou a nova Constituição do País. Exerceu ainda a Prefeitura da cidade de São Paulo de 1982 a 1983 (PDS). Foi Secretário Estadual de Promoção Social de 1979 a 1982 e Secretário Municipal da Família e Bem-Estar Social de 1993 a 1994. Entre 1995 e 1998, foi Secretário Municipal Executivo para Assuntos Comunitários. Foi reeleito Deputado Estadual nas eleições de 2002 (PPB), 2006 (PP), 2010 (PP) e 2014 (PP), sendo que na 17ª Legislatura (2010/2014) foi líder da Bancada e, na 18ª - iniciada em 2014 -, assumiu a 4ª Vice-Presidência desta Casa Legislativa. Disponível em: www.al.sp.gov.br/alesp/deputado/?matricula=300010. Acesso em: 10 out. 2015

⁸⁶ SÃO PAULO. *Projeto de lei 230*, de 27 de outubro de 1982. Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Cultural e Ambiental Urbano, estabelece, incentivos, obrigações e sanções; cria o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Ambiental e Urbano – Conselho de Preservação, na Secretaria Municipal de Planejamento-SEMPA, e dá outras providências. p. 2.

Embora esse projeto tenha sido rejeitado pela Câmara,⁸⁷ ele trouxe elementos importantes e que retornariam posteriormente nas definições dos rumos do patrimônio da capital paulista. Em seu artigo 1º., o projeto se referia a “patrimônio ambiental urbano”, sem esclarecer, de imediato, o que denotava tal expressão, mas já apontando para um âmbito da preservação que renderia discussão nos anos seguintes, e que buscava novas dimensões para a preservação de imóveis.

O patrimônio ambiental urbano é uma noção oriunda da *Declaração de Amsterdã*, documento final do Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu (Congresso de Amsterdã), promovido pelo Conselho da Europa e realizado em 1975, Ano Europeu do Patrimônio Arquitetônico.

Esta carta patrimonial apregoa que o patrimônio arquitetônico, nesse caso o europeu,

compreende não somente as construções isoladas de um valor excepcional e seu entorno, mas também os conjuntos, bairros de cidades e aldeias, que apresentam um interesse histórico ou cultural.⁸⁸

Voltando ao projeto de lei, vemos que este desenvolve a ideia de patrimônio ambiental urbano como sendo aquele que aglutina os “imóveis de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e os representativos de épocas, ciclos econômicos ou estágios culturais” verificados no município.⁸⁹

É de se notar, portanto, que o projeto elencou quais *valores* tornariam os imóveis passíveis de preservação, de acordo com o que se considerava patrimônio à época. Todavia, inseriu esses bens no escopo do “patrimônio ambiental urbano” sem explicar o que, de fato, seria o mesmo. Carlos Lemos, debatendo o projeto em tela, argumentou que desconhecia, se

intencionalmente ou não, seu artigo primeiro finge definir o que seja o referido patrimônio ambiental e, não o fazendo verdadeiramente, abre portas a especulações mil e a análises subjetivas que poderão culminar em erros, equívocos irreversíveis e possibilidades incríveis nesta cidade, que é o paraíso da especulação imobiliária. Trata-se, portanto, de uma lei perigosa, que omite a identificação precisa daquilo que pretensamente deseja proteger, muito a propósito, mediante singelos decretos, como determina seu artigo 2º.⁹⁰

Ainda segundo Lemos, mesmo que os bens elencados como passíveis de serem preservados pudessem ser tomados como elementos componentes do patrimônio ambiental urbano, era

⁸⁷ Não temos os pareceres que o projeto recebeu. O projeto foi rejeitado por número de votos em primeira votação.

⁸⁸ Declaração de Amsterdã. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%CC%83%201975.pdf. Acesso em: 25 set. 2015.

⁸⁹ PL 230/82, *op. cit.*, p. 2.

⁹⁰ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. A lei regulamentadora do patrimônio ambiental urbano. *Folha de S.Paulo*, 2 dez. 1982, p. 3.

estritamente necessário que se compreend[esse] em que condições esses elementos se apresent[avam] no contexto em estudo. Substantivamente, o patrimônio ambiental urbano pressup[unha] coletividade de elementos vinculados uns aos outros.⁹¹

Conforme proposta do próprio Lemos, patrimônio ambiental urbano seria composto de

elementos que necessariamente mantém relações entre si [não] só os arquitetônicos e os relativos à organização do contexto urbano. São elementos significativos, quase sempre bens tangíveis, dentro de uma realidade sociocultural. Apresentam diversificada natureza e, às vezes, são eleitos devido à sua presença imprescindível ou ímpar, por vezes dada a sua forte carga afetiva ou, então, devido a méritos artísticos ou a atribuições ditas históricas. [...] Nosso patrimônio cultural também é composto de bens destituídos de boas qualidades.⁹²

Após destacar que a composição proposta pelo art. 3º do projeto de lei (que veremos adiante) não atendia à interdisciplinaridade exigida pela “magnitude do tema”, Lemos afirma que a

falta de definição do objeto do zelo preservador e indefinição intencional da equipe zeladora mostram bem a displicência com que o assunto foi tratado, fazendo-nos imaginar quantos interesses, principalmente políticos, não estariam ocultos nessa frouxidão do texto vago.⁹³

Outro ponto que pode ser destacado nesse projeto é que, ao contrário do que normalmente acontece, a preservação do patrimônio estaria no âmbito do Planejamento Urbano, e não da Cultura, embora o DPH - órgão da Secretaria da Cultura - já existisse havia sete anos, com histórico de inventários de patrimônio inclusive para a COGEP. Sobre este aspecto questiona Lemos:

O prefeito não sabe para que serve o DPH – Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura da Municipalidade? Não estaria esse órgão municipal nas condições de servir de matriz geradora do mencionado Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano (*sic*), já que possui, em seus quadros, alguns funcionários realmente capacitados para iniciar a empreitada salvaguardadora?⁹⁴

O Conselho, conforme proposto, se debruçaria apenas sobre os assuntos relativos ao patrimônio ambiental urbano, o que, de acordo com a noção de patrimônio que já então se configurava, excluiria os bens isolados presentes no território paulistano.

⁹¹ LEMOS, C. A. C., *op. cit.*, 1982, p. 3.

⁹² LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. Em defesa da memória urbana de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, 23 mar. 1980, p. 47.

⁹³ LEMOS, C. A. C., *op. cit.*, 1982, p. 3.

⁹⁴ *Idem, ibidem.*

O alinhamento a este patrimônio, em especial, tornou o projeto contraditório quando elencou, em seu art. 1º, como elementos constitutivos do patrimônio ambiental urbano paulistano “os imóveis”, sem esclarecer que seriam imóveis componentes de conjuntos.⁹⁵

O projeto previa que o conselho seria composto por oito membros, a começar pelo Secretário de Planejamento, que o presidiria, acrescido de representantes da Mesa da Câmara; Instituto dos Arquitetos do Brasil, seção São Paulo (IAB-SP); Instituto de Engenharia e Secretaria de Planejamento; além de três membros indicados pelo prefeito. O recurso contra a decisão de tombamento deveria ser impetrado junto ao gabinete do prefeito.⁹⁶

Outros dois elementos do projeto foram credores da inserção do patrimônio no planejamento. Um era o espaço dedicado à transferência de potencial construtivo,⁹⁷ merecedora de quatro artigos que regravam o direito e as sanções relativas a este instrumento no âmbito do Projeto de lei. Outro era o regramento dos níveis de proteção dos imóveis tombados. Segundo o projeto, seriam classificados como Nível 1 os imóveis preservados na íntegra, ou seja, tanto interna como externamente.

No Nível 2 seriam inseridos os imóveis a serem preservados em seu exterior, sendo o interior passível de mudança desde que não houvesse alteração na volumetria e acabamento visíveis desde o exterior.

Já como Nível 3 seriam os imóveis adjacentes ao bem tombado, que poderiam ser demolidos desde que as novas construções ou utilizações não descaracterizassem, conforme a alínea III do art. 16 -, “as articulações entre as relações espaciais e visuais ali envolvidas”.

O Nível 3 correspondia, então, às atuais áreas envoltórias, e buscava manter a ambiência e a relação do imóvel tombado com seu entorno, de maneira a não descaracterizá-lo. Segundo a justificativa do projeto, seu objetivo seria

criar dispositivos que possibilit[assem], de forma concreta, a proteção do patrimônio ambiental e urbano do Município de São Paulo. Acontecimentos recentes demonstraram, de forma inequívoca, a ineficácia dos instrumentos legais disponíveis para garantir a conservação dos imóveis considerados marcos da memória cultural e histórica da cidade.⁹⁸

⁹⁵ A dificuldade em compreender o patrimônio ambiental urbano como algo além da edificação persistiria alguns anos na capital. Conforme documento da Operação Urbana Anhangabaú de julho de 1989, a preservação do patrimônio ambiental urbano seguia “as diretrizes de proteção de edifícios mais isolados de valor histórico, e a proteção de visuais significativas do espaço urbano.” In.: SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Planejamento. Empresa Municipal de Urbanização. *Operação Anhangabaú*. EMURB, 1989, p. 2.

⁹⁶ PL 230/82, *op. cit.*, p. 3.

⁹⁷ A transferência de potencial construtivo é instrumento que está presente nesse projeto de 1982 e que seria mantido nos projetos de lei que tratam de preservação em São Paulo, mesmo antes do Estatuto da Cidade.

⁹⁸ PL 230/82, *op. cit.*, p. 9.

O texto não esclarece a quais acontecimentos se refere, mas acreditamos que se trate da demolição de seis casarões na av. Paulista, levada a cabo após Rui Othake, então presidente do CONDEPHAAT, ter afirmado, em entrevista, que esses casarões estavam incluídos em levantamento que o conselho realizava⁹⁹.

De qualquer forma, está claro que o projeto de lei é uma reação à destruição de imóveis considerados pelo autor do Projeto como significativos para a memória paulistana. Isso fica mais nítido no parágrafo seguinte, em que consta que:

Atualmente, essa preocupação está contida na Constituição Federal, cujo parágrafo único do artigo 180 coloca sob a proteção especial do Poder Público as obras e os locais de valor histórico ou artístico. Ao longo dos últimos anos ficou claramente demonstrado que a adoção só de medidas coercitivas não propiciou o atendimento do objetivo maior da preservação das obras representativas da cultura da cidade, sendo necessária a instituição de instrumentos paralelos que não só induzam à proteção, como também desestimulem a destruição sistemática da memória de São Paulo.¹⁰⁰

A Constituição então em vigor, de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional no. 1, de 17 de outubro de 1969, dispunha que:

Art. 180. O amparo à cultura é dever do Estado.

[...]

Parágrafo único. Ficam sob a proteção especial do Poder Público os documentos, as obras e os locais de valor histórico ou artístico, os monumentos e as paisagens naturais notáveis, bem como as jazidas arqueológicas.¹⁰¹

Todavia, a polêmica suscitada acabou não sendo contornada e o Conselho não foi implementado. Novas tentativas surgiriam em um breve intervalo de tempo.

1.2.4 - PL 33/84- PROCESSO 427/84 - VEREADOR MARCOS MENDONÇA

Em 1984 o vereador Marcos Mendonça apresentou o PL 33/84¹⁰², que dispunha

sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano do Município de São Paulo, estabelecendo procedimentos de listagem de imóveis, direitos de uso e

⁹⁹ RODRIGUES, M, op. cit., 1994, p. 82. Em matéria da Revista Veja, Othake teria afirmado que estariam em estudo 31 casarões na av. Paulista em estudo. In.: O GRANDE desastre. *Veja*, São Paulo, ed. 721, p. 91-92, 30 jun 1982, p. 91-92.

¹⁰⁰ PL 230/82, op. cit., p. 11.

¹⁰¹ CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1967, com Redação dada pela Emenda Constitucional no. 1, de 17 de outubro de 1969. Esta emenda na prática transformou-se em nova Constituição. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7%C3%A3o67.htm. Acesso em: 5 jul. 2015.

¹⁰² Este PL foi arquivado no início do ano seguinte, obedecendo à disposição regimental que determina o arquivamento, no início de cada Legislatura, das proposições que até o encerramento da Legislatura anterior não tivessem sido aprovadas em pelo menos uma discussão. (art. 292 da Resolução 03 de 1968).

ocupação do solo, no que respeita a esses bens, incentivos à sua preservação e respectivas sanções.¹⁰³

Uma peculiaridade deste PL é que ele previa a declaração dos bens como integrantes do patrimônio municipal através de lei.¹⁰⁴ Além disso, o projeto transformava em bens tombados aqueles inseridos no âmbito da Z8-200. No escopo deste projeto eram passíveis de serem patrimonializados elementos do meio-ambiente e artefatos.¹⁰⁵

Em comum com o PL anterior do Executivo, esse trazia o patrimônio ambiental urbano como elemento a ser tombado, elencando os itens a serem considerados como tal, classificados como *elementos do meio-ambiente*, que podem ser considerados como os elementos do ambiente natural; e os *artefatos*, que seriam os elementos produzidos pelo ser humano, e em diferentes graus de dispersão no ambiente. Outro ponto de contato entre os dois projetos é que ambos, embora partissem da preservação do patrimônio ambiental urbano, permitiam a preservação de elementos isolados.

Na justificativa do projeto, o vereador destacou, citando Carlos Lemos, que os paulistanos se preocupava com a cidade, buscando meios para salvaguardar a memória, preservando o que possuía significado no repertório do patrimônio ambiental urbano.¹⁰⁶

Mendonça apontou as dificuldades decorrentes da inadequação da legislação sobre patrimônio cultural e ambiental e o comportamento de proprietários, incluindo o próprio poder público. Segundo o vereador, não eram apenas os particulares que demonstravam falta de sensibilidade no trato com os bens de interesse da comunidade.¹⁰⁷

O autor citava, então, para exemplificar sua afirmativa, o exemplo da Escola de Farmácia, na Rua Três Rios, comparável, segundo ele, à Escola Caetano de Campos da Praça da República. Mas aquela edificação, destinada ao ensino universitário, estaria ameaçada de demolição por parte da sua proprietária, a Universidade de São Paulo. Além desse exemplo, o texto fazia referência a perdas imobiliárias na área central e na Avenida Paulista.¹⁰⁸

O proponente do PL destacava a importância de oferecer contrapartidas e compensações aos proprietários e esperava a aprovação da lei em nível municipal, pois,

¹⁰³ SÃO PAULO. *Projeto de lei 33*, de 23 de fevereiro de 1984. Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano do Município de São Paulo, estabelecendo procedimentos de listagem de imóveis, direitos de uso e ocupação do solo, no que respeita a esses bens, incentivos à sua preservação e respectivas sanções, p. 1.

¹⁰⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 1-2.

¹⁰⁶ PL 33/84, *op. cit.*, p. 8.

¹⁰⁷ *Ibid.*, p. 8-9.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p. 9.

conforme sua argumentação, seria o município o responsável por legislar sobre o solo, segundo José Afonso da Silva.¹⁰⁹

Para o vereador Marcos Mendonça, a opção pelo sistema de listagem de inventário dos bens integrantes do patrimônio cultural e ambiental urbano, com preservação por lei, tinha como vantagem

permitir que as iniciativas para a configuração do patrimônio cultural e ambiental do Município de São Paulo part[issem] dos representantes do povo que deverão, para tanto, contar com efetivo apoio da sociedade civil.

[...]

procura[va]-se, dessa forma, retirar dos organismos fechados da tecnocracia o controle de tal procedimento, mesmo porque a preservação do patrimônio cultural e ambiental somente poder[ia] se consolidar através da contínua mobilização da Comunidade.¹¹⁰

O projeto foi avaliado em duas comissões: *Cultura e Educação* e *Proteção ao Meio Ambiente*.

A Comissão de Cultura e Educação considerou o projeto de grande interesse para cidade e para as futuras gerações, recomendando sua aprovação.¹¹¹ Eram membros desta comissão, os vereadores Aurelino Soares de Andrade (PDS), presidente e relator; e José Maria Rodrigues Alves (PMDB).

Na comissão de Proteção ao Meio Ambiente foram citados vários exemplos de cidades que preservaram bens relacionados à memória de personalidades que ali viveram. O relator, apesar de apontar méritos no projeto, ao exarar o parecer recomendou sua retirada, pelo autor, visando aprimoramento, pois o direito de construir adquirido pelo proprietário de imóvel tombado, como ressarcimento pelo tombamento, era previsto como “de ‘até o dobro da área permitida pela legislação de zoneamento’, o que propiciaria uma descaracterização quanto ao gabarito de edificação da área escolhida, fornecendo um fermento especulativo aos proprietários contemplados.”¹¹² Eram membros da comissão os vereadores Mario Noda (PTB), presidente, Albertino Nobre (PTB), relator, e Jooji Hato (PMDB).

Na definição do que seria passível de ser considerado patrimônio cultural paulistano este projeto seguia a linha adotada pelo PL 230/82, do Poder Executivo. O projeto do

¹⁰⁹ Referência ao autor no PL 33/84, p. 11; que em sua obra *Direito urbanístico brasileiro* afirma caber aos municípios “estatuir sobre os planos urbanísticos locais (plano diretor e outros) e sobre normas urbanísticas de ordenação do solo, controle de uso do solo, etc.” Convém, no entanto, frisar que, como vimos, Silva faz coro com seus pares ao defender o caráter administrativo (portanto uma prerrogativa do Poder Executivo) do instituto do tombamento. Esta posição é antagônica à proposta defendida no projeto de lei em tela, que estipula o tombamento por lei, ou seja, de caráter legislativo (portanto uma prerrogativa do poder homônimo). SILVA, J. A. da, *op. cit.*, 1981, p. 77.

¹¹⁰ PL 33/84, *op. cit.*, p. 11.

¹¹¹ PL 33/84, *op. cit.*, p. 18.

¹¹² *Ibid.*, p. 19-20.

vereador Marcos Mendonça elencava, em seu artigo 3º, *caput*, os “*imóveis de valor intrínseco, individual ou de conjunto histórico, artístico ou arqueológico, e os representativos de épocas, ciclos econômicos ou estágios culturais.*”¹¹³

Por sua vez, o PL 230/82, em seu artigo 1º, rezava que constituíam “*o patrimônio ambiental urbano do Município de São Paulo, passível de preservação, os imóveis de valor histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e os representativos de épocas, ciclos econômicos ou estágios culturais.*”¹¹⁴

Interessante perceber que considerava-se, ainda em 1984, a existência de um valor intrínseco ao bem, como se todos os valores projetados no mesmo não fossem uma construção mental, intelectual, política ou ideológica. Bens móveis ou imóveis, assim como bens imateriais, não são dotados de valor por si. Os valores são atribuídos por indivíduos, grupos, sociedades e a partir daí são considerados passíveis ou não, de preservação, como já em 1903, postulava Aloïs Riegl.¹¹⁵

O que se chama de “valor intrínseco” é um valor que o bem possui em si, *per si*, que não é atribuído. Ele faz sentido por, exemplo, quando tratamos de materiais e componentes físicos, que permitem determinadas reações físico-químicas por conta de sua composição. Mas em termos antropológicos e históricos, não.

Em outras palavras, o que se “naturalizava” era uma compreensão de que determinado bem era importante porque o existia desde sempre com tal atributo, não porque foi considerado assim por um indivíduo ou um grupo social ao longo de sua trajetória ou por atuações simbólicas no presente.

Françoise Choay, ao analisar os postulados de Riegl acerca do que seriam monumento e monumento histórico, mostrou que

entendido como dispositivo memorial intencional, o monumento demanda um vigilante e permanente diálogo. Mas ele é também exposto a uma destruição deliberada que pode tomar duas formas: uma positiva, outra negativa. Fala-se da destruição positiva quando a comunidade em questão deixa cair ou demole [sic] um monumento cujo valor memorial e identificatório perdeu-se completamente ou parcialmente. [...] Quanto à destruição negativa, ela foi praticada desde tempos remotos por todos os povos [...] A derrota e a aniquilação de uma cultura tornam-se mais seguras com a destruição dos seus monumentos do que pela morte de seus guerreiros.¹¹⁶

Choay também permite verificar que o monumento histórico, na concepção de Riegl, não era “um artefato intencional”, antes, havia sido

¹¹³ PL 33/84, *op. cit.*, p. 2.

¹¹⁴ *Idem, ibidem.*

¹¹⁵ RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013, *passim*.

¹¹⁶ CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*. Antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011. p. 12.

escolhido de um *corpus* de edifícios preexistentes, em razão do seu valor para a história (seja de história factual, social, econômica ou política, de história das técnicas ou de história da arte) e/ou seu valor estético.¹¹⁷

Assim, “na sua relação com a história (qualquer que seja ela), o monumento histórico refere-se a uma construção intelectual, tem um valor abstrato de saber.”¹¹⁸

Dessa maneira, podemos argumentar que a ideia de “valor intrínseco” faz sentido apenas a partir de uma determinada relação estabelecida entre um grupo econômico/social hegemônico e os bens produzidos neste processo de hegemonia, quando os valores deste grupo são materializados nos bens por ele produzidos ou reivindicados.

Assim, a arquitetura Colonial e a Moderna foram dotadas de valor intrínseco no processo de patrimonialização no Brasil, pois estas duas manifestações arquitetônicas foram vistas como “oficiais”, representativas da ideia de Nação, no período Vargas pelo grupo de intelectuais que formou o SPHAN, em 1937. A partir daí, bens destes estilos passaram a ser considerados como dotados de valor *per si*, por décadas, inclusive entre o público não especializado em arte e arquitetura.

De acordo com esse pensamento, um bem vinculado a essas manifestações artísticas e espaciais deveria ser preservado por ser “colonial” ou “moderno” ou por ter sido concebido por certo artista “de valor”. Tal raciocínio, emanado dos altos círculos governamentais, conseguiu inculcar na sociedade a ideia de que o bem patrimonial já necessitava “apenas” da declaração formal de sua importância, pois portador de valor ele já seria desde sua criação.

Este mesmo processo de explicitação de “valores intrínsecos” pode ser visto a partir da hegemonia dos intelectuais ligados à oligarquia cafeeira, que, em parte, adotaram a arquitetura eclética como sua arte e, portanto, já dotada de valor e de poder de representação social.

Um contraponto a esse “domínio” eclético pode ser o slogan estampado em bondes paulistanos da década de 1940, “*São Paulo, a Chicago da América do Sul*”. Porém, mesmo essa hegemonia da arquitetura eclética deve ser relativizada, pois quando dos “melhoramentos” do Vale do Anhangabaú, introduzidos a partir das sugestões contidas no Plano Bouvard e que resultariam no Parque do Anhangabaú, parte dos projetos foi realizada por Samuel das Neves e por seu filho de Cristiano Stockler das Neves¹¹⁹, ambos arquitetos de influência estadunidense.

Além disso, o brasão da cidade foi instituído na gestão do prefeito Washington Luís (1914-1919), admirador da arquitetura neocolonial. Seu autor é José Wasth Rodrigues, artista

¹¹⁷ CHOAY, Françoise., *op. cit.*, 2011. p. 13.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 13-14.

¹¹⁹ SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo., *op. cit.*, p. 140-141.

plástico vinculado ao movimento neocolonial, que o produziu para a aplicação nos elementos neocoloniais inseridos no Largo da Memória (na região do antigo Piques) na década de 1910, para o qual o brasão teria sido pensado. O projeto de reforma do lago é de autoria de Victor Dubugras, arquiteto também adepto do estilo neocolonial. O lema da cidade, gravado no brasão, *Non ducor, duco* (Não sou conduzido, conduzo), é de autoria do poeta modernista Guilherme de Almeida.¹²⁰

Esses dois exemplos nos mostram como havia recepção para outras estéticas que não o ecletismo, o que indica que a hegemonia eclética seria mais uma construção posterior do que um dado da realidade.

Hoje, a concepção de que os bens são preservados porque são imbuídos de valores atribuídos por indivíduos ou grupos sociais e cancelados pelos técnicos e conselhos de patrimônio está mais universalizada nos discursos referentes à preservação. Os bens são visto, via de regra, como elementos que materializam relações sociais, históricas, afetivas e econômicas que os tornam suportes de memória, e esses suportes ao mesmo tempo em que preservam *uma* memória deixam ao esquecimento *as demais* memórias.

Retomando a análise dos PLs, encontramos semelhança acentuada entre os mesmos quanto à classificação por níveis, sendo a redação dos elementos, idêntica. Outros pontos de contato são a criação do Fundo de Preservação, no PL 230/82 chamado *Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Ambiental e Urbano – Fundo de Preservação*, e no PL 33/84 denominado *Fundo de Preservação Ambiental*, ambos tendo textos quase idênticos em ambos os projetos.

A ausência de qualquer referência ao DPH é outro ponto em comum entre os projetos, que delegam a assessoria técnica do conselho a ser criado à SEMPLA.¹²¹

O PL 33/84 foi, também, retirado de tramitação, conforme sugestão da Comissão de Proteção ao Meio Ambiente.

1.2.5 - PL 239/85 – PROCESSO 3.173/85 - VEREADOR MARCOS MENDONÇA

Em 1985 o mesmo vereador Marcos Mendonça apresentou o PL 239, de 22 de outubro, que dispunha “sobre tombamento de bens pelo município, e [dava] outras

¹²⁰ Guilherme de Almeida é também autor do Hino dos Bandeirantes, institucionalizado como hino oficial do estado de São Paulo pela lei Lei 9.854, de 2 de outubro de 1967.

¹²¹ O PL 33/84 faz referência à COGEP, mas este órgão já havia sido transformado em SEMPLA pelo Decreto 18.311, de 15 de outubro de 1982, do prefeito Antonio Salim Curiati.

providências”.¹²² Este Projeto de lei visava instituir o tombamento em nível municipal, que seria decidido pelo Conselho Municipal de Tombamento, a ser criado também pelo PL 239.

O PL previa recurso junto ao prefeito contra a decisão de tombamento¹²³, mas o cancelamento se daria apenas por decisão do Conselho.¹²⁴

Seriam integrantes deste conselho, o secretário municipal da cultura; o diretor do DPH; um representante da Câmara Municipal; um representante da Secretaria das Administrações Regionais¹²⁵; um representante da SEMPLA; um representante da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo; um representante da Secretaria dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo; duas personalidades representativas da cultura paulistana, livremente escolhidas pelo Prefeito; um representante da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN); um representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT); um representante da Associação dos Historiadores Municipais; um representante da Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo S.A. (EMPLASA); um representante da Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo (EMURB)¹²⁶; um representante do IAB; um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); um representante do Conselho Regional de Biblioteconomia - Seção de São Paulo; três membros da Sociedade Civil da Cidade de São Paulo - dois deles escolhidos por sorteio em cada Sessão, dentre os Diretores das Associações Comunitárias devidamente constituídas, e o outro seria indicado, dentre seus membros, pelo Conselho do Cidadão da Administração Regional da área em que estivesse localizado o bem que se pretendia proteger.¹²⁷

Totalizava-se, assim, 20 assentos. Esta proposta de Conselho era maior que o do CONDEPHAAT, à época, por exemplo, que detinha 9 assentos em sua composição. Conforme a justificativa que acompanhava o PL,

¹²² SÃO PAULO (cidade). *Projeto de lei 239*, de 22 de outubro de 1985. Dispõe sobre o tombamento de bens pelo município, e dá outras providências. p. 1.

¹²³ *Ibid.*, p. 3.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 4.

¹²⁵ As administrações regionais, conhecidas popularmente como regionais, foram transformadas nas sub-prefeituras, pela lei 13.399, de 1º de agosto de 2002, que “Dispõe sobre a criação de Subprefeituras no Município de São Paulo, e da outras providências.”, sancionada pela então prefeita Marta Suplicy (PT). Disponível em <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L13399.pdf>. Acesso em 12 set. 2015.

¹²⁶ A Empresa Municipal de Urbanização (EMURB) era uma empresa pública, e havia sido criada pela lei 7.670, de 24 de novembro de 1971, tendo como objetivo o replanejamento e a intervenção no espaço urbano. Em 2010 a EMURB foi transformada em duas empresas: a São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo e São Paulo Obras – SPObras. O presidente da EMURB à época da criação da Operação Urbana Anhangabaú era José Vitor Soalheiro Couto.

¹²⁷ PL 239/85, *op. cit.*, p. 6-7.

De fato, não se pode[ria] admitir que uma cidade do porte da nossa ainda depend[esse] de providências dos governos estadual e federal para ver defendido seu patrimônio, por inexistirem normas legais editadas pelo Município e por faltar, na estrutura municipal, órgão que det[ivesse] competências para esse mister. Não se justifica[va] que o poder público local permane[cesse] inerte, sem exercer suas legítimas competências, enquanto a coletividade paulistana, ciente da necessidade de preservação de bens que por seu valor, histórico ou cultural, constituam patrimônio da cidade, já esteja atuando de modo a preservá-lo - como recentemente ocorreu com imóvel de valor histórico-arquitetônico situado na Vila Mariana, que mobilizou toda a vizinhança em sua defesa.¹²⁸

O PL 239 foi objeto de análise de duas comissões: *Justiça e Redação* e *Urbanismo, Obras e Serviços Públicos*.

A Comissão de Justiça e Redação elencou a legislação que considerou pertinente e exarou parecer favorável quanto à questão legal.¹²⁹ Eram membros dessa comissão os vereadores Albertino Nobre (PTB), Presidente; Lauro Ferraz (PMDB), Relator; Brasil Vita (PDS) e João Aparecido de Paula (PFL).

A Comissão de Urbanismo, Obras e Serviços Públicos considerou a iniciativa de interesse da coletividade, e salientou a competência para promover a patrimonialização de bens que o município adquiriria com a aprovação do projeto, assim como já acontecia em nível estadual e federal.¹³⁰ Esta comissão estava composta por Celso Matsuda, Presidente, (PFL), Jooji Hato, Relator, (PMDB), Irede Cardoso (PT), e Nelson Guerra (PDS).

Em 19 de dezembro de 1985 foi apresentado, pelo próprio autor, substitutivo ao PL 239/85, que dispunha “sobre a criação de um conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo.”

A composição do conselho estava assim prevista pelo projeto de lei: um representante da Secretaria Municipal de Cultura; o diretor do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura; o vereador presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de São Paulo; um representante de cada bancada na Câmara Municipal de São Paulo; um representante da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo; um representante da Secretaria Municipal de Planejamento; um representante do Departamento Judicial da Secretaria dos Negócios Jurídicos do Município de São Paulo; um representante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e

¹²⁸ PL 239/85, *op. cit.*, p. 9. O imóvel a que o texto se refere provavelmente seria a Casa Modernista da Vila Mariana, imóvel projetado pelo arquiteto russo Gregori Warchavchik para sua residência. Warchavchik havia pensado em características inovadoras para a época, como a ausência de ornamentação, mas para obter aprovação junto à prefeitura, no projeto apresentado constavam ornamentações em sua fachada. Após sua conclusão da obra o arquiteto alegou falta de recursos para finalizá-la, razão pela qual a obra estava despida das ornamentações. Cf. SÃO PAULO (cidade). Secretaria Municipal de Cultura. Museu da Cidade. Casa Modernista. Disponível em: www.museudacidade.sp.gov.br/casamodernista.php. Acesso em: 05 ago 2015.

¹²⁹ *Ibid.*, p. 11-12.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 13.

Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT); um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB); um representante do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA); um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/SP); um representante da Curadoria do Meio Ambiente da Procuradoria Geral de Justiça; três representantes escolhidos pelos demais integrantes do Conselho, indicados pelas seguintes Entidades Culturais e congêneres sendo que, cada uma delas, indicaria um único membro a) Associação Paulista de Artistas Plásticas, b) União dos Escritores Brasileiros, c) Associação Nacional dos Professores Universitários de História, d) Associação dos Geógrafos Brasileiros, e) Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, f) Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, g) Instituto de Engenharia, h) Sociedade dos Arqueólogos do Brasil, i) Associação Paulista de Museólogos, j) Sindicato dos Bibliotecários no Estado de São Paulo; Três membros da sociedade civil da Cidade de São Paulo, escolhidos pelo Conselho de uma lista formada a partir de nomes inscritos pelas associações comunitárias que indicariam um membro cada, sendo, para tanto, convocadas por edital; três representantes do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, respectivamente das Divisões do Arquivo Histórico, de Iconografia e Museus e de Preservação; dois representantes da Universidade de São Paulo escolhidos entre membros das Faculdades de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de outros Departamentos ligados à área de preservação; dois representantes indicados pelas Associações Comunitárias onde estivesse localizado o bem, objeto de pedido de tombamento. Tal representante teria poderes de deliberação tão somente quanto a este bem.

Este projeto normatizou a relação entre o conselho (CONPRESP) e o órgão técnico (DPH), entre outras disposições, e foi aprovado em 18 de dezembro de 1985, resultando na lei 10.032, de 27 de dezembro de 1985, marcando o início legal do CONPRESP.

Segundo Mirthes Baffi, a partir das dificuldades em aprovar na Câmara Municipal a inserção de imóveis da região Leste na legislação urbanística então dedicada à preservação, a zona Z8-200, no início da década de 1980, o DPH estava

trabalhando em criar um instrumento próprio, um instrumento não, uma estrutura própria para poder exercer a preservação, que é o CONPRESP. Então nós preparamos, começamos a montar a estrutura do CONPRESP, a legislação, que deu origem à criação do CONPRESP, que seria uma forma de o DPH ter um meio de proteger o patrimônio identificado através dos inventários, um instrumento que seria o tombamento, que é o tombamento.¹³¹

Ainda segundo Baffi, o Projeto de lei que deu origem ao CONPRESP foi gestado no DPH:

¹³¹ BAFFI, Mirthes. Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira em São Paulo, 22 de abril de 2015.

É feito lá no DPH. É claro, tinha advogados ajudando, mas dentro da Secretaria de Cultura. Foi feito lá, foi aprovado. Foi pra Câmara Municipal, claro. Projeto do Executivo. E foi criado então o CONPRES¹³².

Os dois primeiros projetos, mesmo não aprovados, são objeto de nossa análise por conterem elementos importantes, que nos desvelam uma vontade de preservação, ainda que essa preservação não possa ser enquadrada nos moldes atuais. Eles podem ser lidos como “termômetros sociais”, mesmo que advindos das bancadas da Câmara Municipal, e aparentemente, sem manifesto apoio popular.

Que sentido fazia naquela época se pensar em criar um Conselho de Preservação do Patrimônio na Secretaria de Planejamento, desprezando a existência e a experiência de um órgão técnico do gabarito do DPH e negligenciando os aspectos para além das questões urbanísticas, que por mais vontade que houvesse o Planejamento não daria conta? Como incluir bens no acervo patrimonial municipal através de lei, sem ouvir o principal interessado, a sociedade, que se faz representar nos conselhos? Por e para que criar um “conselho de tombamento”, que reduziria a preservação do patrimônio cultural a apenas este instrumento, que é importante, mas é apenas parte do processo de preservação, como assegura Rabello?¹³³

Mas, por mais lacunas e equívocos que nossos olhos contemporâneos lhes possam atribuir, à luz do que aconteceu depois, é forçoso reconhecer que esses PLs representaram avanços, devendo-se destacar a preocupação em oficializar a gestão do patrimônio paulistano em plena época de especulação imobiliária, que em outras cidades do país, como o Rio de Janeiro, já estava consolidada.¹³⁴

Imóveis importantes para a história e a memória paulistana estavam sendo demolidos na calada da noite para não serem tombados por outras instâncias. Como o município poderia interferir neste processo? Nestas tentativas de se estabelecer uma política municipal de preservação há rupturas e continuidades, mudanças e permanências.

Mas a ausência de um conselho municipal de preservação à época estava longe de ser exceção. Antes de São Paulo, dentre as capitais apenas quatro haviam criado órgão municipal com igual função: Porto Alegre, em 1976; Rio de Janeiro, em 1980; Belém, em 1981, e Belo Horizonte, em 1984.

São Paulo criara um departamento de cultura em 1935 que cuidava com especial ênfase de documentos iconográficos, bens museológicos e documentos arquivísticos (nesse

¹³² BAFI, Mirthes. Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira em São Paulo, 22 de abril de 2015.

¹³³ Cf. CASTRO, S. R., *op. cit.*, p. 47

¹³⁴ Cf. ATIQUÊ, Fernando. Picaretas, Canetadas, Pás de Cal: a década de 1970 e o ímpeto demolidor em revista. In: Arquitetura Evanesciente: a destruição de edifícios cariocas em perspectiva histórica. Relatório Final de Auxílio Regular à Pesquisa FAPESP. Processo 2-13/05080-2. Guarulhos: EFLCH-UNIFESP, 2015, *passim*.

caso considerados basicamente os textos em suporte papel). Conforme Dea Fenelon, em São Paulo “a questão do patrimônio edificado veio depois, já na década de [19]50”.¹³⁵ E quando esta surgiu, delegou-se sua preservação à área do planejamento, incumbindo-se a área da cultura dos bens móveis, como os vistos acima.

Essa relação entre planejamento urbano e cultura na definição das políticas patrimoniais do município é o que estudaremos no capítulo 2, que trata dos meandros entre a Operação Urbana Anhangabaú e o tombamento do vale homônimo.

¹³⁵ FENELON, Dea Ribeiro. “Políticas públicas em centros históricos: a experiência de São Paulo, 1989-1992”. In.: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: EdUFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995. p. 134

II - “AS MÚLTIPLAS E CONTRADITÓRIAS VOZES DO PASSADO:” O TOMBAMENTO DO VALE DO ANHANGABAÚ E A OPERAÇÃO URBANA ANHANGABAÚ

Um território é um produto de toda a história natural e humana, e as condições do desenvolvimento, em particular os conflitos que o agitarão, decorrerão dessa história. [...] Esse quadro patrimonial compreende a paisagem, os fatores favoráveis ou desfavoráveis à vida dos homens e às suas atividades sociais e econômicas. Compreende também a linguagem, as crenças, os ritmos da vida cotidiana, a relação tradicional com os territórios vizinhos e as entidades de nível inferior e de nível superior, hierárquica e administrativamente¹³⁶.

O tombamento do Vale do Anhangabaú, na capital paulista, em 1992, pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental - CONPRESP - foi bastante ousado, haja vista constituir-se em preservação de uma mancha de grande importância na estrutura urbana.

As características elencadas na Resolução 37/92, do CONPRESP, que tombou o Vale, são a) o valor histórico, social e urbanístico representado pelos vários modos de organização do espaço urbano que compõem a área central da cidade de São Paulo, destacando-se o Vale do Anhangabaú; b) o significado paisagístico e ambiental assumido pelo Vale do Anhangabaú ao longo da história da cidade de São Paulo, e c) o valor histórico-arquitetônico, ambiental e afetivo de diversos imóveis localizados na área do Vale do Anhangabaú e vizinhanças¹³⁷.

Foram tombados por esta Resolução 293 edificações e 9 logradouros públicos. Os logradouros são:

A) Viaduto e respectiva escadaria da Rua Florêncio de Abreu sobre a Rua Carlos de Souza Nazareth;

B) Viaduto Santa Efigênia e respectiva escadaria de acesso;

C) Escadaria e balaustrada entre a Rua Líbero Badaró e o Parque do Anhangabaú;

D) Monumento a Verdi, escadaria e balaustrada entre Rua Líbero Badaró, Parque do Anhangabaú e Quadras 078 e 079;

E) Viaduto do Chá incluindo a Galeria Prestes Maia e a passagem sob a Rua Xavier de Toledo;

F) Antigo mercado de flores, murada e gradil localizado entre as Ruas Líbero Badaró e Dr. Falcão Filho;

G) Viaduto Nove de Julho;

¹³⁶ VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012, p. 19

¹³⁷ CONPRESP., *Processo, Resolução 37/92*, de 9 de dezembro de 1992, p. 132.

H) Praça da República;

I) Praça Ramos de Azevedo;

J) Largo Paiçandú [sic] no qual estão preservados o Monumento 'Mãe Preta' e a vegetação de porte.¹³⁸

Foram utilizados quatro níveis de proteção:

- a) Nível de Proteção 1 (NP-1): corresponde a bens de excepcional interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determinando sua preservação integral.
- b) II - Nível de Proteção 2 (NP-2): corresponde a bens de grande interesse histórico, arquitetônico ou paisagístico, determinando a preservação de suas características externas e de alguns elementos internos.
- c) III - Nível de Proteção 3 (NP-3): corresponde a bens de interesse histórico, arquitetônico, paisagístico ou ambiental, determinando a preservação de suas características externas.
- d) IV - Nível de Proteção 4 (NP-4): espaço envoltório (atualmente chamado de *Área envoltória*) de proteção dos bens tombados, com controle de volumetria, devendo os projetos de novas edificações e ampliações serem submetidos à prévia aprovação do CONPRESP.

Os logradouros públicos foram inseridos no grupo de NP1.

Em uma época de discussão de prioridades e de novos atores sociais chegando ao poder, buscando construir novas metodologias de abordagem do patrimônio cultural como artefato social e elemento urbano de uma pauta coletiva, o poder público municipal forneceu sua chancela ao tombamento, fazendo deste processo um elemento de construção da cidadania, já que, como veremos adiante, se buscava valorizar não o individual, mas o coletivo como sujeito

[...] a lembrança surge no momento do perigo, e o sujeito da preservação deve conhecer esse perigo, deve compreender o presente para compreender o passado. No caso da Alemanha de 1933, ter uma compreensão lúcida do fenômeno do nazismo. Nessa situação, quem preserva não é de modo algum um memorialista confortavelmente reclinado na poltrona da contemplação, nem um arquivador que pudesse se contentar com a computação mecânica dos dados, ainda que tivesse à sua disposição um sofisticado equipamento de gravar, registrar e armazenar. Não. O autor da preservação é *sujeito histórico*, quer dizer, um indivíduo exposto e vulnerável, mas também capaz de agir. Preservar pressupõe um projeto de construção do presente.¹³⁹

¹³⁸ Item acrescentado pela Resolução 16/2004, de 26 de outubro de 2004. Disponível em www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/f8bff_16_Complementa_Res_37_92.pdf. Acesso em 9 out. 2015.

¹³⁹ BOLLE, Willi. Texto I. In.: ARANTES, Antonio Augusto (org.). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Governo do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/CONDEPHAAT, 1984. p. 12-13.

Nesse processo de mudança, novos sujeitos foram incorporados à esfera decisória. Esses não eram apenas os membros da sociedade civil organizada, atuantes fora das estruturas governamentais, mas também, representantes dos órgãos inseridos na própria estrutura e dinâmica do Estado, mas até então, silenciados por força do *modus operandi* da gestão pública. É isso que ressalta Jaime Rodrigues ao afirmar que a área da Cultura retirou o monopólio das esferas tradicionais no trato das questões urbanas:

Para quem esperava uma atuação decorativa, a surpresa foi grande: as questões do patrimônio histórico, pela primeira vez, ganhavam um espaço no debate sobre o planejamento urbano, tendo os membros do CONPRESP e da Secretaria de Cultura discutido políticas públicas em relativa igualdade com outros órgãos que detinham o monopólio nessa área, como as Secretarias do Planejamento, da Habitação e dos Transportes, por exemplo. Na Secretaria da Cultura e, mais especificamente, no CONPRESP, a especulação imobiliária encontraria uma barreira à sua sanha que, havia décadas, transformava a cidade naquilo que sabemos hoje o que é.¹⁴⁰

Nas palavras de Dea Fenelon, diretora do DPH e presidente do CONPRESP na gestão Luiza Erundina (1989-1992),

A perspectiva de discutir as políticas públicas relativas ao centro histórico, e principalmente ao patrimônio cultural da cidade, sempre foi uma ideia bastante ventilada entre nós, profissionais da área, mas que nem sempre encontrou possibilidades de ser colocada em prática.¹⁴¹

Ainda segundo Fenelon, o DPH

zela por uma política cultural de preservação do patrimônio cultural da cidade e [...] por isso, desejava participar da discussão da política urbana, de sua elaboração e implementação. Este foi inegavelmente um dos maiores problemas que tivemos durante os quatro anos [...] no sentido da discussão a ser gerada ou a ser levada em conta. A Secretaria Municipal de Cultura-SMC, queria estar presente na discussão da política urbana, juntar-se à Secretaria de Planejamento, à Secretaria de Habitação, ao Departamento de Parques e áreas verdes, ao Departamento de uso do solo, a todas as instâncias municipais, enfim, que cuidam do planejamento da cidade e da realização das obras. Queríamos participar desta discussão, levando o ponto de vista da cultura.

[...]

De fato, em São Paulo, a política urbana e sua definição sempre foram dominadas pela discussão de planejamento urbano na Secretaria de Planejamento e Habitação [*sic*] e na Empresa Municipal de Urbanização [*sic*], a partir de uma perspectiva extremamente técnica. Nesta perspectiva, com a presença dos arquitetos da Divisão de Preservação do DPH e com a presença de uma historiadora no Departamento de Patrimônio Histórico (eu sou historiadora de formação) e de uma filósofa na Secretaria Municipal de Cultura, a professora Marilena Chauí, o embate de colocar mais clara essa discussão – seus aspectos culturais e filosóficos, princípios como o direito à cidade e à memória – é o que considero ter sido o mais difícil de se levar no conjunto dos órgãos relacionados à política urbana.[...] Só depois de mais de ano e meio de funcionamento é que o Conselho de Política Urbana aceitou a participação da secretária Marilena Chauí como um dos seus membros por ser a secretária municipal de Cultura. [...] Do ponto de vista dos profissionais que não estavam acostumados com o planejamento urbano ou que estavam entrando por último nesta

¹⁴⁰ RODRIGUES, Jaime. Do museu inexistente. In: PAIVA Odair da Cruz e LEAL, Elizabete. (orgs.). *Patrimônio e História*. Londrina: UNIFIL, 2014, v. 1. p. 144.

¹⁴¹ FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 134.

discussão, ter de trabalhar com estas questões implicava também uma adaptação necessária. [As atividades de preservação] e a própria noção de patrimônio histórico comportam uma história, um embate entre diferentes concepções e práticas. Poucos, hoje, conseguiriam conceituar essas noções de patrimônio e preservação apenas como um ramo do saber – de qualquer maneira, um conjunto de técnicas e critérios capaz de dimensionar um trabalho que consistiria e constituiria a discussão que está presente no planejamento da cidade e nas políticas públicas relacionadas ao urbano.¹⁴²

O engessamento das relações entre o DPH e a SEMPLA não era característico da gestão em tela. Em correspondência de 1984, o DPH manifestou surpresa pelo fato de, em análise de alteração do Edifício Esther, área envoltória da Escola Caetano de Campos, o órgão ter sido consultado pelo CONDEPHAAT, conselho estadual, mas não pela SEMPLA, órgão coirmão na estrutura administrativa do município.¹⁴³



Fig. 7. Operação Urbana Anhangabaú. s/d
Acervo EMURB. Foto 2346.

A Declaração de Amsterdã, em 1975, ano de criação do DPH, já defendia que

A preservação das áreas urbanas e o planejamento físico-territorial devem acolher as exigências da conservação do patrimônio arquitetônico e não considerá-las de uma maneira parcial ou como um elemento secundário, como foi o caso num passado recente. Um diálogo permanente entre os conservadores e os planejadores tornou-se, então, indispensável.¹⁴⁴

Em outras palavras, a partir daquele evento, no gerenciamento e nas definições dos rumos da cidade, mesmo nas questões urbanísticas, se deveria ouvir a área da Cultura, pois esta também fazia parte da dinâmica urbana em dimensões menos óbvias. A abertura ou

¹⁴² FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 135-138.

¹⁴³ DPH, resposta ao ofício CONDEPHAAT 336/1984. In.: ATIQUÊ, F., *op. cit.*, 2013. p. 296.

¹⁴⁴ Declaração de Amsterdã., *op. cit.*, p. 4.

alteração de um quarteirão, uma rua, uma avenida também afetavam a dimensão cultural da cidade e essa esfera não poderia mais ser alijada dos processos decisórios.



Fig. 8. Vale do Anhangabaú em direção ao Sul. Década de 1970.

À direita, no centro, o prédio dos Correios. No centro, à esquerda, o “Buraco do Adhemar”. No fundo, à esquerda, o Edifício Matarazzo (atual sede da Prefeitura) e o Viaduto do Chá. Fotografia: Felipe A. Herculano. Disponível em: sampahistorica.wordpress.com/2013/07/11/as-cores-do-vale/. Acesso em: 10 out. 2015.



Fig. 9. Vale do Anhangabaú em direção ao Sul. 2015.

À direita, o prédio dos Correios. Embaixo, os dois túneis que compõem o Corredor Norte-Sul. No fundo, à esquerda, o Edifício Matarazzo (atual sede da Prefeitura). Fotografia (Acervo pessoal)

O elemento provocador do pedido de tombamento do Vale do Anhangabaú foi a *Operação Urbana Anhangabaú*,¹⁴⁵ cuja criação estava em discussão na Câmara Municipal de São Paulo, por meio do projeto de lei 226-90, do Poder Executivo, que, segundo seu enunciado: “estabelec[ia] programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú; cria[va] incentivos e formas para sua implantação, e [dava] outras providências”¹⁴⁶. Essa Operação Urbana era a primeira no país, e foi divulgada como

um conjunto de ações coordenadas pela Prefeitura, com a participação dos moradores, usuários permanentes e investidores privados, visando a melhoria e valorização ambiental da área de influência imediata do Vale do Anhangabaú.¹⁴⁷

Segundo Montandon,

[...] a Operação Urbana Anhangabaú foi prevista na proposta do Plano Diretor de 1991 para incentivar a diversificação de usos em parte da área central. [...] Tinha como pressuposto o preenchimento adequado dos vazios urbanos e a substituição das galerias de águas pluviais. A proposta do Plano Diretor de 1991 previa para a Operação Urbana Anhangabaú a possibilidade de transferência do potencial construtivo dos imóveis de interesse histórico-cultural para fora da área central. Os recursos obtidos seriam aplicados no restauro de imóveis de valor histórico, nos calçadões, em mobiliário urbano e em obras de infraestrutura do sistema de macrodrenagem do Vale do Anhangabaú.¹⁴⁸

O projeto foi analisado em três comissões: Comissão de Constituição e Justiça; Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e Comissão de Administração Pública¹⁴⁹.

Eram membros da Comissão de Constituição e Justiça Walter Abrahão (PDS), presidente em exercício, Francisco Batista, Relator (PTB), Brasil Vita (PTB), Avanir Duran Galhardo (PMDB), Arselino Tatto (PT), Bruno Feder (PDS), Pedro Dallari (PT) e Walter Feldman (PSDB).

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente era composta por

¹⁴⁵ O envio do Projeto de Lei que criava a Operação Urbana Anhangabaú havia sido aprovado pelo Conselho de Política Urbana do Município, cujo Secretário Executivo era o Secretário de Planejamento, em reunião de 22 de fevereiro de 1990. Faziam parte deste Conselho os Secretários de Planejamento, Paul Singer, das Administrações Regionais, Aldaisa Sposati, de Habitação e Desenvolvimento Urbano, Ermínia Maricato, de Transportes, Adhemar Gianisi, dos Negócios Jurídicos, Walter Piva Rodrigues, e de Vias Públicas, Delmar Mattes, e o Diretor Presidente da EMURB, José Vitor Soalheiro Couto, sendo presidido pela Prefeita. O projeto de lei fora elaborado em conjunto por representantes de EMURB, SEMPLA, SMT/CET, SVP, SAR, AR-SÉ e DPH (SMC) ao longo de 6 meses.

¹⁴⁶ SÃO PAULO (cidade). *Projeto de lei 226*, de 1º de agosto de 1990. Estabelece programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú; cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. p. 2.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 2-3.

¹⁴⁸ MONTANDON, Daniel Todtmann. *Operações urbanas em São Paulo: da negociação financeira ao compartilhamento equitativo de custos e benefícios*. 2009. 145f. (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 53.

¹⁴⁹ A decisão sobre quais comissões avaliam cada proposição cabe à presidência da câmara, sendo que todas as proposições iniciam sua tramitação pela Comissão de Constituição e Justiça. O projeto de lei que cria a Operação Urbana Anhangabaú foi objeto de análise de apenas uma comissão de mérito.

José Ferreira do Nascimento (PST), presidente, Lúcia Corrêa (PMDB), Irene Cardoso (PT) e José Guilherme Gianetti (PMDB).

Eram membros da Comissão de Administração Pública Luís Carlos Moura (PCB), presidente, Valfredo Ferreira Filho (PT), relator, Adriano Diogo (PT), Teresa Lajolo (PT), e Armelindo Passoni (PT).

Com pareceres favoráveis das três comissões, o projeto foi aprovado pelo Legislativo e transformado na Lei 11.090, de 16 de setembro de 1991.

Segundo o urbanista e professor José Eduardo Lefèvre,¹⁵⁰ coordenador da comissão intersecretarial que elaborou o projeto da Operação Urbana Anhangabaú, esta iniciativa foi fruto das operações interligadas, conhecidas como Lei de Desfavelamento, implementadas na década de 1980.



Fig. 10. Vale do Anhangabaú. Década de 1970.
Visto do Viaduto do Chá em direção ao Norte. Em plano médio o “Buraco do Ademar”. Ao fundo o Viaduto Santa Ifigênia. Disponível em: <http://quandoacidade.wordpress.com>. Acesso em: 10 out. 2015

¹⁵⁰ LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 4 de julho de 2013.



Fig. 11. Vale do Anhangabaú em direção ao Sul. 2015.
Visto do Viaduto do Chá em direção ao Norte. À esquerda o Ed. CBI-Esplanada. Ao fundo o Ed. Mirante do Vale, o mais alto da capital. Entre ambos parte do prédio dos Correios. Fotografia (Acervo pessoal)

Na gestão do prefeito Jânio Quadros (PTB, 1985-1988), foram iniciadas várias obras de amplo impacto na cidade, tanto no sentido estrutural quanto financeiro, sendo a grande maioria suspensa no início da gestão seguinte, da prefeita Luiza Erundina, restando, entre outras, a reforma da região central, que resultou na reurbanização do Vale do Anhangabaú.



Fig. 12. Vale do Anhangabaú. 1992.

O Anhangabaú em 1992. Reformado, havia sido devolvido à população em dezembro de 1991. Disponível em: gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/1_8_19921.jpg. Acesso em: 10 out. 2015

Porém, ainda segundo Lefèvre, a operação partiu de um pressuposto que se mostrou equivocado, o de que havia uma demanda reprimida por construções no centro, que não seria suprida por conta das limitações impostas pelas leis de zoneamento então em vigor, de 1972 e 1974, que seriam muito restritivas para o interesse do mercado.

Durante a vigência da Operação Urbana Anhangabaú o grupo que a coordenava descobriu que não havia essa demanda, pois o centro não oferecia atrativos para a instalação de empresas e, portanto, para novas edificações, preferindo-se as regiões das avenidas Paulista, Faria Lima e Berrini, os “novos centros” paulistanos. A Operação Urbana Anhangabaú se transformou em operação de regularização de construções mediante pagamento de multa por parte dos proprietários dos imóveis, como aconteceu com as bolas de Valores e de Mercadorias & Futuro.¹⁵¹

A análise do processo de tombamento descortina uma miríade de ações confluentes e conflitantes acerca do Vale. Dessa maneira convém investigá-lo, adentrando pelos umbrais de sua instituição.

¹⁵¹ Cf. LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 4 de julho de 2013.

2.1 - O TOMBAMENTO COMO PROCESSO

Sônia Rabello aponta que “o ato administrativo do tombamento tem como finalidade a conservação da coisa, aí entendida como bens materiais, sejam eles móveis ou imóveis.”¹⁵² A jurista ainda aponta que

Há que se distinguir, na proteção do patrimônio cultural, qual é o objetivo dessa proteção. O bem jurídico, objeto da proteção, está materializado na coisa, mas não é a coisa em si: é o seu significado simbólico, traduzido pelo valor cultural que ela representa. A partir do surgimento da coisa, passa ela a ter uma presença no mundo fático, podendo ou não vir a ter interesse jurídico. Cabe ao Estado esse reconhecimento jurídico.¹⁵³

A jurista aponta que persiste no meio brasileiro, uma “indagação sobre a possibilidade de se concretizar a proteção de bens culturais, ou seu tombamento, por meio de ato legislativo.” Como analisa, desde o Decreto-Lei n.25, de 1937, o tombamento é de ação do Estado. Mas, esclarece Rabello, existe uma distinção conceitual entre “proteção genérica e tombamento.”¹⁵⁴

Este último é ato específico de proteção, previsto no Decreto-lei 25/37, e caracteriza-se pelos aspectos jurídicos ali previstos. [...] O tombamento não esgota as formas legais de proteção dos bens de valor cultural, uma vez que a Constituição [de 1988] não determinou as formas, e sim o dever do Estado de proteger. Destarte, só haverá tombamento se a proteção se der através do processo previsto naquele diploma legal, sem que isto implique a eliminação de outras formas jurídicas de proteção.¹⁵⁵

Dessa maneira, devemos frisar que o processo de tombamento de um bem cultural, enquanto documento, é um processo administrativo, ou seja, não é emanado das esferas do legislativo ou do judiciário. Em linhas gerais pode-se dizer que o processo administrativo é um conjunto de atos, relacionados entre si, ordenados, com vistas a um resultado.

Na cidade de São Paulo o processo de tombamento inicia-se com a aprovação, pelo CONPRESP, de pedido de tombamento¹⁵⁶. Essa aprovação é feita, basicamente, com lastro em parecer prévio do DPH, em que se percebem elementos que justificam pesquisa mais aprofundada, o que vem a acontecer no estudo de tombamento. Segue, então, notificação individual ao proprietário; e publicação da resolução de abertura de processo de tombamento no Diário Oficial da cidade e em ao menos um jornal de grande tiragem, abrindo-se prazo para contestação.

¹⁵² CASTRO, S. R., *op. cit.*, p. 24.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 45.

¹⁵⁴ *Ibid.*, p. 47.

¹⁵⁵ *Idem, ibidem.*

¹⁵⁶ O tombamento pode ser solicitado por qualquer órgão público das três esferas, por associação da sociedade civil ou por qualquer cidadão.

Uma vez aceito o pedido de tombamento e aberto o processo, está o bem protegido até a decisão final emanada do Conselho. É o que se chama de tombamento provisório, incidindo sobre o bem as mesmas prescrições relativas ao tombamento definitivo.

O processo é então enviado ao DPH, para exarar pareceres técnicos que instruem o CONPRESP em sua decisão. Instruído o processo, ele volta ao CONPRESP, que nomeia relator¹⁵⁷ para emitir parecer administrativo, indicando rejeição do pedido, aceitação total ou parcial do mesmo, apontamento de ressalvas e sugestões, ou, ainda, a solicitação de diligências ao DPH para obtenção de informações adicionais que subsidiem seu parecer.

Esse parecer pode ser por tombamento, não tombamento ou tombamento em parte. Se o parecer for pelo não tombamento, arquiva-se o processo. Se o parecer for pelo tombamento, e em caso de aprovação, o processo volta ao DPH para elaboração de minuta de resolução de tombamento, que vai para chancela do Secretário de Cultura. Não havendo contestação no prazo legal, vai a chancela do prefeito e para registro no livro de tombo. Todos esses passos devem ser objeto de publicação, em diário oficial e órgão da imprensa.

O processo de tombamento é, então, a espinha dorsal nesta ação preservacionista, pois é o documento que baliza as decisões do conselho, compondo-se desde autoria e argumentos solicitando o tombamento até os pareceres emitidos durante o processo de avaliação do pedido inicial. Dele devem constar todos os documentos mobilizados para construir argumentos favoráveis ou contrários à preservação.

Nesse sentido (lembrando sempre de que se trata de processo administrativo, com percurso circunscrito ao Poder Executivo) se assemelha aos autos de um processo jurídico, na medida em que deve ser considerado, para tomada de decisão, apenas os elementos nele inseridos, ou, como reza o jargão jurídico do Direito Positivo, *o que não consta dos autos não existe no mundo*.

2.2 - O PROCESSO DE TOMBAMENTO ENQUANTO DOCUMENTO

Devemos sempre considerar que o processo de tombamento, enquanto documento, não é algo neutro. É presidido por um rito que é fruto de escolhas, que resultam em um documento também resultado de escolhas, de determinantes que resultam em um produto. Ou seja, o processo é um documento produzido com um objetivo, não por um acaso.

Porém temos sempre a noção de neutralidade. No nosso imaginário documento é aquilo que *prova* algo. Prova nossa identidade, *comprova* que cumprimos com determinadas

¹⁵⁷ Em casos de tombamento e revisão de tombamento - principalmente em áreas urbanas mais extensas - atualmente o CONPRESP, via de regra, distribui os processos para dois relatores. Cf. PIRES, Walter. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira em São Paulo, 1º de julho de 2015.*

obrigações ou que fazemos jus a determinados direitos. O documento, então, salvo prova em contrário, é incontestável.

Não podemos esquecer jamais que, independente da vontade dos sujeitos individuais que atuam no processo de patrimonialização, em sua imensa maioria profissionais dedicados e abnegados, a estrutura e o funcionamento do Estado visam afastar o cidadão de suas decisões, e o rito burocrático é uma das formas para que isso ocorra.

Há, então, um contexto de produção e circulação do documento, que serve a interesses, seja para aprovar ou para rejeitar, para mostrar ou para esconder, para incluir ou para excluir. Nas palavras de Le Goff, “O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder.”¹⁵⁸

Mas se para este historiador francês o documento é fruto de relações de força e poder, é também uma forma de ligação com o passado, conforme as palavras de Antônio Arantes, para quem “O interesse pela defesa de estruturas arquitetônicas, paisagens e recursos naturais decorre sem dúvida do desejo de manter laços de continuidade com o passado.”¹⁵⁹ Também nesse sentido o *documento* é um *monumento*.

Ainda segundo Le Goff, o documento está inserido em um contexto de posição de quem o produz e em um situação que já não é neutra. Conforme o historiador francês,

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.¹⁶⁰

Utilizando o conceito de *monumento* como sendo aquilo que serve para evocar o passado¹⁶¹, Le Goff advoga que o documento é algo que permanece, e que, portanto, “o documento é monumento [e] resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo o documento é mentira.”¹⁶².

O processo de tombamento, enquanto documento, é um dossiê, reunindo informações de naturezas e suportes diversos. Documentos de indivíduos, de grupos, de associações, de órgãos públicos, em suporte papel ou meio digital, textuais, pictóricos, cartográficos, matérias veiculadas por órgãos da imprensa, todos esses elementos podem compô-lo, articulando-se de

¹⁵⁸ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EDUNICAMP, 1990. p. 545.

¹⁵⁹ ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 9.

¹⁶⁰ LE GOFF, J., *op. cit.*, p. 547.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 535.

¹⁶² *Ibid.*, p. 548.

forma a interferir na decisão do órgão de tombamento.

2.3 - PATRIMÔNIO E PLANEJAMENTO: RELAÇÕES POSSÍVEIS

Em 16 de abril de 1990 foi encaminhado à Diretoria de Preservação do DPH, o Memorando 145/90, assinado pelo arquiteto Eudes de Mello Campos Junior,¹⁶³ que trata de “*abertura de processo de tombamento referente à área objeto da Operação Vale do Anhangabaú*”¹⁶⁴. Segundo este memorando, o

projeto de lei relativo a essa operação deverá dentro em pouco, ao que consta, ser apreciado pelo legislativo, sendo oportuno por isso que àquela altura já tenhamos salvaguardado o **patrimônio de interesse** existente naquela área.¹⁶⁵

Sobre a solicitação de abertura de processo de tombamento, em 23 de abril de 1990, Leila Diêgoli, então Diretora da Divisão de Preservação do DPH, exarou parecer favorável ao pedido, por

tratar-se de **patrimônio ambiental urbano**¹⁶⁶ **de reconhecido valor histórico, arquitetônico e cultural**, conforme pode ser observado nas justificativas encaminhadas em anexo.¹⁶⁷

Ainda segundo o texto de Diêgoli, estava

¹⁶³ O signatário era, à época, Chefe da Seção Técnica de Crítica e Tombamento (STCT) da Divisão de Preservação do mesmo DPH.

¹⁶⁴ Conforme a São Paulo Urbanismo, autarquia responsável pelos projetos urbanísticos da capital paulista, “as operações urbanas visam promover melhorias em regiões pré-determinadas da cidade através de parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada.” In.: SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. São Paulo Urbanismo. *Operações urbanas*. São Paulo: SMDU, s/d. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/index.php?p=19525. Acesso em: 12 set. 2015. O art. 18 da Lei 12.349 de 6 de junho de 1997, que criou a Operação Urbana Centro, determina que “Os direitos, processos e obras em andamento referentes à Operação Urbana do Anhangabaú, aprovada pela Lei n.º 11.090, de 16 de setembro de 1991, ficam transferidos sem solução de continuidade para a Operação Urbana Centro”. In.: SÃO PAULO (cidade). *Lei 12.349*, de 6 de junho de 1997. Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/centro/index.php?p=19620. Acesso em: 12 set. 2015.

¹⁶⁵ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental. *Processo de tombamento 1991-0.005.079-2* (antigo 16-042.110-91*60), referente ao perímetro do vale do Anhangabaú. São Paulo: CONPRESP, 1991. p. 25

¹⁶⁶ Conforme o Boletim do DPH, n 3, 1990, p. 25, o que aquela gestão entendia como patrimônio ambiental urbano era: “conformações geomorfológicas, vestígios e estruturas de arqueologia histórica, tecidos urbanos e estruturas viárias, parcelamento do solo, edifícios e conjuntos arquitetônicos, áreas verdes e ajardinamentos, monumentos e obras escultóricas, e toponímia”. O valor deste patrimônio ambiental urbano estaria “na manifestação repetitiva da cidade, construindo grupos tipológicos caracterizadores de certas áreas, no grau de homogeneidade do assentamento urbano e integração com o tipo de ocupação, que remontam à ocupação original e sua evolução, na importância quanto à referência histórico-cultural que denotam modos de vida peculiares.”

¹⁶⁷ SÃO PAULO (cidade). Processo de tombamento., *op. cit.*, p. 26.

[...] em tramitação na Câmara Municipal projeto de lei denominado Operação Vale do Anhangabaú que disp[unha] sobre a criação de incentivos e benefícios para proprietários de bens tombados executarem obras de conservação e restauro. Para que os proprietários usufru[íssem] deste direito faz-se necessário o tombamento destes bens. Acreditamos que através da aplicação da legislação municipal preservacionista, ou seja, o tombamento, atrelado à criação de benefícios e incentivos para manutenção dos bens tombados, estaremos caminhando para uma efetiva revalorização da área central da Cidade de São Paulo.¹⁶⁸

Mas apesar de Diêgoli se referir a *patrimônio ambiental urbano de reconhecido valor histórico, arquitetônico e cultural*, sem especificar quem havia reconhecido estes valores, pode-se questionar a real visão do DPH acerca do Vale do Anhangabaú como ambiente urbano. Afinal, apesar da importância atribuída à região quando da abertura do processo de tombamento, o Vale não havia sido objeto de um inventário próprio. Conforme a publicação *Relação de projetos e atividades – 1989-1992*, do DPH, no tombamento do Vale do Anhangabaú foram utilizados em parte os inventários do Centro Novo, Centro Velho, Consolação, Vila Buarque e Santa Ifigênia¹⁶⁹.

A definição, portanto, do que era o Vale do Anhangabaú e, a partir daí, qual o ambiente urbano a ser preservado, surgiu da área objeto da Operação Urbana Anhangabaú, e não de uma avaliação embasada na noção de patrimônio ambiental urbano, o que explica a coincidência entre a área da Operação Urbana Anhangabaú e a área preservada.

Considerados os argumentos em favor do tombamento acima expostos e a sugestão da Seção Técnica de Crítica e Tombamento ao CONPRESP, decidiu este conselho pela abertura do processo de tombamento. Essa leitura nos parece a mais provável considerando dois fatores. O primeiro é a existência, além do memorando citado, de documento, no arquivo do DPH, sem indicação de autor ou data e não integrante do processo de tombamento, onde consta que “A *Seção Técnica de Crítica e Tombamento está propondo ao CONPRESP a abertura de processo de tombamento da área circundante do Vale do Anhangabaú*”.¹⁷⁰

Outro fator é a presença, na reunião do conselho realizada em 5 de abril de 1991, em que se abriu o processo de tombamento do Vale do Anhangabaú, da arquiteta Leila Regina Diêgoli, ocasião em que explanou acerca do Projeto de Lei que criaria a Operação Urbana

¹⁶⁸ SÃO PAULO (cidade). Processo de tombamento., *op. cit.*, p. 26.

¹⁶⁹ DPH., *Relação de projetos e atividades – 1989-1992*, 1992. s/p.

¹⁷⁰ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Divisão de Preservação, Seção Técnica de Levantamento e Pesquisa. *Pasta P21/G2/A2/A21 – Vale do Anhangabaú*. São Paulo: DPH, s/d.

Anhangabaú e a conveniência de se tombar imóveis no perímetro desta operação para que os proprietários de imóveis pudessem usufruir dos benefícios previstos na lei.¹⁷¹

Segundo publicação do próprio DPH,

Hoje, entre os principais especialistas da área e particularmente em São Paulo, sob uma gestão petista, a preservação dos bens culturais deve ser capaz de garantir a proteção dos testemunhos físicos das múltiplas e contraditórias vozes do passado. Trata-se de preservar não apenas a memória dos dominados. O episódio que envolveu a abertura do processo do tombamento do bairro do Bexiga em novembro de 1990 pode ilustrar o debate que se trava, no interior do próprio governo, em torno desta questão.¹⁷²

Naquela ocasião, e mesmo hoje, muitos contestaram tal iniciativa, acusando-nos de inviabilizar o Concurso de ideias para renovação e preservação do bairro, então em andamento por iniciativa da EMURB. [...] Nosso critério não é [...] a busca de exemplares arquitetônicos de excepcional valor. Acreditamos na importância de manter e preservar a estrutura urbana com seus conflitos: a vila de casas de aluguel, os cortiços, a antiga casa de chácara, a escola de samba, as casas dos italianos dos negros, dos imigrantes.¹⁷³

Considerando as concepções de patrimônio expressas pelo DPH, tanto no âmbito do processo de tombamento como em suas publicações oficiais, chama a atenção a justificativa central para o pedido de tombamento do Vale. Citando exemplos como o prédio do antigo Unibanco, na Praça do Patriarca, do Banco do Brasil e do Banco do Estado de São Paulo – BANESPA - na Praça Antônio Prado – o texto afirma, desvelando questões centrais no processo, que estas edificações

formam o **cartão postal através do qual se conhece São Paulo**” [...] Que não tenham esses grandes edifícios o mesmo fim daqueles **saudosos palacetes**, destruídos pela falta de visão e de interesse de toda uma época.¹⁷⁴

Conforme Maria Luiza Tucci Carneiro,

Valorizada enquanto reduto de imigrantes europeus, brancos e católicos, São Paulo dificilmente é identificada como reduto de negros ou de indígenas. Tal composição não combina com o paradigma de cidade moderna herdado da civilização europeia e que moldou os olhares interpretativos sobre São Paulo até as décadas de 1960 e 1970. Desde o século 19, os intelectuais e urbanistas brasileiros sonharam as

¹⁷¹ CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL. CONPRESP. *Ata da 26ª reunião* – realizada em 5 de abril de 1991. Livro 1, p. 41 Redigida por Vera Lúcia Del Buono Forgioni e assinada por Déa Fenelon, Edelcio Mostaço, René Antônio Nusdeu, Victor Hugo Mori, membros do Conselho, e Leila Regina Diêgoli, convidada.

¹⁷² Em novembro de 1990, diante do interesse do mercado imobiliário pela região da Bela Vista (Bexiga), o CONPRESP, em curto espaço de tempo, abriu processo de tombamento e tombou vários imóveis na região, contrariando pareceres de órgãos da própria prefeitura.

¹⁷³ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *DPH, memória, preservação e tombamento: contribuições para uma política urbana*. São Paulo: DPH, [1991?], s/p. Grifos nossos.

¹⁷⁴ SÃO PAULO (cidade). Processo de tombamento, *op. cit.* p. 58. Grifo nosso.

imagens espetaculares de Paris contracenando com uma multidão pequeno-burguesa em que o pobre e o miserável não tinham lugar.¹⁷⁵

Ainda que não tenha sido intencional, transparece no processo uma escolha de que história contar e quais seus sujeitos. Apesar de São Paulo ter construído para si uma imagem de metrópole cosmopolita, nem todos os povos que a compõem foram assimilados, por isso, permanecendo excluídos dos processos de preservação da memória e da história paulistana, de forma que poucos povos ou grupos sociais estão presentes nos discursos de preservação e têm elementos da cultura material preservados.

Os antigos casarões da burguesia paulistana deveriam, segundo se percebe na citação retirada do processo, ter sido preservados, o que não ocorreu. Essa suposta falha poderia, então, ser corrigida em relação à arquitetura ainda presente na região - e que remete à ocupação da elite, conforme o trecho citado - mesmo levando-se em conta que, à época do pedido de tombamento, a área já não fosse primordialmente residencial. É de se notar a ideia de saudade do passado que transpira do texto, cuja materialização presente na arquitetura deve ser mantida como marca daquele tempo (o tempo dos saudosos palacetes).

Encontramos no Arquivo do DPH parecer apócrifo, datado de 25 de maio de 1993 e endereçado ao chefe substituto da STCT, também não nomeado. O documento, segundo consta no mesmo, teria sido elaborado como “subsídio ao CONPRES” na análise de contestação de tombamento referente ao edifício CBI-Esplanada, apresentado pela (hoje extinta) Nossa Caixa Nosso Banco S.A.¹⁷⁶

¹⁷⁵ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O rosto surrealista de uma metrópole. In.: SESCSP. *A cidade e suas histórias*. São Paulo: SESCSP/Lazuli, 2006. p. 10.

¹⁷⁶ DPH. Arquivo. *Pasta 02B.021*. s/p. A contestação partiu desta instituição bancária provavelmente em razão de haver uma agência sua no térreo do edifício, espaço atualmente ocupado pelo Banco do Brasil, instituição que adquiriu e extinguiu a Nossa caixa Nosso banco.



Fig. 13. Edifício CBI-Esplanada. Década de 1950.

Disponível em: [www.cbiesplanada.com.br/ img/imgCBIEdificio.jpg](http://www.cbiesplanada.com.br/img/imgCBIEdificio.jpg). Acesso em: 10 out. 2015

Ainda segundo o documento, o edifício consta do IGEPAC Centro Novo, “avaliado como de valor arquitetônico, histórico e ambiental na paisagem urbana da área central da cidade” e preservado com o nível de proteção 3¹⁷⁷.

Os argumentos elencados na contestação estariam abrigados na opinião de que aquele imóvel

[...] não representa(va) qualquer valor histórico, cultural ou paisagístico à cidade de São Paulo, pois, além de moderno, sua construção arquitetônica encontra-se dentro dos parâmetros normais de toda e qualquer construção civil [...].¹⁷⁸

Percebe-se na argumentação que o fato de o edifício ser Moderno exclui, *per si*, os valores histórico, cultural ou paisagístico, como se este estilo fosse, por natureza, destituído de qualquer valor digno de ser perpetuado.

Ao argumento exposto o parecer contesta afirmando que a filiação do projeto ao estilo

¹⁷⁷ DPH. Arquivo. Pasta 02B.021. s/p.

¹⁷⁸ *Idem, ibidem.*

Moderno não é motivo para excluir o edifício do rol dos bens preservados. Dentre os motivos que justificariam sua inclusão na lista de imóveis preservados na área do Vale estão o fato de ser “o primeiro arranha-céu construído na área do Vale”, possuindo “estrutura de concreto armado com soluções inovadoras”.

O parecer cita, ainda, a repercussão que a edificação obteve quando de sua inauguração, em 1951, pelo volume, que seria então a maior estrutura de concreto armado do mundo, segundo a revista *Paulistania* (jan-fev. 1951, p. 20).

Seguindo o parecer, descobrimos que no CB-Esplanada foi inaugurado, em 1951, o Clube Piratininga, sede de “atividades sociais e recreativas, frequentado por pessoas de renome e prestígio social da época”.

Na dimensão ambiental, conforme o parecer, o imóvel ainda possuía, quando de sua redação, em 1993, “papel significativo a nível [sic] da paisagem do Vale, destacando-se por sua monumentalidade, criando contraponto com os edifícios vizinhos mais elevados da Rua Líbero Badaró e mantendo seu papel como marco referencial da área do Vale do Anhangabaú.”

O texto encerra afirmando que “ao contrário do que afirma a Contestante, e pelo que resumimos acima, esse edifício é um importante exemplo de arquitetura moderna paulistana, com destacado valor ambiental na paisagem do Vale do Anhangabaú.”

Não tivemos acesso ao documento contestatório e não foi possível compreender as razões pelas quais esta contestação e a réplica citada acima foram excluídas do processo de tombamento do Vale, ao contrário das outras duas contestações analisadas neste trabalho.

De qualquer forma a pergunta que se impõe ao analisarmos o parecer citado é porque este edifício, dotado de tantas qualidades arquitetônicas, ambientais e culturais (afinal, conforme o parecer, foi sede de um clube social e recreativo voltado para a elite da época) não foi elencado junto aos demais elementos arquitetônicos que formam o “cartão postal”?

Os argumentos citados surgiram com resposta a um questionamento da escolha dos bens a serem incluídos no tombamento, mas estiveram ausentes no processo quando da construção de uma “identidade paulistana”, materializada pelos exemplares canônicos pelos quais “se conhece São Paulo”.

Com essa dicotomia entre o discurso metodológico oficial do DPH e a argumentação desenvolvida na prática do tombamento, a abertura do processo de tombamento foi aprovada pelo CONPRESP por meio da Resolução 06, de 5 de abril de 1991, publicada no Diário Oficial do Município (DOM)¹⁷⁹ - em 10 de abril de 1991, alterada pela Resolução 11/91,

¹⁷⁹ Antigo Diário Oficial do Município, atual Diário Oficial da Cidade (DOC).

publicada no DOM em 8 de maio de 1991. Constan do processo 293 edificações e 9 logradouros públicos.

Em 29 de abril de 1991 foi realizada reunião extraordinária sobre o tombamento do Anhangabaú, por convocação da presidência do CONPRESP. Segunda a ata da reunião,

De início a presidência noticiou e distribuiu xerox sobre a repercussão que está sendo veiculada sobre o assunto, aduzindo que, em reunião realizada na Secretaria Executiva do Conselho de Política Urbana, ficou definido que quando da abertura de processo de tombamento o assunto seria previamente levado ao conhecimento daquele conselho, portanto, digo, que o Conpresp não tem liame de subordinação com aquele conselho, portanto suas decisões são independentes, que, embora independente, as decisões se fundamentam em informações do órgão de apoio que de certa forma estão em sintonia com as providências que vem sendo adotadas no âmbito da preservação da cidade de São Paulo, [...]¹⁸⁰

É perceptível na leitura do documento a necessidade sentida pelo CONPRESP de se desvencilhar da imagem de subordinação a outros órgãos da administração, principalmente àqueles voltados ao planejamento urbano, dos quais não receberia a consideração devida. Conforme a ata,

[...] a abertura de processo de tombamento do Vale do Anhangabaú, que considerou o projeto de reurbanização do vale e que por outro lado, aquele órgão tinha conhecimento das intenções do Conpresp, anteriormente à abertura do processo, pois foi destinado ao engenheiro [sic] Lefèvre uma sessão para expor o projeto de reurbanização do Vale. Estranha-se, pois, a posição e fica a indagação: no que o tombamento do inviabiliza a operação?¹⁸¹

Em relação a esta polêmica é interessante ver uma questão que surge de certa forma como pano de fundo, mas que auxilia na compreensão da postura de cada membro do conselho:

[...] o conselheiro Edécio, no aparte, lembrou a discussão efetuada favorável ao tombamento por manchas, sendo, a partir de então, traçada a diretriz do Conselho, acrescentou que o Conpresp não é um órgão da administração, ele é um anexo, composto por representantes do Executivo e órgãos externos à administração, portanto imbuído do poder de deliberação pela votação individualizada de cada membro, são os conselheiros, enquanto membro do conselho, que se manifestam, não o funcionário de uma ou outra secretaria, embora seja óbvio que esta poderá ser ouvida. A esse aparte refutou o representante de SEHAB, bem como o representante de SEMPLA, que alegaram serem representantes e como tal devem se posicionar de acordo com o entendimento das secretarias representadas e não de acordo com o convencimento particular de cada um. [...] De tudo posto, chegou-se à conclusão que o tombamento é necessário e natural, devendo no entanto, ser providenciado um aditamento à Resolução, a fim de ser identificado os bens de interesse dentro do perímetro descrito.¹⁸²

O CONPRESP, como de regra os conselhos de participação na administração, é um

¹⁸⁰ CONPRESP. *Ata da 27ª reunião, op. cit.*, livro 1, p. 43. Essa ata foi redigida por Vera Lucia del Buno Forgioni e assinada por Déa Ribeiro Felonon, Edécio Mostaço, Victor Hugo Mori, Renê Antônio Nusdeu, membros do Conselho, e Leila Regina Diêgoli, convidada.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 43 (verso).

¹⁸² CONSELHO MUNICIPAL., *op. cit.*, p. 44.

órgão colegiado composto por entidades, representadas por membros por elas indicados e nomeados pelo prefeito. Então, em princípio, a condição de membro do CONPRESP seria uma condição de representação, em que o conselheiro leva ao interior deste conselho as posições e ideias da instituição que representa. Naturalmente, pela dinâmica do órgão, há ocasiões em que o representante não pode consultar a entidade por ele representada, em razão, por exemplo, da urgência em tomar decisões.

Por outro lado, há quem veja a função de representação como um mandato em que se delega a representação e a possibilidade de tomar decisões, sendo que, a partir da delegação, o pensamento que orienta a ação do representante pessoal, à revelia do órgão representado.

Mas o que mais chama a atenção neste trecho do documento é a ideia de que o conselho “não é um órgão da administração”, ele seria então apenas “um anexo”. O CONPRESP, como qualquer conselho, está inserido no organograma da administração pública, regido por lei, com regimento interno, atas, e suas decisões são em caráter “deliberativo”, sendo submetidas a chancela das autoridades superiores.

Não se pode, então, afirmar que não faz parte da administração e que é um anexo. Mas é essa ideia de “anexo” que permitiu a órgãos da administração questionar tanto a conveniência e oportunidade das decisões deste conselho como a necessidade de submeter a ele as decisões destes outros órgãos e ouvir seu parecer.

Fica patente nas entrelinhas da polêmica sobre o tombamento do Anhangabaú que para alguns órgãos da administração os órgãos de patrimônio da cidade de São Paulo, tanto o DPH como o CONPRESP, “atrapalham” a gestão urbana. O aspecto interessante nessa pequena polêmica sobre representação é que a noção de “anexo” foi posta por um representante da Secretaria Municipal de Cultura, órgão em cujos quadros está inserido o CONPRESP, e na posição contrária estavam SEHAB e SEMPLA, secretarias tradicionalmente mais refratárias às ações do patrimônio.

Mas essa tensão interna à prefeitura causada pelo pedido de tombamento do Anhangabaú não foi inédita. Segundo Dea Fenelon, a abertura do processo de tombamento do Bexiga já havia gerado

um mal-estar dentro do grupo que trabalhava com a região por ter sido uma intervenção mesmo, uma definição do que precisa ser feito. O conselho aprovou, a EMURB foi contra, houve um bate-boca na imprensa entre nós, foi uma situação bastante difícil. Inegavelmente, o SECOVI, o sindicato das imobiliárias e da construção civil, aproveitou-se disso, criando uma discussão sobre a utilização do recurso do tombamento e, sobretudo, sobre o que preservar na região do Bexiga.¹⁸³

¹⁸³ FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 146.

Conforme a ata da 24ª reunião do CONPRESP, dia 9 de novembro de 1990,

foi exposto pela senhora presidente que a abertura do processo de tombamento do bairro do Bexiga criou uma certa animosidade [sic] com o pessoal da Emurb, que entende ter o referido ato do Conselho prejudicado as providências referentes ao concurso em andamento naquela região. Solicitou a aquiescência dos membros presentes para que a diretora da Divisão de Preservação, presente à sessão, entrasse em entendimentos com a Emurb no intento de esclarecer a situação, obtendo-a por unanimidade.¹⁸⁴

É pouco provável, porém, qualquer participação partidária nessa questão, pois a divergência não estava centrada na questão ideológica (ainda que esta possa ter havido). A clivagem nesta polêmica estava entre duas tradições: planejamento e preservação.

Por motivos que ao se somarem se potencializaram, como o ineditismo do instrumento “Operação Urbana” e a (então) recente, existência de um Conselho de Patrimônio e, portanto, do tombamento em nível municipal, não houve, no âmbito da Operação Urbana, um diálogo mais profundo sobre a pertinência e a escala do tombamento na área do Anhangabaú.

Tendo assento na comissão responsável pela Operação Urbana Anhangabaú, imaginar-se-ia que o DPH se utilizaria daquele espaço para propor um programa de preservação no âmbito da operação que não lhe frustrasse os objetivos, mas antes assegurasse a preservação dos elementos culturais relevantes na área.

Da mesma forma, pode-se imaginar que a comissão buscaria inserir esse programa de preservação na Operação Urbana, afinal, um dos objetivos previstos no projeto de lei elaborado pela comissão era, exatamente, conforme o artigo 2º, no item III: *“Incentivar a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental urbano.”*¹⁸⁵

Segundo o documento Operação Urbana Anhangabaú, elaborado pela EMURB e outros órgãos, essa operação tinha como um de seus objetivos, dentre outros, a *“melhoria das condições ambientais dentro da área de influência do Vale do Anhangabaú, [...] através de incentivos à preservação e recuperação de edifícios de interesse histórico [...]”*.¹⁸⁶ Ainda segundo este documento,

A preservação do Patrimônio Ambiental Urbano foi uma das bases dos trabalhos e segue as diretrizes de proteção de edifícios isolados de valor histórico, e a proteção de visuais, significativas do espaço urbano. Foram elencados todos os prédios que não podem sofrer modificações e os que podem ser objeto de demolição ou acréscimo de área adicional. A Operação Vale do Anhangabaú cria incentivos para preservação desse patrimônio ambiental.¹⁸⁷

¹⁸⁴ CONSELHO MUNICIPAL, *op. cit.*, p. 39 (verso).

¹⁸⁵ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal do Planejamento. Empresa Municipal de Urbanização. *Operação Anhangabaú: apresentação e projeto de lei – Anexo I*. São Paulo: EMURB, 1990. p. 12.

¹⁸⁶ SÃO PAULO (cidade). *Operação Anhangabaú, op. cit.*, 1990. p. 2.

¹⁸⁷ *Ibid.*, p. 2-3.

Neste relatório é perceptível a ênfase dada à preservação do patrimônio, além de prever mecanismos de participação da população, fazendo menção, inclusive, à gestão urbana conjunta. Porém, nas palavras de Lefèvre, houve

uma certa incompreensão de parte a parte entre a Secretaria de Cultura, o Departamento de Patrimônio Histórico, e a Secretaria de Planejamento. Entendeu-se ou imaginou-se que a Operação Urbana viria a ocasionar a destruição do ambiente do Centro, que iria acabar com o ambiente que havia na cidade. E foi em grande parte em resposta a isso que surgiu o primeiro esboço de tombamento da área do Vale do Anhangabaú, que coincidia praticamente exatamente com a área da Operação Urbana [...]¹⁸⁸

Tomamos, aqui, como referência, as palavras do professor Nestor Goulart Reis Filho, para quem, a despeito de enxergar espaços mais históricos que outros, nos aponta que há

Uma questão fundamental [é que] as normas e as práticas de preservação de cidades históricas, como de bairros envolvidos com problemas mais complexos de tombamento, não se organizam de modo integrado com o planejamento urbano. Constituem-se como processos de trabalho independentes, elaborados separadamente e poucas vezes harmonizados significativamente *a posteriori*.¹⁸⁹

Sônia Rabello também aponta que

Vale ainda destacar uma espécie de proteção de bem cultural assemelhada com o tombamento, sobretudo quanto aos efeitos, mas dele se diferenciando em outros aspectos. Trata-se da preservação de áreas de interesse cultural e ambiental através de instrumentos legais de planejamento urbano, a nível municipal. A criação dessas áreas tanto pode se dar por meio de procedimento legislativo, isto é, sua inserção na própria lei de uso do solo urbano, quanto virem a ser estabelecidas por decreto executivo, quando a lei de uso e parcelamento do solo urbano assim o permitir. Trata-se, basicamente, de legislação de caráter urbanístico, somente aplicável a imóveis urbanos. No entanto, pode produzir os mesmos efeitos práticos do tombamento, já que a legislação urbana pode impor ao proprietário do bem imóvel as restrições que julgar cabíveis, do ponto de vista do meio ambiente urbano. Isso porque, dentre as diretrizes que orientam o planejamento urbano e o uso do solo, está a preservação ambiental. Não se pode afirmar que esse tipo de preservação seja tombamento. Embora os efeitos possam ser praticamente os mesmos, limitando o direito de propriedade, impondo condições de uso e conservação do imóvel, o procedimento para imposição da limitação é diverso, assim como podem ser diversos a competência, a forma, o motivo e a finalidade.¹⁹⁰

No caso do tombamento do Vale do Anhangabaú, não apenas inexistiu uma real integração entre tombamento e planejamento como houve grande polêmica e oposição entre as duas áreas no interior da administração municipal. O próprio órgão técnico de patrimônio aborda a polêmica, referindo-se claramente ao tombamento do Vale, embora sem citar o objeto da celeuma:

¹⁸⁸ LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 4 de julho de 2013.

¹⁸⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos. In.: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 123.

¹⁹⁰ CASTRO, S. R., *op. cit.*, p. 21-22.

a presença da preservação é uma novidade no interior das políticas urbanas em São Paulo, e talvez seja natural que, de início, isso cause algum desconforto e perplexidade; **mesmo no interior da administração municipal há setores que demonstram dificuldade em aceitar que ela deva constituir uma das diretrizes norteadoras das atividades do planejamento urbano**, e que trouxeram a público, através da imprensa, estas divergências.¹⁹¹

Esta divergência interna aparece em *DPH, memória, preservação e tombamento: contribuições para uma política urbana*, onde se lê que

este mesmo argumento relacionado aos “direitos roubados aos proprietários” tem alimentado a saraivada de críticas dirigidas às iniciativas de tombamento e preservação de imóveis ou manchas urbanas, evidenciando que as iniciativas nesta área empreendidas pelo CONPRESP e pelo DPH resultam de uma concepção política que supúnhamos compartilhada pelo governo. De qualquer forma, ouvi-las da boca de grandes empresários do setor ou do seu órgão de classe faz parte dos “ossos do ofício”, mas vê-las repetidas por **membros do próprio governo** indica que divergências políticas provavelmente insuperáveis dividem o governo municipal do que diz respeito a esse princípio básico da política urbana.¹⁹²

Na mesma publicação, afirma-se ainda que

Estranhamente [...] iniciativas como a abertura do processo de tombamento do Vale do Anhangabaú causam grande impacto dentro do governo paulistano – e despertam celeumas constantes que demonstram um absurdo desconhecimento sobre as implicações de ações desta natureza. No caso específico, a própria lei que cria a operação Vale do Anhangabaú estabelece benefícios para proprietários de imóveis históricos. Evidentemente, tal definição exige um reconhecimento oficial através do instituto do tombamento, até como condição de viabilização daquilo que está no texto legal. No entanto, **setores do próprio governo que produz o projeto de lei das operações urbanas preferem entender a iniciativa do CONPRESP como “congelamento” e inviabilização da renovação da cidade**. O medo do “congelamento” parece não afetar uma iniciativa da mesma natureza que é a abertura do processo de tombamento do núcleo original da Freguesia do Ó. Provavelmente por estar distante da área central e mais valorizada da cidade.

Provavelmente a questão que causa tanta polêmica e mal estar esteja em outro lugar: o que se [disputa], no fundo, é quem tem o poder de decidir. Mas esta não é efetivamente uma questão de saber quem pode mais ou quem pode ter a última palavra. Trata-se apenas de contemplar, também, na gestão da política urbana da cidade, os critérios da preservação da memória e da história.¹⁹³

Tal polêmica, colocada na oposição - falsa, segundo o DPH - entre preservação e desenvolvimento urbano, de certa forma, esconde um conteúdo diverso, embora não contrário: no momento em que a nação, nas três esferas, se adaptava ao período pós-ditadura civil-militar e se discutiam novas políticas públicas, a administração municipal de São Paulo, de caráter, se não socialista ao menos popular, inseria a maioria da população (expressamente a classe trabalhadora) como também um ator nas definições da política urbana. Nas palavras de Fenelon,

¹⁹¹ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *BOLETIM* do Departamento do Patrimônio Histórico, nº4, s/d. p. 11. Grifo nosso.

¹⁹² SÃO PAULO (cidade). *DPH, op. cit.*, [1991?]. s/p. Grifo nosso.

¹⁹³ *Idem, ibidem.*

Para nós [da gestão], a primeira questão que se colocava nesse redimensionamento da concepção do patrimônio era a ideia de que ela deve pressupor precisamente a diversidade das memórias que a cidade quer preservar ou não. Não há como pensar políticas de preservação ditadas unicamente a partir de discussões e de princípios teóricos havidos em gabinetes, mas é preciso pensar no significado do direito à cidade e à memória.¹⁹⁴

Esta área, até então era dominada por um pensamento que via no planejamento urbano um caráter exclusivamente técnico, onde se permitia a intervenção apenas de quem detinha este saber técnico, jamais da população leiga, muito embora as experiências de Jane Jacobs opondo-se ao tecnocracismo de Robert Moses em Nova York datassem dos anos 1960, e livros como os de Turner, *Todo o poder ao usuário*, de 1977 já fossem leituras formadoras dos quadros técnicos mais à esquerda, no país, desde os anos 1970 e encontraram grande repercussão nos anos 1980.¹⁹⁵

Isso significava, no fundo, conforme as palavras de Jaime Rodrigues, retirar o controle exclusivo sobre a regulamentação fundiária das mãos de técnicos sensíveis aos interesses do mercado imobiliário, que se viam em discussão (portanto em risco) no processo de participação social aberto com a inserção da preservação no campo do planejamento.¹⁹⁶

No caso do Vale do Anhangabaú, a polêmica foi equacionada no parecer da conselheira relatora, a arquiteta e professora da USP, Sarah Feldman, representante da Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA, no CONPRES, que cancelava o tombamento com alterações. A proposta inicial previa o tombamento por perímetro, que correspondia à mesma área da Operação Urbana, bastante abrangente, sem especificar edificações individuais, trazendo para a área do DPH um número imenso de imóveis sem valor para preservação. Nas palavras da própria Sarah Feldman,

como não havia nenhum controle sobre os imóveis preservados, apesar de ter a Z8-200 não tinha nenhum controle, nenhum interesse do ponto de vista da política urbana, a preservação virou um instrumento de resistência. Então era "alguém está pensando em fazer uma intervenção no bairro de Santa Ifigênia vamos tomar Santa Ifigênia. Está ameaçando os Jardins vamos tomar os Jardins." [...] havia esse viés na história da preservação em São Paulo e que vira um instrumento de resistência e por conta disso, as pessoas que trabalhavam no Departamento de Patrimônio estavam muito imbuídas desse espírito de resistência.¹⁹⁷

¹⁹⁴ FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 138.

¹⁹⁵ Ver JACOBS, Jane. *Death and life of great american cities*. New York: Random House, 1961 e TURNER, John. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London and New York: Marion Boyars, 1976.

¹⁹⁶ RODRIGUES, J., *op. cit.*, v. 1, p. 144.

¹⁹⁷ FELDMAN, Sarah. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 10 de julho de 2013.

Segundo a relatora, colocada desta maneira, a medida contrariava os objetivos do próprio DPH e afetava sua parca estrutura, pois obrigava que toda intervenção em qualquer imóvel dentro do perímetro fosse analisada pelo órgão.¹⁹⁸

Esta questão já havia sido posta logo na abertura do processo de tombamento. Na reunião extraordinária de 29 de abril de 1991,

o Conselheiro Victor [Hugo Mori, representante do IAB] argumentou que a abertura do processo de tombamento do Vale do Anhangabaú é lógico e natural, no entanto sua surpresa decorreu do fato de ser deferido o tombamento por manchas, o que cria uma nebulosidade, uma não definição de regras para a parte privada que será envolvida na operação. Entende que seria necessário definir regras, tais como definir, no perímetro, quais os bens de interesse para a preservação; [...] De tudo posto, chegou-se à conclusão que o tombamento é necessário e natural, devendo no entanto, ser providenciado um aditamento à Resolução, a fim de ser identificado os bens de interesse dentro do perímetro descrito.¹⁹⁹

Em seu parecer, Feldman sugeriu, então, que, em lugar de se preservar a área, se indicasse, dentro da mancha, imóveis específicos para tombamento, cujo valor para o campo do patrimônio já aparecesse pela inserção na Z8-200, sugestão que foi acatada pelo CONPRESP. Conforme Fenelon,

A partir do inventário realizado pelo DPH, com a abertura de processo de tombamento, não mais por mancha, mas por edificação, localizado, com nível de preservação definido, este projeto então permite a utilização do mecanismo do solo criado²⁰⁰ que, em cada imóvel de interesse histórico, possibilita que qualquer empresário que tenha de fazer a restauração e perca seu potencial construtivo receba este direito em outra região da cidade através do uso de coeficientes, etc.²⁰¹

Com o parecer favorável de Feldman, o tombamento foi aprovado pela Resolução 37, de 4 de dezembro de 1992, publicada no D.O.M. de 9 de dezembro de 1992, abrindo-se prazo para contestação.

O que transparece da citação de Dea Fenelon é que os órgãos de preservação buscaram, no Anhangabaú, evitar uma situação ocorrida no tombamento do Bexiga, aberto e instruído pouco antes do Vale. Nesse bairro, o tombamento por mancha não permitiu a individualização das edificações e o estabelecimento dos níveis individuais de preservação, impedindo que os proprietários usufríssem dos benefícios do solo criado e transferência do potencial construtivo.²⁰²

Isso indispos proprietários e investidores do ramo imobiliário com a prefeitura e

¹⁹⁸ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento, op. cit.* p. 131.

¹⁹⁹ CONSELHO MUNICIPAL, *op. cit.*, p. 43.

²⁰⁰ Solo criado é um instrumento da política urbana municipal através do qual, quando permitido, o proprietário pode construir acima do coeficiente permitido em lei, adquirindo do município o coeficiente “extra”.

²⁰¹ FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 152.

²⁰² No tombamento do Bexiga estariam incluídos 12 vilas, construídas nas décadas de 1920 e 1930, quando os imigrantes italianos começaram a chegar na região. Cf. PEREIRA, Pablo. ‘MAQUIAGEM’ do Bexiga sai do papel e empresários condenam tombamento”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 6 dez. 1991, p. 4-1.

alimentou o discurso calcado no senso comum contra a preservação e o tombamento, impedindo o avanço de medidas preservacionistas, legais e infralegais, mais eficazes.

Romeu Chap Chap, liderança da construção civil, criticava “o tombamento em massa”. Segundo em empresário, o tombamento deveria se feito “prédio a prédio”.²⁰³ Ainda segundo Chap Chap, em um país carente de habitação, como o Brasil, medidas dessa natureza deveriam ser precedidas de um estudo mais profundo, e o DPH estaria pretendendo “bloquear” uma zona deteriorada da cidade, preservando favelas. Para Dea Fenelon, sem a abertura do processo de tombamento não haveria qualquer proteção para essas edificações.²⁰⁴

Ainda segundo Fenelon, a política de preservação adotada pelo DPH estava ancorada em estudos aprofundados e o tombamento por mancha estava referendado por organismos internacionais e respaldado por trabalhos da UNESCO. Conforme Fenelon, preservação vai além da ideia de que tomar é congelar, e que a ideia não era imobilizar.²⁰⁵

No caso do Bexiga, a Secretaria de Habitação (SEHAB), havia elaborado anteprojeto de lei que visava a recuperação do bairro, com restauração de cortiços, entre outros elementos. O anteprojeto, enviado para a Câmara Municipal em 1991, jamais foi discutido.²⁰⁶ Essa experiência negativa fez, então, com que os órgãos municipais evitassem o tombamento de área sem identificação dos imóveis. Por isso, para Fenelon,

a Operação Anhangabaú é um dado positivo, chegou a se concretizar como legislação, todos os imóveis de interesse histórico estão identificados, com todos os graus de preservação definidos.²⁰⁷

Os dois aspectos citados - a abrangência do tombamento do Vale e a relação entre a preservação e o planejamento no âmbito da Operação Urbana - nos permitem questionar quais razões levaram o órgão de patrimônio a tomar praticamente a mesma área abrangida pela Operação Urbana. Afinal, a proteção ao patrimônio poderia ter sido contemplada pela própria operação, tomando-se o planejamento como um espaço bastante adequado para preservação de manchas urbanas, o que parece não ter sido o caso.

Tendo em vista o cenário assumido pelo Planejamento na “época do Milagre Brasileiro”, e ainda persistente nas práticas da administração pública na década de 1980, a ideia preservacionista não encontrava muita ancoragem na prática desenvolvimentista, com algumas poucas exceções. O campo do Planejamento, construído diligentemente ao longo do

²⁰³ ‘MAQUIAGEM’, *op. cit.*, p. 4-2.

²⁰⁴ FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 144.

²⁰⁵ ‘MAQUIAGEM’, *op. cit.*, p. 4-1.

²⁰⁶ FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 145.

²⁰⁷ *Ibid.*, p. 153.

século XX, explica, em parte, essa concepção de que o Planejamento Urbano poderia comandar as demais esferas da urbanidade.²⁰⁸

Esse diálogo entre planejamento e preservação passou a ocorrer em período posterior, mas ainda hoje é bastante incipiente. Segundo Marco Aurélio A. de Filgueiras Gomes,

Se, há alguns anos atrás, considerava-se que falar de "patrimônio urbano" ou "preservação urbana" e de "urbanismo" ou "planejamento urbano" eram coisas distintas, mais recentemente isto começou a perder sentido, à medida que o patrimônio histórico e a cultura, de uma maneira geral (e o espetáculo que eles ajudam a configurar) se tornaram "ingredientes" essenciais da cidade contemporânea e uma das marcas dos processos socioespaciais em curso. Isto, porém, não quer dizer necessariamente que hoje exista uma superação da mencionada desarticulação entre as ações dos órgãos públicos voltados para a preservação do patrimônio e daqueles voltados para o planejamento de nossas cidades²⁰⁹.

Para Nestor Goulart Reis Filho,

As atividades dos órgãos públicos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural estão cada vez mais intimamente relacionadas com as questões de urbanismo [...]. Com a escala crescente das intervenções urbanísticas, as políticas públicas para a área de planejamento urbano estão sendo relacionadas e condicionadas, cada vez mais, às de preservação do patrimônio cultural [...]. políticas setoriais, com efeitos limitados, podem ter seus efeitos comprometidos, pela falta de coordenação, para resolver as diversas sobreposições e crescentes situações de conflito.²¹⁰;

Se, como mostrou Reis Filho, estamos passando, nas últimas décadas, a tratar a preservação como parte integrante do planejamento, talvez possamos perceber a contribuição, para esse modo de ação, do processo que conduziu ao tombamento do Vale do Anhangabaú como um dos capítulos da história preservacionista nacional, ocorridos na década de 1980.

Dentro do que vimos analisando, convém, então, realizarmos uma abordagem mais focada nos trâmites verificados dentro do DPH, em especial, no papel crucial que os técnicos de tal grupo exerceram para a consolidação do tombamento do Vale do Anhangabaú.

2.4 A MOBILIZAÇÃO DO DPH E AS AÇÕES PRESERVACIONISTAS EM ESCALA AMPLIADA

2.4.1 - O IGEPACSP

O processo de tombamento do Vale do Anhangabaú foi baseado, em parte, no IGEPACSP, realizado na década de 1980, sob coordenação de Leila Diêgoli, abrangendo áreas da região central de São Paulo. Esse inventário foi parte de um esforço do DPH para

²⁰⁸ ATIQUÊ, Fernando. Congresso pan-americano de arquitetos: ethos continental e herança europeia na formulação do campo do Planejamento (1920-1960). In.: URBANA, v.6, nº 8, jun. 2014 - *Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina* - CIEC/UNICAMP, passim.

²⁰⁹ GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras., *op. cit.*, 2011. p. 129.

²¹⁰ REIS, N. G., *op. cit.*, p. 117.

conformar uma ideia de patrimônio cultural mais abrangente do que a que tradicionalmente ficou cristalizada: a de um bem isolado, como um imóvel, notável em sua excepcionalidade. A proposta que embasava o IGEPACSP colocava o foco preservacionista, e, consequentemente social, no conjunto, não mais na excepcionalidade.

Há várias ações do DPH que dialogam com este estudo sobre o tombamento do Vale do Anhangabaú, mas vamos nos deter no trabalho materializado no IGEPACSP, pois este inventário foi utilizado para embasar o pedido de tombamento. Segundo o próprio DPH, o IGEPACSP pretendia ser

um trabalho contínuo e permanente, pois entende-se que os trabalhos na área de planejamento urbano de cidades já consolidadas e, mais especificamente na atuação voltada à proteção do patrimônio ambiental urbano, tem que obrigatoriamente ser precedida da elaboração de um inventário, como meio de reconhecimento de sua potencialidade e como ponto de partida de qualquer intervenção.²¹¹

Ainda segundo este mesmo texto, São Paulo, mesmo sendo uma metrópole relativamente recente, com cerca de quatro séculos, seria uma das maiores do mundo entre suas congêneres, e se transformava a uma velocidade vertiginosa, o que provocava a perda de *“testemunhos físicos de sua história, que constituem seu Patrimônio Ambiental e Cultural Urbano.”*²¹² O IGEPACSP seria, então, um instrumento *“para intervir urgentemente neste processo de transformação, investigando e assegurando a permanência de nosso patrimônio ambiental e cultural.”*²¹³

Conforme o texto, o IGEPACSP não seria apenas um “classificador de bens”, mas também tornaria

evidente, através de propostas de preservação, as etapas e formas de inscrição da evolução urbana de São Paulo, passíveis de serem reintegradas formal e funcionalmente na paisagem urbana.²¹⁴

Segundo Mirthes I. S. Baffi, o IGEPACSP

teve a sua metodologia estabelecida entre 1982 e 1983 e, na sequência, os inventários começaram a ser feitos, obedecendo a uma base geográfica, tendo como unidades os bairros e pretendendo caracterizar-se como um trabalho sistemático, de modo a cobrir a cidade partindo do centro e encaminhando-se para as periferias. A estratégia do IGEPACSP extrapola a elaboração de planos de preservação de imóveis isolados ou de listagens, com uma ótica pontual voltada exclusivamente

²¹¹ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo: metodologia*. Leila Regina Diêgoli (coord.) et. ali. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1986. p. 5.

²¹² SÃO PAULO (cidade). *Inventário Geral*, p. 9.

²¹³ *Idem, ibidem*.

²¹⁴ *Idem, ibidem*.

para o edifício, sem considerar a importância do ambiente urbano. O objetivo do IGEPACSP é o reconhecimento do que constitui o repertório básico do patrimônio cultural e ambiental de cada bairro (configurações urbanas, espaços públicos, agenciamentos particulares, edifícios, vegetação expressiva), a documentação desse patrimônio, a elaboração de propostas de preservação e a disponibilização das informações coletadas através de sua sistematização.²¹⁵

Ainda segundo Baffi, o IGEPACSP é fruto de um quadro histórico cuja origem seria um levantamento de identificação realizado pela Divisão de Preservação do DPH para a Cia do Metropolitano, em 1977,

juntamente com a então COGEP (Coordenadoria Geral de Planejamento), um levantamento para a identificação dos bens culturalmente significativos existentes na ZML-I, ou seja na área de influência imediata da linha Metrô Leste, que estava em fase de construção.²¹⁶

No mesmo ano de 1978, segundo Baffi, foi realizado levantamento na área do entorno do antigo Mercado de Santo Amaro, visando estabelecer um plano de ambientação para o entorno.²¹⁷

No quadro histórico que motivaria o IGEPACSP se inserem, também, os cursos sobre Conservação e Restauro de Monumentos, promovidos pela FAUUSP, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Universidade Federal da Bahia (UFBA), com a presença de Hugues de Varine, cujas aulas parecem ter impactado profissionais ligados às políticas de patrimônio.²¹⁸

Em 1978, a FAUUSP promoveu o curso de especialização em “Preservação do Patrimônio Ambiental Urbano”, encabeçado por Carlos Lemos, e pela geógrafa Maria Adélia de Souza.²¹⁹

Ainda nesse período, a FAUUSP publicou os cadernos “Patrimônio Cultural”, com as Cartas de Preservação, leis e outras normas sobre patrimônio, de todos os níveis e de vários municípios. Foram publicadas, pela mesma instituição, também notas de aulas do curso de *Conservação e Restauro de Monumentos*, cujos professores foram Hugues de Varine e Ulpiano Bezerra de Menezes.²²⁰

Esses eventos todos, permeados por discussões vindas da Europa e difundidas por meio de publicações, conformaram um quadro que apontou para a necessidade de elaboração de um inventário para conhecer e documentar o patrimônio da cidade, cuja metodologia

²¹⁵ BAFFI, Mirthes I. S. *O IGEPAC -SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço*. In.: DPH. Revista do Arquivo Municipal. São Paulo: DPH, ano 1, nº1, v. 204, 2006. p. 178.

²¹⁶ *Ibid.*, p. 169.

²¹⁷ BAFFI, Mirthes I. S., *op. cit.*, p. 176.

²¹⁸ *Ibid*, p. 177.

²¹⁹ *Idem, ibidem*.

²²⁰ *Idem, ibidem*.

começou a ser discutida em 1982.²²¹ Essa discussão teve desdobramentos, alguns dos quais veremos adiante.

2.4.2 - A PRESERVAÇÃO EM ESCALA AMPLIADA EM SÃO PAULO

Essa ideia de conjunto posta no tombamento do Vale se relaciona, também, com uma discussão, que ocorrera em nível estadual nos anos 1970, que colocava o diálogo entre preservação e planejamento como condição *sine qua non* para o campo do patrimônio. Esta discussão envolvia a noção então recente de *Patrimônio ambiental urbano*, e estava posta em torno do Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano, da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado, elaborada pela Secretaria de Economia e Planejamento.²²²

Esse programa era coordenado pelo historiador Eduardo Yázigi, e contou com a participação das secretarias de Negócios Metropolitanos, de Esporte e Turismo e de Cultura, Ciência e Tecnologia, esta última representada pelo CONDEPHAAT, através de Carlos Lemos, então diretor do Serviço Técnico de Conservação e Restauro.²²³

Sendo uma noção recente, o Patrimônio Ambiental Urbano, por suposto, provocou intensa polêmica e discussão, que não cabe esmiuçar aqui, mas que era guiada pela dificuldade de alguns membros da sociedade civil em aceitar o patrimônio não apenas como um conjunto de bens legados pelo passado ou mesmo produzidos pelo presente, mas também como um conjunto de situações vividas no momento, algo vivo, como a própria cultura. De acordo com Carlos Lemos,

Na realidade, nosso patrimônio ambiental urbano não é composto apenas de monumentos históricos e artísticos. É fundamentalmente composto de uma grande massa de bens culturais típicos, normais, comuns, cotidianos, que, eles sim, representam alguma coisa no contexto urbano. Os bens históricos e artísticos quase todos são exceção. Percebemos que um dos interesses maiores quanto à conservação do patrimônio ambiental urbano é a conservação da inteligibilidade do espaço urbano, a compreensão da cidade, a leitura da cidade. Às vezes a leitura é feita somente através de coisas normais, comuns, sem maior importância, se for cada uma delas considerada isoladamente, e não através dos bens excepcionais²²⁴

Maurice Halbwachs, tratando da relação estabelecida entre a sociedade e a cidade em seu cotidiano, nos fala sobre

o sapateiro em sua oficina, o artesão em seu ateliê, o comerciante em sua loja, no local do mercado onde o encontramos costumeiramente, o transeunte nas ruas que

²²¹ BAFFI, Mirthes I. S., *op. cit.*, p. 176.

²²² RODRIGUES, M., *op. cit.*, p. 77-79.

²²³ *Idem, ibidem.*

²²⁴ LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Transcrição de intervenção. Comunidade em debate: patrimônio ambiental urbano*. EMPLASA. Unidade de ação comunitária. São Paulo, 1979. p. 9.

percorre, nas estações de trem onde passeia, nos terraços dos jardins, as crianças num canto da praça onde brincam, o velho no muro exposto ao sol, no banco de pedra, o mendigo na borda da calçada, junto à qual está acorado. Assim, não somente casas e muralhas persistem através dos séculos,' mas toda a parte do grupo que está, sem cessar, em contato com elas, e que confunde' sua vida e a dessas coisas, permanece impassível, porque não se interessa a não ser por aquilo que se passa, na realidade, fora de seu círculo mais próximo e além de seu horizonte mais imediato.²²⁵

O patrimônio ambiental urbano seria exatamente esse conjunto de “casas e muralhas” em diálogo com as pessoas, confundindo “sua vida e a dessas coisas”. Em um dado momento, elementos constantes na paisagem passam a conformar um mesmo conjunto: construções, grafites, pichações, viadutos, pontes, bancas de jornal e mesmo pessoas:

Qualquer parte do ambiente urbano, seja um quarteirão, uma praça, uma rua, uma esquina, possui um significado muito mais representativo do que seus respectivos valores materiais. São elementos que simbolizam a relação entre o lugar e seus habitantes, fatores importantes no desenvolvimento psicológico do homem.²²⁶

Esses elementos, isoladamente, possivelmente não teriam qualquer valor “notável” que os levassem a ser preservados, mas em conjunto nos contam uma história, conformam narrativas e desnudam visões sobre o cotidiano de um lugar, de uma sociedade, de um povo. Estas visões talvez não seja encontrada em outro suporte além desse olhar de conjunto. É ainda Halbwachs quem nos diz que

Quando um grupo humano vive por muito tempo em um local adaptado a seus hábitos, não apenas seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele.²²⁷

Esse ambiente urbano não apenas se forma em função das pessoas, mas também forma ou informa as pessoas. Pensamentos, hábitos, caminhos são conformados conforme essa ambiência, que, de certa forma, molda nosso cotidiano. A cafeteria, a padaria, a farmácia, a banca de jornal são fixadas ao chão, mas são ativas e capazes de nos fazer adquirir e manter hábitos, dialogar com pessoas.

Segundo o professor Menezes, patrimônio ambiental urbano seria, em uma noção preliminar, um

sistema de objetos, socialmente apropriados, percebidos como capazes de alimentar representações do ambiente urbano. São objetos, coisas físicas, materiais socialmente apropriados. Não são objetos soltos, isto é, monumentos, estruturas, paisagens, bens móveis, etc.; não têm significação por si, mas [a adquirir] na medida

²²⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004. p. 161.

²²⁶ FONTES, Lucia Helena et. al., Preservação e desenvolvimento: as duas faces de uma moeda urbana. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 21, 1986. p. 52.

²²⁷ HALBWACHS, M., *op. cit.*, p. 163.

em que se articulam a um suporte de significação social, na maneira pela qual ele vem a integrar uma certa formação sócio-cultural.²²⁸

Na opinião de Sueli De Bem, Ulpiano Bezerra de Menezes é um dos teóricos mais dedicados de patrimônio ambiental urbano no Brasil, cujo conceito foi formulado no Brasil nos anos 1970-1980.²²⁹

Sobre o as relações contextuais de um bem e o patrimônio ambiental urbano, diz Sueli De Bem que

A correta investigação pode atingir um entendimento das inter-relações desse bem com o meio onde se insere e revelar outros valores impressos no ambiente, objeto de estudo de maior complexidade quer quanto à materialidade ou quanto aos aspectos simbólicos relacionados às memórias ou identidades coletivas. A percepção destas relações está no núcleo do conceito de Patrimônio Ambiental Urbano.²³⁰

Ainda segundo De Bem, o conceito de patrimônio ambiental urbano decorre “da noção de ambiente que vai se configurando conforme se desloca a visão do monumento singular e solitário na direção de seu entorno imediato.”²³¹

A autora estabelece, ainda, uma relação entre a ambiência relativa ao bem tombado, elemento importante quando se trata do entorno do bem e da definição da área envoltória, e o patrimônio ambiental urbano, que segundo ela tem “relações espaciais mais intrincadas”.

Trazendo à tona análises de Hely Lopes Meireles sobre área envoltória e Ulpiano Bezerra de Menezes, De Bem destaca que quando a área envoltória é possuidora de características próprias que lhe concedem a condição de bem cultural, esta deve ser tratada na categoria de patrimônio ambiental urbano, e não de área envoltória de bem cultural. Conforme a autora, para Menezes, o bem cultural é substantivo, sendo a área envoltória, adjetivo.²³²

A incipiência da noção de patrimônio ambiental urbano refletiu-se no tombamento do Vale na montagem discursiva com predominância da história da arquitetura, excluindo-se dos elementos motivadores do tombamento as relações estabelecidas naquele ambiente. Segundo Mirthes Baffi²³³, no IGEPACSP tentou-se adaptar a ficha proposta pelo Conselho da Europa, deixando-a com uma feição mais relacionada ao ambiente urbano e menos à História da

²²⁸ MENEZES, Ulpiano Bezerra de. *Transcrição de intervenção. Comunidade em debate: Patrimônio Ambiental Urbano*. EMPLASA. Unidade de ação comunitária. São Paulo, 1979. p. 9.

²²⁹ DE BEM, Sueli. *Conversa de patrimônio em Jundiaí*. 2005. 235f. Tese (Doutorado em Arquitetura). Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 10, nota 1.

²³⁰ DE BEM, S., *op. cit.*, p. 35.

²³¹ *Ibid.*, p. 10, nota 1.

²³² *Ibid.*, p. 38.

²³³ BAFFI, Mirthes. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 22 de abril de 2015.

Arquitetura, diferentemente do IPAC-BA²³⁴, mas essa tentativa não teve êxito, passando a ser utilizado o formato tradicional da ficha, tal qual o estado nordestino.

É essa mesma percepção que norteia a análise de Leonardo Castriota, sobre o IGEPACSP, afirmando que

Embora lance mão de instrumentos tradicionalmente utilizados nos inventários – fichas com registros diversos –, o IGEPACSP dá muita ênfase às análises urbanísticas das áreas inventariadas, abordando-as sob os aspectos históricos, sócio-culturais e urbanísticos.²³⁵

Castriota vê, ainda, positivamente, o âmbito alargado do IGEPACSP, não apenas como um instrumento de subsídio para o tombamento, mas que se presta também a ser utilizado no planejamento urbano. O autor ressalva, porém, a falta de um maior aprofundamento no âmbito social, na medida em que não há, no inventário, estudos sobre feiras, festas e eventos locais, limitando-se a registrar a ocupação social nas regiões inventariadas.

O conceito de Patrimônio Ambiental Urbano provocou intensa polêmica e discussão, conforme abordado no capítulo 1. Todavia, cumpre apontar a reticência, por parte de alguns técnicos municipais, em aceitar que o patrimônio não era apenas um conjunto de bens legados pelo passado ou mesmo produzidos pelo presente, mas era, também, um conjunto de situações vividas no momento atual (como a própria cultura).

Retornando ao DPH, é importante fazer referência ao evento promovido por este órgão, no período de 11 a 16 de agosto de 1991, no Parque de Exposições do Anhembi, o Congresso Internacional “Patrimônio Histórico e Cidadania”, cujas principais contribuições foram publicadas no livro *O direito à memória: Patrimônio Histórico e Cidadania*, editado em 1992. O evento foi realizado em período posterior, mas próximo, à derrubada da mansão Matarazzo, na Avenida Paulista, o que acirrou o debate sobre as questões acerca da relação entre patrimônio, sociedade, capital econômico e memória social.

²³⁴ O Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia, também conhecido como IPAC/SIC, foi executado a partir de 1973²³⁴, encerrando-se em 2002, sob coordenação do arquiteto Paulo Ormino de Azevedo, através da Secretaria Estadual da Indústria e Comércio/Coordenação de Fomento ao Turismo. A área da Cultura estava, no estado, então, sob responsabilidade desta Secretaria. O IPAC utilizou como base o sistema desenvolvido pelo Conselho de Cooperação Cultural da Europa para o fichamento de monumentos, usado por várias nações. O Inventário baiano aprimorou o método, definindo sua própria metodologia de levantamento e avaliação dos bens culturais. OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 124.00, Vitruvius, set. 2010. Disponível em www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546. Acesso em 5 ago. 2015; e BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC/SIC. Disponível em: patrimonio.ipac.ba.gov.br/documentacao-e-memoria/ipac-sic/#. Acesso em: 22 set. 2015.

²³⁵ CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo/Belo Horizonte: Anna Blume/IEDS, 2009. p. 193.

A gestão municipal, do Partido dos Trabalhadores, possuía “um perfil democrático e popular”, conforme consta naquela publicação, ou seja, pretendia-se voltado aos interesses do conjunto da população. Afirma Maria Clementina Pereira Cunha, que:

Nossa concepção de patrimônio histórico implica **retirar do especialista o poder da “última palavra”**: se os registros da memória social constituem nosso objeto de trabalho, é com a sociedade que temos de dialogar em primeiro lugar.²³⁶

A relação entre o perfil da administração e as políticas públicas na área da cultura foi a tônica do órgão técnico de preservação nesta gestão, que segundo o DPH seria a única capaz de

empreender uma política corajosa e inovadora nessa área. Por isso, temos desde o primeiro afirmado que nossa concepção de preservação e proteção legal é ambiciosa e toma a cidade como seu objeto – não alguns edifícios isolados e legitimados por qualquer tipo de critério técnico. Nossa atuação vem priorizando, seja enquanto estudo, seja enquanto prática de preservação, as manchas urbanas²³⁷.

A preservação cultural implica sempre uma seleção, e essa seleção não é um processo neutro. É um processo mediado por uma série de sujeitos, valores e critérios, a partir dos quais se define o que preservar. Essa preservação de bens significa a preservação de uma memória. E essa memória está relacionada a grupos sociais. Não por acaso a palavra na língua inglesa para patrimônio cultural (*heritage*) é a mesma que para herança, pois patrimônio cultural é aquilo que uma geração lega (preservando) para as futuras.

No caso do tombamento do Anhangabaú houve duas contestações, sendo uma delas bastante explicitadora das tensões havidas no meio preservacionista quando se lida com escala ampliada.

A primeira delas²³⁸ é representada por um mandado de segurança impetrado pela Companhia Paulista de Seguros, de 7 de abril de 1993, que argumentou contra a legalidade do processo, pois não teria sido notificada de sua abertura. Reclamou, ainda, da falta de averbação (registro) do tombamento no cartório de registro de imóveis e da não publicação do ato da Secretária de Cultura efetivando o tombamento.

Outro ponto levantado foi a restrição ao direito de propriedade e a severidade do nível de proteção, além da intervenção na finalidade do prédio, cuja atividade inicial e que justificaria o tombamento - a sede de sala de cinema -, não havia mais, e cuja patrimonialização impediria uma exploração econômica atual que seria lucrativa, a implantação de um estacionamento.

²³⁶ CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 10. Grifo nosso.

²³⁷ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico*, nº4, s/d., p. 10-11.

²³⁸ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento*, op. cit., p. 143.

A segunda contestação²³⁹, essa sim discutindo questões urbanísticas, é de autoria da Bolsa Mercantil & Futuros (BM&F), datada de 31 de agosto de 1995, que não protestou contra o tombamento, mas solicitou mudança do nível de proteção, obtendo do arquiteto e professor da FAUUSP Antonio Luiz Dias de Andrade (conhecido como Janjão) parecer técnico particular, datado de julho de 1995, afirmando que se justificava apenas a manutenção dos alinhamentos e da volumetria e não de toda a edificação.

Ainda que se deva ler o texto do Prof. Andrade com a consciência de que se trata de um parecer contratado pela empresa e imbuído de valores e conceitos que não são neutros, é forçoso perceber que esse texto possui argumentos bastante articulados.

Escreve o arquiteto²⁴⁰ que verificou “*inexistir [no projeto] análises e justificativas mais detalhadas para cada um dos imóveis selecionados, limitando-se as informações aos dados históricos e tipológicos constantes das fichas do IGEPACSP*”. Analisando a metodologia adotada no processo, que estabelece grupos tipológicos relacionados à história da cidade e de sua arquitetura, Andrade afirma sentir a “*ausência de justificativas que permitam estabelecer a relação entre cada caso individual e os fundamentos metodológicos e críticos.*”²⁴¹

Ainda segundo o parecer do prof. Andrade, realmente algumas edificações, como o conjunto da Avenida São João, edifícios isolados, como o Banespa, Banco do Brasil na Líbero Badaró, Banco de São Paulo, “constituem testemunhos relevantes de momentos significativos da história da cidade [...]; outros, entretanto, não encontram a mesma unanimidade”. Seria o caso do edifício Novo Mundo, à rua João Brícola.

Segundo Andrade, não há qualidade arquitetônica no edifício, e mesmo um hipotético

valor documental, podendo atestar padrões recorrentes de um neoclassicismo tardio, grosseiramente simplificado e artificialmente monumentalizado, que resistiam em sua época as inovações técnicas e estéticas propugnadas pelo movimento moderno, já afirmadas em São Paulo.²⁴²

Mas, segundo Andrade, nessa hipótese não se justifica o tombamento, pois há outros imóveis com essas mesmas características, sendo desnecessário tomar o Novo Mundo. Mesmo as características de fachada, que compõem uma paisagem, não justificam o enquadramento em NP-3, pois seria mais adequado o enquadramento em NP-4, visando preservar apenas volumetria e alinhamento.

²³⁹ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento, op. cit.*, p. 157.

²⁴⁰ *Ibid.*, p. 162.

²⁴¹ *Ibid.*, p. 163.

²⁴² *Idem, ibidem.*

A réplica ao parecer que ancora a solicitação da BM&F²⁴³ veio através da pena da arq. Rita de Cássia Alves, para quem “*As abordagens, embora bastante claras, nos remetem a vários questionamentos e esclarecimentos sobre o que é patrimônio cultural e quais as diretrizes e metodologia de trabalho adotadas nesse caso específico [...]*”²⁴⁴. A autora cita as determinações constitucionais sobre o que se constitui em patrimônio cultural e a quem cabe a proteção deste patrimônio, embora o parecer de Andrade não tenha questionado esse aspecto. A réplica do DPH segue ressaltando que a metodologia de trabalho adotada para a instrução do processo de tombamento baseou-se no IGEPACSP, afirmando que “*É esse estudo que nos proporciona subsídios técnicos para a definição final dos imóveis e da trama urbana representativa para a preservação da memória da cidade.*”²⁴⁵

Através do ofício 121/99-DPH-G, de 10 de dezembro de 1999²⁴⁶, assinado por Luis Soares de Camargo, então Diretor do Departamento Técnico do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura, endereçado a Manoel Francisco Pires da Costa, Presidente da BM&F, o DPH questionava se a Bolsa mantinha interesse no pedido de alteração de nível de proteção, questionamento este que foi reiterado no of. 004/2000-DPH-G, de 17 de janeiro de 2000²⁴⁷.

Manoel Felix Cintra Neto, Presidente da BM&F, endereçou ao DPH o ofício 010/2000-PRES, em 26 de janeiro de 2000²⁴⁸, informando que a modificação já não seria mais necessária, podendo o pedido ser arquivado.

Ainda que tenhamos visto um caso isolado, e que considerando a ausência de outras impugnações possamos tratar como exceção, esse caso denota uma das facetas da preservação em escala ampliada, que é a relação do imóvel dentro do conjunto.

Nos tombamentos efetuados a partir do IGEPACSP, cada proprietário era notificado individualmente, sendo informado das razões pelas quais seu imóvel foi estava sendo tombado. Porém, a argumentação do parecerista contratado para embasar a contestação nos permite ver que em alguns casos era notada a ausência de estudo mais aprofundado.

Ainda que esse argumento possa ser visto como um exercício de retórica visando desconstituir o processo tal como foi realizado, pode-se pensar que para alguns a ficha

²⁴³ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento, op. cit.*, p. 180.

²⁴⁴ *Ibid.*, p. 181

²⁴⁵ *Ibid.*, p. 182.

²⁴⁶ *Ibid.*, p. 196.

²⁴⁷ *Ibid.*, p. 197.

²⁴⁸ *Ibid.*, p. 198.

elaborada pelo IGEPACSP não seria suficiente em termos informacionais e de gestão patrimonial.

Sendo possível preservar bens materiais em qualquer escala, podemos escolher preservar uma obra de arte encomendada ou adquirida por alguém com meios para tal, um imóvel construído para a elite, ou qualquer artefato nesse sentido. Ou, ainda, preservar um conjunto de bens, uma quadra ou um bairro, o que significa *desindividualizar* o patrimônio.

No caso de um bairro, ainda que seja um bairro de elite composto por imóveis de valor excepcional para a história e para a história da arquitetura, há uma produção social que faz com que a preservação desse bairro extrapole os valores referentes ao grupo social a que está diretamente afeto.

A preservação de grandes áreas não é uma experiência recente na história do campo do patrimônio brasileiro. Já em 1933, através do Decreto 22.928, de 12 de julho, o governo federal declarou a cidade de Ouro Preto como monumento nacional, tombando-a em 1938.

Na capital paulista, em 1986, o CONDEPHAAT tombou os “bairros-Jardins”²⁴⁹ e, em 1991, o bairro do Pacaembu.²⁵⁰ Na mesma época, propostas de preservação para o bairro de Santa Ifigênia também foram veiculadas pela mídia, e foram debatidas pelo CONDEPHAAT.²⁵¹

Preservar um bairro significa preservar formas de viver e conviver que extrapolam os muros e que se traduzem em valor coletivo. Por isso se busca, além dos artefatos isolados, preservar bairros, como acontece em São Paulo e veremos a seguir, em alguns casos, considerando apenas aqueles já tombados.

2.4.3 – OS NÚCLEOS URBANOS E BAIRROS TOMBADOS NO ESTADO E NO MUNICÍPIO SÃO PAULO

Além das inúmeras experiências de preservação de centros urbanos/históricos pelo órgão federal - que já tombava em escala ampliada desde seus primeiros anos (começando, como vimos, pela cidade de Ouro Preto, em 1938) -, no plano estadual o CONDEPHAAT, quando foi aberto o processo de tombamento do Vale do Anhangabaú, já estudava o

²⁴⁹ Os jardins América, Europa, Paulista e Paulistano foram tombados através do Processo: 23372/85, que resultou na Resolução de Tombamento SC 2 de 23/01/1986, publicada no Diário Oficial Seção Poder Executivo, em 25/01/86. p. 19-20. Este tombamento foi inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com nº 18. p. 305, em 8/9/1986.

²⁵⁰ O bairro do Pacaembu foi estudado no Processo: 23972/85 e tombado pela Resolução 8, de 14/03/1991, publicada no Diário Oficial Seção Poder Executivo, em 16/03/91. p. 37-38, e inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, com inscrição nº 23. p. 307, em 25/04/1991.

²⁵¹ LIMA, Vanessa Alves. *Transformações de um Bairro Paulistano: Santa Ifigênia* (inventário de espaços dos séculos XIX e XXI). Relatório Final de Iniciação Científica. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2012, passim.

tombamento de diversos centros históricos, tendo sido tombados oito destes (todos registrados no Livro de Tombo Histórico), conforme quadro:

Cidade	Processo	Resolução	Publicação	Inscrição
Cananéia	09170/1969	11/12/1969	12/12/1969	005, p. 02, 27/4/1971
São Sebastião	14150/1969	12/12/1969	13/12/1969	002, p. 02, 27/4/1971
Iguape	00469/1974	06/02/1975	07/02/1975	132, p. 24, 29/5/1981
Iporanga	00057/1971	18, 20/06/1980	26/06/1980	132, p. 24, 29/5/1981
Santana de Parnaíba	21946/1982	49, 13/05/1982	28/05/1982	199, p. 49, 16/8/1982
São Luís de Paraitinga	22066/1982	55, 13/05/1982	28/05/1982	200, p. 51, 18/8/1982
Bananal	17256/1970	03, 15/02/1991	16/02/1991	298, p. 77, 17/4/1991
Itú	26907/1989	85, 06/11/2003	07/11/2003	343, p. 89, 13/9/2004

No caso da cidade de São Paulo, há - além do Vale do Anhangabaú - três bairros tombados pelo município²⁵², um em processo de tombamento²⁵³, além daqueles que foram tombados *ex-officio*²⁵⁴, ou seja, replicaram em nível municipal os tombamentos estadual e federal.

É de salientar o tombamento do bairro da Bela Vista, pois em 1993, em período muito próximo ao do tombamento do Vale do Anhangabaú, já se elencava a ideia de “ambiente urbano” e “ambiência” como motivos para o tombamento de manchas urbanas. Interessante notar que quando do tombamento, em 2002, falava-se em valor “afetivo”, algo bastante recente no campo do patrimônio cultural brasileiro, que tradicionalmente preservava por aspectos históricos e estilísticos, raramente por razões sociais.

A adoção de novos conceitos tanto pode revelar a mudança na perspectiva, ocorrida a partir do início dos anos 1990, como a consolidação de um processo iniciado já nos anos 1980, quando se elaborou o IGEPACSP.

O que se percebe analisando os motivos que levaram aos tombamentos dos bairros citados, além do bairro da Barra Funda, ainda em estudo, é uma atenção às questões urbanas, ou urbanísticas, no sentido não apenas do urbanismo *stricto sensu*, mas do urbano como vivido, como construído, como cultura na e da *urbs*.

²⁵² São eles: Jardim Lusitânia (localizado na Zona Sul da cidade, junto ao Parque do Ibirapuera); Bela Vista (na região Central em direção ao Sul) e Interlagos (na região Sul).

²⁵³ O bairro da Barra Funda na região Central, em direção ao lado Oeste da cidade.

²⁵⁴ Ex-officio (ou de ofício) é uma expressão latina que na área do Direito significa, grosso modo, fazer algo que não foi solicitado, ou seja, tomar ex-officio é tomar sem que o tombamento tenha sido solicitado (naquela esfera). No caso do tombamento a figura do ex-officio é possível por se tratar de um procedimento administrativo, sendo vedado na área judicial, onde impera o princípio do *ne procedat iudex ex officio*, ou seja, o juiz não fará o que não foi solicitado.

A formação do bairro, sob os aspectos arquitetônico, urbanístico, paisagístico; sua inserção na cidade e sua participação na forma pela qual entendemos o urbano e sua linguagem, foram aspectos que passaram a fazer parte da agenda dos órgãos de preservação.

No caso paulistano, os novos conceitos passaram a embasar os estudos e propostas de tombamento elaborados pelo DPH. Além disso, a questão ambiental também passou a ser objeto de preocupação do órgão de preservação, estabelecendo-se uma relação entre ambiente e cultura em que a apreensão e o uso do ambiente natural são vistos como fenômeno cultural.

Além de bairros, o município de São Paulo tombou vilas “operárias”, como a Vila Maria Zélia (tombada pela Resolução 39/92, com abertura de processo de tombamento pela Resolução 02/92). Essa vila foi construída para servir de residência dos funcionários da Fábrica Maria Zélia, no bairro do Belém. Por sua vez, a Resolução 27/92 tombou a área relativa à antiga Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus, no bairro homônimo, incluindo conjuntos de residências de operários.

Nesses dois casos, um dos critérios que nortearam os tombamentos foi a relação estabelecida entre a residência dos trabalhadores em habitação “coletiva” e o local de trabalho. Em melhores ou piores condições de habitação, o principal objetivo das vilas operárias era disciplinar e controlar a força de trabalho, minimizando os prejuízos com transporte entre a residência e o local de trabalho e a incidência de eventos que levassem a falta ao trabalho ou interferissem na produtividade do trabalhador.²⁵⁵

Essas novas abordagens configuram uma mobilização pela preservação em uma escala que vai além do edifício isolado ou em pequeno conjunto, passando a valorizar conjuntos maiores, como as vilas e os bairros.

O tombamento do Vale do Anhangabaú, nesta conjuntura de preservação em escala ampliada, será analisado no capítulo seguinte.

²⁵⁵ CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. set. 2011. p. 83-98. Disponível em: unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/59. Acesso em: 24 Fev. 2015, passim.

III - O TOMBAMENTO DO VALE DO ANHANGABAÚ

3.1 - OS AGENTES DA PRESERVAÇÃO E A PRÁTICA PRESERVACIONISTA DO DPH

[...]
*Não permita Deus que eu morra
Sem que volte pra São Paulo
Sem que veja a Rua 15
E o progresso de São Paulo.*

Canto de regresso à pátria
Oswald de Andrade – 1924²⁵⁶

Conforme pudemos perceber no capítulo anterior, o campo do patrimônio era relativamente recente na cidade de São Paulo. Em nível estadual o CONDEPHAAT dirigia suas ações para os bens passíveis de preservação por sua importância na história do estado, principalmente para aquilo que reverenciava o papel de São Paulo na história nacional, tendo o bandeirantismo como fio condutor.

Na capital, a preservação dava-se pela inserção de edifícios ou conjuntos por meio da Z8-200, portanto, no escopo das ações de planejamento urbano, que possui objetivos, metodologia e prática bastante diferentes da atuação da esfera cultural.

A interlocução entre DPH e CONDEPHAAT visando a preservação de bens na capital era constante. Diante da ausência de um órgão municipal que efetivasse o tombamento, restava ao órgão municipal solicitar ao conselho estadual a preservação de bens cujo tombamento interessava à municipalidade.

Esse diálogo pode ser percebido, com suas nuances, em *Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther*, de Fernando Atique. Segundo o autor,

o trânsito de informações entre os dois órgãos [...] era grande, apesar de moroso – como atestam os inúmeros ofícios presentes do processo de tombamento [do Edifício Esther] arquivado no CONDEPHAAT. [percebe-se], inclusive que se [delineava] a necessidade de uma ação conjunta, que, na prática, nunca se processou.²⁵⁷

Tomando o caso do Edifício Esther, fica explícita uma relação não oficializada entre DPH e CONDEPHAAT. O tombamento, em nível estadual, do Edifício Esther, deu-se em processo iniciado a partir de solicitação do DPH, por meio de ofício de 15 de outubro de 1984, assinado pela arquiteta e urbanista Regina Maria Prosperi Meyer, professora da

²⁵⁶ ANDRADE, Oswald de. Canto de regresso à pátria. Disponível em: www.releituras.com/oandrade_canto.asp. Acesso em 15 dez. 2015.

²⁵⁷ ATIQUE, F., *op. cit.*, 2013, p. 296.

FAUUSP e então diretora do DPH, que solicitava auxílio do Conselho Estadual para garantir a preservação do edifício, constante da Z8-200, e com risco de alterações profundas.²⁵⁸

A relação preservacionista estava, então, assimétrica, uma vez que a legislação municipal dava as margens para as atuações urbanísticas, mas não respaldava a preservação, em sentido estrito, no âmbito municipal. Ao aproximarmos nosso foco para a escala da administração local, municipal, podemos notar que as atividades preservacionistas forçosamente levaram os profissionais que atuavam na esfera da cultura a obterem conhecimento específico sobre patrimônio.

A prática cotidiana de “salvaguarda”, ou mesmo de alerta e denúncia ao CONDEPHAAT, criava a percepção de que era necessário um aparelhamento metodológico e conceitual que preenchesse a lacuna deixada pela formação acadêmica, bastante incipiente à época, no que tangia às questões ligadas à ação preservacionista, pois o universo acadêmico paulista ainda não havia assimilado o campo do patrimônio tal como ele aparece hoje, havendo apenas alguns professores que se dedicavam ao tema da patrimonialização e da preservação.²⁵⁹

Elencando os professores da FAUUSP que trabalhavam com a temática da preservação em suas disciplinas, Ana Paula Farah cita, em sua tese, não por acaso, os mesmos nomes lembrados por Walter Pires e Mirthes Baffi, arquitetos entrevistados no âmbito desta pesquisa: Antônio Luiz Dias de Andrade, Benedito Lima de Toledo, Carlos Lemos, Gustavo Neves da Rocha Filho, Júlio Roberto Katinsky, Murilo Marx, Nestor Goulart Reis Filho. A autora cita, ainda, os cursos de Restauração e Conservação de Monumentos Arquitetônicos, nos anos 1970, uma parceria da FAUUSP com IPHAN e CONDEPHAAT.²⁶⁰

Farah ressalva, no entanto, que apesar do número expressivo de docentes a tratar da temática, as questões do patrimônio estavam pulverizadas em diversas disciplinas, sem uma abordagem sistemática, sendo as questões teóricas de restauro aprofundadas em uma disciplina optativa e uma obrigatória.²⁶¹

A falta deste aprofundamento teórico-metodológico (como de resto ocorria no campo da preservação no Brasil, e, em específico, no estado) e a inexistência de uma formação prévia ao exercício profissional, acabaram por impor dificuldades à atuação dos técnicos que

²⁵⁸ ATIQUÉ, F., *op. cit.*, 2013, p. 300.

²⁵⁹ FARAH, Ana Paula. *Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado* - o caso das escolas do Estado de São Paulo. 2012. 242f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. p. 242.

²⁶⁰ *Ibid.*, p. 242-243.

²⁶¹ *Ibid.*, p. 243.

iniciaram os trabalhos no DPH, em meados dos anos 1970, pois os conceitos foram sendo construídos pela equipe no decorrer da atuação.

Isso exigia uma reflexão sobre sua aplicação na realidade local ao mesmo tempo em que eram colocados em prática. Conforme Mirthes Baffi,²⁶² quando os técnicos foram a campo atender a uma demanda apresentada ao DPH pela Companhia do Metropolitano para levantamento de bens ao longo da futura linha Leste-Oeste, seu estudo foi guiado mais por *feeling* do que por critérios teóricos explícitos.

Objetivando preencher a lacuna teórica deixada pela formação acadêmica, os arquitetos do DPH buscavam contribuições em debates ocorridos com os mesmos docentes citados por Farah, que traziam para o Brasil o que se produzia em termos de teoria e prática - principalmente na França, a principal referência estrangeira para nossa atuação - além de trazer para São Paulo as discussões do Rio de Janeiro, Salvador e Recife que, junto com São Paulo, se constituíam nos principais polos de produção sobre preservação no Brasil.

A principal consequência desta lacuna de formação foi a dificuldade de formular uma metodologia, senão em campo, o que “atrasou” essa formulação e dificultou sua revisão dentro dos órgãos dedicados à preservação, em São Paulo.

Novos âmbitos, como o patrimônio ambiental urbano, como visto, tema candente na época, eram discutidos também por aqui, o que trazia para os técnicos novos desafios, como superar a antiga tradição de se preservar o bem por seu valor “intrínseco”, desprezando sua inserção no panorama urbano e sua relação com seu entorno e com a sociedade.

Nas palavras de Márcia Chuva, a seleção de bens a preservar

não pode se dar procurando-se um valor intrínseco [neles], ou um valor mercantil ou ainda uma capacidade simbólica de legitimação; [eles] podem conter tudo isso mas, para ir além do objeto, precisamos estar atentos às relações estabelecidas no presente.²⁶³

As relações estabelecidas a partir dos bens em estudo eram a matéria-prima a partir da qual os técnicos do DPH trabalhariam no âmbito de uma opção metodológica que buscava extrapolar a inserção daquele bem na história e na história da arquitetura.

Foi nesse quadro de dificuldades de aprofundamento da formação teórica e da elaboração de uma metodologia que o DPH iniciou, em 1983, a elaboração do IGEPACSP, cuja continuidade foi prejudicada, basicamente, pela exiguidade do corpo técnico. Além desse motivo há outro de peso semelhante: a indefinição de uma política de preservação, em

²⁶² BAFFI, Mirthes. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 22 de abril de 2015.

²⁶³ CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In.: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende. *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998. p. 49.

processo semelhante ao que Marly Rodrigues e Carlos Lemos apontaram no CONDEPHAAT²⁶⁴.

Essa indefinição é indicada por Mirthes Baffi, que nos informa que

até hoje o DPH não tem uma ficha fixa. As fichas elas variam, é uma coisa muito maluca isso, é muito maluco. Não se estabeleceu um padrão. Claro, os campos são basicamente os mesmos sempre, mas a forma de organizar a informação ela... de qualquer maneira tudo tem como base realmente a ficha do conselho da Europa. Nós tentamos fugir um pouco disso, mas chegamos à conclusão de que era bobagem, era melhor usar como modelo essa ficha que também foi usada pelo IPAC da Bahia.²⁶⁵

Em reunião do CONPRES P de 29 de abril de 1991, Vitor Hugo Mori, representando o IAB-SP naquele conselho, ressentia-se da falta “de regras, de clareza no procedimento adotado pelo CONPRES P”.²⁶⁶

É perceptível nas entrelinhas da declaração de Baffi a problemática surgida com a ausência de uma discussão teórica mais aprofundada, que resultou na contradição metodológica. O DPH, ao principiar a análise de campo com o preenchimento das fichas de cada imóvel inverteu o que se propunha na noção de patrimônio ambiental urbano, que era partir do ambiente urbano e a partir dele definir os imóveis a serem preservados.

Isso resultou em uma situação insólita, pois o órgão elaborava um inventário (o IGEPACSP) que afirmava estar de acordo com a nova metodologia, mas que acabou sendo elaborado de acordo com a metodologia tradicional, baseado nas fichas de identificação.

Essa contradição não se fez presente no caso baiano possivelmente porque no IPAC-BA não adotara a metodologia proposta pelo patrimônio ambiental urbano, e agrupara os imóveis por tipologia: 1. Arquitetura religiosa assistencial ou funerária; 2. Arquitetura militar; 3. Arquitetura civil de função pública; 4. Arquitetura civil de função privada; 5. Arquitetura industrial ou agrícola.²⁶⁷

Dessa forma, a prática profissional no DPH, se não sofreu maiores impedimentos, foi bastante prejudicada, pois com a atuação do CONPRES P, a partir de 1988, o órgão técnico viu a demanda crescer significativamente, afinal com o município agora podendo também tomba, além dos levantamentos que já eram realizados, passou a haver solicitações externas de tombamento, como da Câmara Municipal e de cidadãos.

²⁶⁴ RODRIGUES, M., *op. cit.*, 1994. p 45 e LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. *Viagem pela carne*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 233.

²⁶⁵ BAFFI, Mirthes. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 22 de abril de 2015.

²⁶⁶ CONPRES P. *Ata da 27ª reunião, op. cit.*, livro 1, p. 44.

²⁶⁷ OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 124.00, Vitruvius, set. 2010. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546. Acesso em: 5 ago. 2015; e BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC/SIC. Disponível em: patrimonio.ipac.ba.gov.br/documentacao-e-memoria/ipac-sic/#. Acesso em: 5 ago. 2015.

No processo do tombamento do Vale do Anhangabaú, a arquitetura foi tomada, a partir dos estudos do IGEPACSP, como elemento pelo qual se poderia ler a história da cidade. A partir desse aspecto dividiram-se os imóveis em cinco conjuntos considerados os mais significativos da ocupação da região central, de acordo com a tipologia e a época da construção, “somadas à cenografia urbana que proporcionam”.²⁶⁸

A ideia da arquitetura, mais exatamente da arquitetura excepcional, fica mais clara quando se afirma que os palacetes e parque “compõem o cenário daquele que é atualmente o nosso maior cenário”. A ideia do Anhangabaú como a moldura a enfeitar o Theatro Municipal não era nova, e havia sido a justificativa maior para a implantação do parque, nas primeiras décadas do século XX, como vimos.

Assim como havia acontecido no caso do Bexiga, no tombamento do Vale o elemento motivador do pedido foi a iminência de desaparecimento de bens importantes para a cidade, os mesmos bens, se não as mesmas edificações ao menos a mesma simbologia, que estava implícita no discurso de urbanização da região, no início do século XX.

Aludia-se a algo que José Reginaldo dos Santos Gonçalves já estudou no ambiente brasileiro: “a retórica da perda”²⁶⁹. Via-se o desaparecimento, sem possibilidade de substituição por similaridade das vilas do início do século XX, no caso do Bexiga, ou da arquitetura mais ligada às elites, no caso do Anhangabaú. E em ambas as situações, os imóveis em risco permitiam (e ainda permitem) estabelecer relações e conexões no presente que remetem a fases anteriores de ocupação de suas regiões e dos grupos sociais que ali viveram.

Também por isso a ideia dos palacetes e sedes de bancos como cartão postal ou como remanescentes de uma ocupação anterior pode ser vista em diálogo crítico com a noção de patrimônio ambiental urbano. Essa noção, a que fizemos referência no capítulo anterior, está presente nas reflexões postas, tanto no âmbito da Operação Urbana Anhangabaú como no estudo para o tombamento do Vale.

3.2 - REPERCUSSÕES E RECEPÇÃO DO TOMBAMENTO NA IMPRENSA

A repercussão do tombamento do Vale do Anhangabaú foi desproporcional à área tombada e ao impacto na cidade. Na imprensa especializada não encontramos matérias sobre o assunto e na imprensa de banca foram escassas as matérias acerca do assunto. Em geral a

²⁶⁸ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento*, op. cit., p. 34.

²⁶⁹ GONÇALVES, J. R. dos S., op. cit., *passim*.

abordagem não foi muito simpática, podendo ser dividida em duas linhas: manifestações contrárias ao tombamento e a resposta em defesa; e a ênfase na polemica interna da prefeitura.

A decisão do CONPRESP de abrir o processo de tombamento provocou significativa polêmica entre algumas secretarias municipais. A Secretaria de Planejamento, na qual estava sediada a Operação Urbana Anhangabaú era contra a preservação da região, assim como a Secretaria de Habitação - SEHAB. Por sua vez, a secretaria de Cultura, à qual pertencia o DPH, era a favor da preservação de imóveis de valor cultural. Segundo a secretária Marilena Chauí, a ação de tombamento visava organizar a intervenção da prefeitura, e não congelar a área.²⁷⁰

Os arquitetos e urbanistas professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP Benedito Lima de Toledo e Jorge Wilhelm manifestaram-se contra o tombamento do Anhangabaú, por razões diversas.

Segundo o professor Benedito Lima de Toledo, no artigo “Tombamento do Anhangabaú”²⁷¹, a prefeitura já disporia de “instrumentos eficazes para controle e disciplina do uso do solo que dispensariam perfeitamente a instituição do tombamento em nível municipal”.

Neste artigo o professor Toledo sugeria que a prefeitura investisse no inventário sistemático dos bens culturais, com levantamento de cada quadra, cada lote para que, cruzando os dados obtidos em campo com as demais informações de que a prefeitura já dispõe e levando-se em consideração a História da Arquitetura e a evolução urbana, se pudesse chegar a uma conclusão sobre quais bens deveriam ser objeto de preservação, aliando significado cultural e orientação para intervenções urbanas.

Ainda segundo o arquiteto e urbanista, um exemplo de inventário realizado nesses moldes seria o Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia (IPAC-BA). Ainda conforme o professor, os tombamentos dos bairros-jardim e do Pacaembu pelo governo do Estado seriam um atestado da ineficiência da prefeitura em tomar bens que seriam de sua alçada.

Segundo Toledo, haveria “algo de escandaloso nesse aparente despreparo dos órgãos municipais para protegerem nosso patrimônio ambiental urbano.” E quando resolve proteger seus bens “recorre à arcaica instituição do tombamento, pela qual um órgão municipal (Compresp [sic]) passa a tutelar os demais.”

²⁷⁰ PRESERVAÇÃO do centro divide prefeitura. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1991. p. 13

²⁷¹ TOLEDO, Benedito Lima de. Tombamento do Anhangabaú. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 1991. p. 2.

Para Jorge Wilhelm, então presidente da EMPLASA e secretário de planejamento na gestão do prefeito Olavo Setubal, e que havia sido autor, com Rosa Kliass, do projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú, a lei de tombamento do país era rígida, rigidez essa necessária para garantir os últimos remanescentes de arquitetura colonial. Mas, ainda segundo o urbanista, se o interior dos edifícios não tiver um uso moderno vira museu no mau sentido. Em lugar de se tombar grandes áreas, o urbanista entende que se deveria legislar sobre publicidade e fachadas, pois prédios com projetos importantes estariam escondidos.²⁷²

Além disso, o tombamento em escala ampliada acaba sobrecarregando os órgãos de preservação, na medida em que qualquer alteração deve ser solicitada. A matéria encerra com Wilhelm afirmando acreditar ser importante a existência dos conselhos de patrimônio, desde que aconselhem. Segundo ele a decisão sobre o tombamento cabe ao prefeito e aos vereadores, eleitos pela população, ao contrario dos órgãos, “que ninguém elegeu, com poder sobre o bem e o mal”.²⁷³

Os textos produzidos pelos jornais enfatizam a suposta divisão entre os órgãos da administração municipal, havendo poucas referências o tombamento em si, suas razões, objetivos, metodologia, agentes, consequências, abrangência ou outros elementos importantes. O tombamento surge nas matérias como pivô de uma pretensa disputa interna na administração, na qual se digladiavam a área da cultura, a favor do tombamento, em escala ampliada, e de outros órgãos como EMURB, SEHAB, SEMPLA, contrários ao tombamento ou à escala adotada.

Na reportagem “Prefeitura de São Paulo quer tombar área central”²⁷⁴, colocou-se como motivação para o tombamento a necessidade de deter a especulação imobiliária. Conforme Déa Fenelon, presidente do CONPRESP e diretora do DPH teria afirmado que o tombamento visava proteger imóveis de valor histórico que estariam em processo de concorrência pública. Provavelmente uma referência à Operação Urbana Anhangabaú, que não comportava nenhum tipo de concorrência pública sobre os imóveis.

O professor Benedito Lima de Toledo manifestou-se, na mesma reportagem, contrariamente ao tombamento, pois esse seria redundante em relação à lei de zoneamento e aos tombamentos em nível estadual, já existentes na região e que colocavam a região central sob a tutela da preservação, em razão da área envoltória - de 300 metros no entorno de cada edificação – estabelecida pelo CONDEPHAAT.

²⁷² CAMPANILI, Maura. Tombamento do Centro: Agora só prédios históricos. *Jornal Shopping News*, São Paulo, 5 mai. 1991. p. 10.

²⁷³ *Idem, ibidem.*

²⁷⁴ PREFEITURA de São Paulo quer tombar área central. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1991. p. 14.

Segundo Toledo, o tombamento dificultaria o trabalho de arquitetos e engenheiros criando obstáculos para aprovação de projetos, e desconsiderando a existência de vários imóveis na região que necessitavam de remodelação, como na Rua Formosa, por exemplo.

Na reportagem “Preservação do centro divide prefeitura”²⁷⁵, consta que a prefeitura estaria encontrando dificuldades para aprovar o tombamento definitivo de parte do centro de São Paulo, por divergências internas, pois EMURB e SEHAB seriam favoráveis apenas à preservação de imóveis isolados. Já a SEMPLA, segundo Marilena Chauí, seria contrária a qualquer forma de preservação. Ainda segundo Chauí o tombamento seria uma forma de organizar a intervenção da prefeitura na área, não impediria intervenção nos imóveis tombados e permitiria aos proprietários se enquadrar nas regras de concessão de incentivos no âmbito da Operação Urbana Anhangabaú.

Já no jornal “Folha de S.Paulo”, matéria intitulada “Tombamento’ em área do centro revela divisão na Prefeitura de SP”²⁷⁶ noticia que a decisão do CONPRESP de abrir processo de tombamento do centro havia aberto polêmica na Prefeitura. José Eduardo Lefèvre, responsável pela Operação Urbana Anhangabaú, afirmava, segundo a matéria, que o tombamento era incompatível com o projeto de renovação representado pela Operação.

Para este urbanista, segundo a mesma matéria jornalística, o tombamento da área seria incompatível com a renovação da região. Ainda segundo Lefèvre, a Secretaria de Cultura participou do projeto de lei e, posteriormente, adotou a posição de tombamento.

Ainda na opinião de Lefèvre, o tombamento não garantiria a preservação da área e os cinco representantes da prefeitura no Conselho de Patrimônio - de um total de oito - não poderiam ter votado favoravelmente ao tombamento - pois estariam contra a renovação urbana do Anhangabaú, uma vez que o Conselho de Política Urbana já havia decidido pelo não tombamento.

Não está claro na matéria qual o embasamento da decisão do Conselho de Política Urbana sobre o não tombamento, já que a decisão sobre tomar ou não um bem é prerrogativa do CONPRESP.

Em relação à polêmica exposta na matéria, Marilena Chauí apontou que havia divergência entre a Secretaria de Cultura e os órgãos responsáveis pela Operação Urbana “quanto ao conceito de memória social.”²⁷⁷

²⁷⁵ PRESERVAÇÃO, *op. cit.*, 1991. p. 13

²⁷⁶ ‘TOMBAMENTO’ em área do centro revela divisão na prefeitura de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1991. p. 4-4.

²⁷⁷ PRESERVAÇÃO, *op. cit.*, 1991. p. 13

Para Luiz Antônio Pompeia, da Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio - Embraesp - o tombamento revelaria um clima de terrorismo interno no PT, pois ele se contraporía ao próprio projeto da EMURB²⁷⁸.

A reportagem do jornal Shopping News citada anteriormente²⁷⁹ informa que a prefeitura iria retirar o processo de tombamento do Centro Velho, substituindo-o por uma relação de cerca de 300 imóveis, já tombados ou não, para viabilizar a Operação Urbana Anhangabaú. Segundo declaração de Leila Diêgoli, nunca foi intenção inviabilizar a operação urbana através do tombamento, mas sim ampliar o número de prédios históricos beneficiados pelos incentivos previstos na operação urbana.

Ainda segundo a matéria, a preocupação da EMURB e da SEMPLA era de que, embora a Secretaria de Cultura afirmasse que o tombamento não congelaria a área, isso afastaria investimentos privados, pois empresários ficariam receosos em investir numa área onde o CONPRESP tem poder de veto.

É visível nas matérias apresentadas que os especialistas chamados a opinar acerca do tombamento do Anhangabaú eram contrários a este tombamento, sendo as únicas manifestações favoráveis as dos profissionais que o haviam proposto e que nele trabalhavam.

E, além das matérias dos jornais, os artigos de opinião e os profissionais que, no âmbito da Operação Urbana Anhangabaú eram também contrários ao tombamento jogavam água no moinho do caráter deletério do tombamento, principalmente em uma conjuntura afetada pela polêmica em torno do tomba/não tomba a mansão Matarazzo e do tombamento do Bexiga. E afora o tombamento do Anhangabaú em tela, se discutia também o caráter do tombamento como instituição.

Em artigo no jornal Folha de S.Paulo, o representante do mercado imobiliário Sérgio Mauad afirma que, diferentemente do caráter positivo do tombamento na Europa, no Brasil “a coisa é bem diferente. O tombamento de um imóvel significa para seu proprietário perda de patrimônio.” O autor critica a falta de critérios, o número de imóveis e a área tombada no município, além da falta de articulação entre os órgãos estadual e municipal de patrimônio.²⁸⁰

Os tombamentos do Bexiga, pela prefeitura, e do Pacaembu, pelo estado, são as motivações para o artigo. Soa irônico quando o autor afirma, tratando principalmente do

²⁷⁸ ‘TOMBAMENTO’, *op. cit.*, p. 4-4.

²⁷⁹ CAMPANILI, M., *op. cit.*, p. 10.

²⁸⁰ MAUAD, Sergio. Tombamentos – é preciso critério e incentivos. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 15 dez. 1990. p. c-6.

Pacaembu, que o tombamento reduz a oferta de “imóveis à população” [sic]²⁸¹. Conforme o artigo,

Empresas construtoras no Pacaembu, por exemplo, os terrenos destinados à construção de edifícios residenciais, tiveram essas áreas congeladas. Os prejuízos são enormes e, no caso das empresas de pequeno ou médio porte, até fatais.²⁸²

3.3 - HISTÓRIA E SOCIEDADE

Essa relação entre edificação isolada ou considerada no conjunto dialoga, também, com uma determinada concepção de história. Conforme o processo de tombamento,²⁸³ na av. São João se encontram os representantes de uma segunda fase do ecletismo arquitetônico paulistano. Seriam construções que marcariam

o esplendor do ecletismo na São Paulo dos anos 20 e 30, e São Paulo “Belle-Époque”, provavelmente a São Paulo que mais deixou saudade.

Esse saudosismo está presente em vários trechos do processo, inclusive, como vimos anteriormente, na referência aos palacetes de outrora.

Em qualquer época de sua história, a cidade de São Paulo guarda suas contradições econômicas, sociais e culturais. Mesmo nas primeiras décadas do século XX, suposta época de esplendor e que “teria deixado saudade”, havia ricos e pobres na capital paulistana, como em períodos anteriores e posteriores, até os dias atuais.

Conforme Janice Theodoro da Silva, tratando da São Paulo da República Velha:

A cidade ganha uma outra imagem com seus moradores distraíndo-se em torno dos grandes *magazins*. A cidade estratifica-se, cristaliza algumas imagens – viadutos, avenidas, praças, bondes, postes de luz – que passam a organizar o sonho de ascensão social daqueles que estão fora das áreas contempladas com as benfeitorias da modernidade²⁸⁴.

A mesma autora afirma, ainda, que o

desenho romântico da cidade concentrado nas áreas nobres transformava São Paulo em cidade-luz. Ao mesmo tempo, assistimos o crescimento das áreas periféricas onde se concentrava populações pobres e imigrantes estrangeiros [sic].²⁸⁵

A segregação sócio espacial já estava posta na São Paulo do início do século XX, com população pobre alocada nas várzeas de rios e às margens das linhas férreas, e a elite ocupando as regiões mais altas. Nessa lógica, o centro da cidade (principalmente o Centro

²⁸¹ MAUAD, Sergio., *op. cit.*, p. c-6.

²⁸² *Idem, ibidem.*

²⁸³ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento, op. cit.*, p. 41

²⁸⁴ SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo: quatro séculos de história. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, v.3 – v.4, p. 43-56, out/nov. 1994 – ago/out. 1995. p. 49.

²⁸⁵ *Idem, ibidem.*

Novo) passou a ser predominantemente o espaço de consumo da elite, tanto de mercadorias e serviços, como de cultura.

Recorremos à mesma autora para verificar que

São Paulo no início do século XX era uma cidade romântica. Os espaços [foram] hierarquizados de forma a deixar a periferia para as populações mais pobres. A majestade de algumas edificações garantiam às áreas centrais a afirmação das classes mais afastadas frequentemente vinculadas aos negócios cafeeiros. A oligarquia manipulando o poder municipal mantinha vínculos estreitos com o universo europeu, contemplando um ciclo iniciado na colônia e mantido após a proclamação de independência e da república. São Paulo, da mesma forma que outras cidades brasileiras, repetia de forma fragmentária alguns modelos tipicamente europeus.²⁸⁶

O que parece haver de diferente na época, e que talvez seja o motivo da “saudade” exposta no texto, é uma emulação de um estilo de vida estrangeiro, *cosmopolita*, que seria consumido, - em grande parte pela divulgação de imagens urbanas novas, por meio do espaço público alterado - por um setor mais amplo da sociedade, e que trazia a sensação de vinculação com uma cidade que seguia “a última moda verificada em Paris”, e na América.²⁸⁷

Mas, se em 1920 São Paulo possuía 580 mil habitantes, 20 anos depois contava com 1.318.500, o que tornava inviável a manutenção do sonho romântico, disciplinado e contido, pois a industrialização promovia mudanças profundas na sociedade e na ocupação da cidade.²⁸⁸

Assim sendo, a leitura dessa passagem, no documento alusivo ao tombamento do Vale do Anhangabaú, revela um recorte excessivo sobre a historicidade e o território paulistanos e toma a parte pelo todo, num caso de metonímia complexa, pois se celebra a metrópole, mas se escolhe uma diminuta fração de seu território como “emblema” do que a cidade era.

Esse saudosismo acompanhava a predileção pelo ecletismo na relação dos bens a serem preservados, em detrimento de outras manifestações arquitetônicas, como o *floreale* - intrinsecamente vinculado à presença dos imigrantes -, o neoclássico, o *Art Déco*, o neocolonial e mesmo o moderno, também existentes no perímetro do tombamento e que, embora relacionados para tombamento, não foram objeto de maior atenção na argumentação relativa à sua importância na ocupação urbana.

²⁸⁶ SILVA, Janice Theodoro da., *op. cit.*, p. 49. A historiografia recente tem mostrado, também, como um pensamento de origem estadunidense, em que a rígida separação de funções urbanas está presente, foi mobilizado por técnicos brasileiros na formatação urbana paulistana de virada dos séculos. Cf. Luiz Augusto Maia Costa. *Nem tudo era Europeu: a presença norte-americana no debate da formação do urbanismo paulista (1886-1919)*. Santo André: EdUFABC, 2014.

²⁸⁷ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. *passim*.

²⁸⁸ *Idem, ibidem*.

A história da arquitetura foi o fio condutor na definição do que se tombar. Conforme o texto,

Na tentativa de fazer com que [a história de São Paulo] se tornasse mais clara dividimos os imóveis de interesse da área em conjuntos que consideramos os mais representativos das etapas de sua ocupação, levando em conta tanto a tipologia de sua arquitetura quanto a época de sua construção, somadas à cenografia urbana que proporcionam.²⁸⁹

Essa metodologia de certa forma toma a arquitetura como sujeito da história, em detrimento dos grupos humanos que ocupam um determinado lugar em um determinado tempo, com conflitos e estratégias de sobrevivência que deixam marcas, inclusive na arquitetura.

Podemos então questionar quem é o sujeito da história, na visão do DPH.. Em texto oriundo do IGEPACSP, “Evolução urbana do centro novo”, Eudes Campos²⁹⁰ escreve que

A atual apropriação do Centro pelas classes populares, e em alguns casos até pela marginalidade, reflete-se no aspecto descuidado que se generaliza por toda a região central. Constatação que ainda hoje a muitos incomoda. Haja vista o esforço despendido por setores da atual administração (1991) no sentido de atrair de novo para o Centro frequentadores de nível sócio-econômico mais elevado. Projetos do tipo: Eixo Sé-Arouche, Boulevard São João e reurbanização do Vale do Anhangabaú, entre outros, assumem explicitamente esse objetivo²⁹¹.

No parágrafo seguinte o autor questiona:

Será, com efeito, reversível esse processo? Será socialmente desejável essa reversão? Até que ponto não é justa a apropriação do Centro pelas camadas mais populares, classes sociais que por muito tempo foram mantidas à distancia dessa parte da cidade, então reduto das classes dominantes? E, por fim, na hipótese de que continue o Centro a ser frequentado pelas classes populares, como evitar que perdure o aspecto desleixado que atualmente apresenta?²⁹²

Para a redação do texto Campos utilizou basicamente fontes oficiais (documentos da câmara municipal), trabalhos sobre arquitetura e textos memorialísticos. Essa delimitação de fontes talvez ajude a esclarecer a ênfase na história factual, ignorando os processos sociais, ricos em idas e vindas, marchas e contramarchas, avanços e recuos, que marcam a história da cidade de São Paulo e de seu centro, assim como ocorre em quaisquer cidades.

3.4 - MEMÓRIA E HEGEMONIA

Conforme Marly Rodrigues,

²⁸⁹ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento, op. cit.*, p. 34.

²⁹⁰ Rita de Cássia Alves e José Roberto dos Santos Pinheiro atribuem, no corpo do Processo de tombamento, a autoria deste texto a Eudes Campos. Ver SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento, op. cit.*, p. 124.

²⁹¹ SÃO PAULO (cidade). *Processo de tombamento, op. cit.*, p. 68.

²⁹² *Idem, ibidem.*

O patrimônio histórico é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social. O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberto às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder.²⁹³

O patrimônio é, então, um espaço de manutenção e, ao mesmo tempo, um “apagamento” de memórias, pois patrimônio é seleção, na medida em que não preservamos tudo, e ao selecionarmos, também excluimos. Para Dea Fenelon, em meados da década de 1990, São Paulo é uma cidade que, “na verdade, não tem propriamente um centro histórico”,²⁹⁴ e é uma localidade em que “várias memórias foram sufocadas em nome do progresso”.²⁹⁵ Ainda, de acordo com Fenelon,

a memória que se preserva ou aquela que é vencedora sempre encobre outras perspectivas e outros trabalhos de memória que foram geralmente massacrados neste processo e que, portanto, inexistem como tal.²⁹⁶

Esse viés ideológico, da história que preserva a memória dos vencedores, é referido também por Antônio Arantes, que nos lembra também que preservação é escolha e descarte e, no fim, um processo político:

[...] a constituição e defesa do patrimônio cultural têm também a sua vertente ideológica. Elas são meios pelos quais se dá forma e conteúdo a essas grandes abstrações que são a "nacionalidade" e a "identidade". Desse ponto de vista, o problema não é apenas o de preservar ou não, mas determinar o que defender e como fazê-lo. Ressoa, nesse aspecto da questão, o debate sobre concepções acerca de como se reconstrói o processo histórico (o triunfo dos vencedores ou a perspectiva dos vencidos) ou, num modo de ver mais abrangente, o problema do lugar e significação da cultura popular no contexto da cultura nacional. E, evidentemente, esses temas são, no mínimo, muito controvertidos, já que se trata, aqui, da face cultural do processo político de construção de lideranças morais e intelectuais legítimas.²⁹⁷

A afirmação de Fenelon sobre a ausência de um centro histórico e o sufocamento de memórias na capital paulista encontra respaldo em impressão do historiador estadunidense Richard Morse, que, chegando na São Paulo dos anos 1940, surpreendeu-se com “a falta de memória histórica na cidade”, que então só possuía “três ou quatro prédios com cem anos de idade”²⁹⁸

Analisando os documentos, os procedimentos inerentes ao processo de patrimonialização, bem como os depoimentos que conseguimos colher, podemos perceber que

²⁹³ RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, 1996. p. 195.

²⁹⁴ FENELON, D. R., *op. cit.*, 1995. p. 133.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 139-140.

²⁹⁶ *Ibid.*, p. 139.

²⁹⁷ ARANTES, A. A., *op. cit.*, p. 8.

²⁹⁸ ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. Morse, historiador, volta à “Chicago tupiniquim”. *Folha de S.Paulo*, 24 jul. 1998. p. A19.

o órgão técnico de patrimônio paulistano buscava a construção de uma base teórica para sua atuação, relacionando patrimônio, sociedade e memória social, pois esta memória estaria se esvaindo:

[...] São Paulo tende a destruir sistematicamente a memória objetiva [sic], deixando a seus cidadãos apenas as lembranças subjetivas, quase sempre desqualificadas pelos mecanismos de um saber que confere aos especialistas a capacidade exclusiva de decidir sobre o valor e a relevância dos sinais e registros do passado.²⁹⁹

Esta articulação era bastante inovadora para o início dos anos 1990. Porém, essa tentativa não impediu que o órgão incorresse em concepções como a de “memória objetiva”, vista na citação acima.

A memória social (como também a individual) varia de grupo para grupo, como de indivíduo para indivíduo. A memória não é *una* para todos, pois ela está no sujeito, não no objeto. Por isso ela é subjetiva. Cada formação social, cada grupo, em cada tempo, e em cada espaço terá uma memória sobre determinado fenômeno, muitas vezes incongruentes.

A memória objetiva é exatamente aquela propugnada pela visão tradicional do patrimônio no Brasil, desde os anos 1930. Como há apenas *uma* nação, pode haver apenas *uma* memória, e esta deverá ser *compartilhada*, preferencialmente, *inculcada* na sociedade que se intenta construir.

É uma memória objetiva porque deve incidir sobre todos os grupos sociais, todos os indivíduos, em todos os lugares. Assim, a arquitetura colonial e a Arte Barroca terão (ou deverão ter, segundo a proposta disciplinadora dos órgãos preservacionistas) o mesmo sentido para todos, pois elas são a matéria que representa a formação da nação, sem dissensos. Conforme Marly Rodrigues,

Mais que testemunho do passado, o patrimônio é um retrato do presente, um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, expressas na apropriação de parte da herança cultural, dos bens que materializam e documentam sua presença no fazer histórico da sociedade. O patrimônio não é, porém, uma representação de todos; este modo de concebê-los resultou de um momento histórico no qual os bens protegidos pelo Estado representavam a afirmação da identidade nacional.³⁰⁰

A memória, sendo subjetiva, apresentará lembranças, vivências, construções diferentes sobre o mesmo objeto. Em cada tempo histórico, cada grupo social construiu uma determinada memória acerca do Vale do Anhangabaú. A patrimonialização do Vale deve abarcar o conjunto dessas memórias, valorizando o lugar como a soma das vivências e memórias do conjunto da sociedade.

Essa discussão sobre a memória estava posta à época do tombamento do Vale.

²⁹⁹ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico*, n°5, s/d. p. 29.

³⁰⁰ RODRIGUES, Marly. *op. cit.*, p. 195 (primeira citação na nota 282).

Segundo Fenelon,

As discussões sobre o que é o direito à memória, o que é a cidadania cultural não foram fáceis de serem levadas dentro da perspectiva do governo e da administração, até porque a questão do patrimônio e da preservação é uma discussão que se realiza quase exclusivamente no meio acadêmico, no meio técnico, nas grandes discussões de política urbana, mas não é uma questão que esteja impregnada no sentido da vivência e da experiência da cidade.³⁰¹

Quando falamos em memória objetiva estamos falando, na verdade, em uma memória de um grupo que se tornou hegemônica, passando a servir de arquétipo para o coletivo. E como a relação de hegemonia é uma relação de dominação, no caso da memória, é uma relação em que a dominação surge pela transformação da memória de um grupo em memória de toda a sociedade, em um jogo de mostrar/esconder em que as demais memórias devem ser esquecidas, em um processo que, para atingir seu objetivo, não pode ser perceptível. É necessário, para esta linha de pensamento, sedimentar a ideia de que aconteceu porque *era natural que fosse assim*, não por que foi construído assim. Conforme Odair Paiva,

A memória *em si* da paisagem se conecta com as memórias individuais, transformando o passado numa herança comum, da qual todos partilhamos. Nesse caso, ocultam-se outras memórias. Em ambos os casos a memória *em si* da paisagem é sempre uma construção e algo que não pode ser naturalizado, mesmo quando se trata da manutenção/preservação de memórias subalternizadas.³⁰²

Se a arquitetura Colonial e a Arquitetura Moderna foram tornadas como arquiteturas “oficiais” do Brasil pela ação do órgão federal de patrimônio no Período Vargas, elas o foram em detrimento de outras arquiteturas que também eram praticadas no Brasil Colônia, e na época contemporânea àquela instituição de política preservacionista.

A partir da Arquitetura Colonial construiu-se uma memória de uma nação rica e opulenta, em diálogo com as metrópoles europeias. Nesse jogo não se incluíram as áreas distantes do que hoje chamamos de Norte, como São Paulo, por exemplo, e mais afastadas do litoral. A exceção é Minas Gerais, estado do Sudeste e sem litoral, mas que possuía como capital simbólico ter sido o local onde, por conta da mineração aurífera, foram reunidas as três “raças” cuja síntese seria a origem do povo brasileiro: portugueses, índios e africanos, com forte produção de arte Barroca.

Se a nação forte defendida por Vargas teve início na Colônia, e não há nação sem povo, o povo brasileiro haveria de ter nascido também na Colônia, e sendo sua especificidade a miscigenação entre as raças, seria essa raça-síntese o povo brasileiro por excelência, elevando-se a arte pretensamente produzida por esse povo a arte “nacional”, seja em Minas

³⁰¹ FENELON, *op. cit.*, 1995. p. 141.

³⁰² PAIVA, Odair da Cruz “Museus e memória da imigração: embates entre o passado e o presente”. In: PAIVA, O. da C. & LEAL, E. (org.). *op. cit.*, v. 1. p. 158. Grifos no original.

Gerais, na Bahia ou em Pernambuco. E essa raça-síntese teria produzido, então, uma memória a ser cultuada por toda a nação, louvando-se a força, a criatividade e a pujança do Brasil Colônia.

É de se perguntar, então, se São Paulo pode reivindicar uma memória “objetiva” da nação brasileira, considerando que, em se tratando de patrimônio, o estado não está inserido nessa memória.

Nas palavras de Paulo César Garcez Marins,

São Paulo não foi um destino privilegiado dessas incursões oficiais. As cidades paulistas jamais foram alvo de uma proteção equivalente às mineiras, pernambucanas ou baianas. Embora local da mais antiga povoação brasileira, daquela São Vicente fundada em 1532, a terra paulista não possui a riqueza faustosa das cidades coloniais daqueles estados, fausto, aliás, que sempre fascinou os técnicos do SPHAN. O luxo paulista vinha quando muito do século XIX, da emergência do café que apagava os traços da rusticidade colonial, modernizando as cidades sob o ideário do progresso e reconstruindo sua arquitetura com referências mais modernas, europeizadas. Mas nada disso interessava ao SPHAN e a pensadores como Mário de Andrade, que negavam os estrangeirismos e passariam boa parte das décadas de 1930 e 1940 em busca dos restos do Brasil colonial, que em São Paulo eram poucos e modestos.³⁰³

É de se lembrar que, como indicou Paulo Garcez, há poucos exemplares da arquitetura colonial tombados em São Paulo. Segundo o autor, isso se deve, em parte, às demolições realizadas em construções coloniais paulistas ocorridas na Primeira República, para atualizar a arquitetura paulista de acordo com os interesses estéticos da elite cafeeira ou por questões econômicas deflagradas por demandas da burguesia industrial.³⁰⁴

Marins argumenta, por outro lado, que havia núcleos urbanos e imóveis isolados que foram ignorados pelo SPHAN, e que o estado possui “muitos dos antigos núcleos urbanos do Brasil, com soluções arquitetônicas que serviram de referência para outras erguidas nas diversas capitâncias que dali foram desmembradas.”³⁰⁵

Foi construída em São Paulo, então, uma memória que gira em torno da contribuição paulista para a história nacional, como o bandeirantismo,³⁰⁶ o paulista José Bonifácio,

³⁰³ Marins refere-se a mineiros, pernambucanos, baianos e cariocas que compuseram uma equipe dedicada, na segunda metade dos anos 1930, a viagens de reconhecimento em busca de uma “arqueologia” da memória brasileira. In: MARINS, Paulo Cesar Garcez. *Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista*. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord. do projeto). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2008. p. 138-139.

³⁰⁴ O autor afirma que dos tombamentos federais levados a cabo entre 1938 e 1967, apenas 6% estavam em solo paulista. MARINS, *op. cit.*, p. 146.

³⁰⁵ MARINS, *op. cit.*, p. 146.

³⁰⁶ Consultar Antonio Celso Ferreira, *A epopeia Bandeirante*. São Paulo: Editora da UNESP, 2000 e Kátia Maria Abud. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. 342 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

patriarca da Independência, os Leais Paulistanos, grupo que defendia a soberania brasileira frente a Portugal.

Essa memória *paulista* ainda comporta figuras como Amador Bueno, que em 1641 fora aclamado rei brasileiro pela população pró-castelhana, em razão do fim da União Ibérica (Portugal e Espanha, 1580-1640). Segundo consta, Amador Bueno recusou de forma enérgica a nomeação e reafirmou sua fidelidade ao rei D. João IV de Portugal, consolidando a ideia de que São Paulo era fiel ao Brasil, ou, nesse caso, a Portugal, e cuja atitude seria responsável pela manutenção da unidade do Império português.

Conforme Mário de Andrade,

Vagar, assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada. [...] No período que deixou no Brasil as nossas mais belas grandezas coloniais os séculos XVIII e XIX até fins do Primeiro Império, São Paulo estava abatido, ou ainda descansando dos revezes que sofrera. Não pode criar monumentos de arte.³⁰⁷

Mário segue afirmando ser

incontestável que São Paulo não pode apresentar documentação alguma que, como arte, se aproxime sequer da arquitetura ou da estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia.³⁰⁸

Assim, para o escritor modernista, o critério para defesa e tombamento dos legados do passado deveria ser histórico (e não artístico). Assim, deixando de lado a beleza, se deveria “reverenciar e defender [...] as capelinhas toscas, as velhices dum tempo de luta e os restos de luxo esburacado que o acaso se esqueceu de destruir”.³⁰⁹

Como exemplo Mário cita a Capela do Sítio Santo Antônio (tema do artigo) no município de São Roque, construída pelo capitão Fernão Paes de Barros no século XVII³¹⁰, inserindo-se na tradição paulista de eleger os marcos do passado bandeirante como bens a serem preservados como suporte de uma memória.

Assim, a memória da nação brasileira passa ao largo de São Paulo. A memória de São Paulo é subjetiva, como são as memórias sociais. E em São Paulo também se construiu uma memória de um grupo (a aristocracia cafeeira) que se estendeu ao conjunto da sociedade, em um processo em que mesmo os dominados assimilam as memórias da dominação. Segundo Dea Fenelon,

quase tudo aquilo que existe, principalmente no DPH, ou como política havida é resultado das comemorações do IV Centenário da cidade. Quer dizer, foi no IV

³⁰⁷ ANDRADE, Mário. A Capela de Santo Antônio. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº1, 1937. p. 120.

³⁰⁸ *Idem, ibidem.*

³⁰⁹ *Ibid.*, p. 119

³¹⁰ *Ibid.*, p. 120

Centenário que se pensou no patrimônio histórico como aquilo que deveria marcar a obra vencedora dos bandeirantes, pioneiros e aqueles que existiram na construção da cidade, segundo uma determinada visão do passado que permeou o trabalho da Comissão do IV Centenário.³¹¹

O mito do pioneirismo bandeirante é considerado por parte da historiografia sobre São Paulo como uma construção vinculada ao predomínio cultural dos valores da elite cafeeira,³¹² cujo apogeu foi escancarado, exatamente, nas comemorações do IV Centenário. O sítio histórico onde teria ocorrido a fundação da cidade, com a ereção da capela e do colégio jesuítas é parte importante desse mito de construção de uma memória.

Talvez não por coincidência, o primeiro tombamento realizado pela capital paulista foi exatamente o dos imóveis localizados no Pátio do Colégio. Este tombamento, de caráter provisório, não se deu por resolução do CONPRESP, e sim por Decreto do prefeito Jânio Quadros, de número 26.818, de 9 de setembro de 1988. Assim, segundo Fenelon,

[...] o Pátio do Colégio no Centro Histórico de São Paulo, o museu, o colégio, o pátio é um cenário montado em 1954. O local de origem da cidade é aquele, não há dúvidas, mas foi tudo reconstruído, tudo foi refeito, e aquilo é um cenário. [...] o resto, naquela região, é de qualquer forma um cenário montado por uma definição de patrimônio e de memória em um determinado momento da correlação de forças. Significa a tentativa de colocar a memória dos vencedores na comemoração do IV Centenário.³¹³

Em relação ao Vale do Anhangabaú, essa reflexão acerca da memória nos permite perceber que, em vários níveis e formas de convivência, vários estratos sociais construíram em seu cotidiano, relações econômicas, afetivas e sociais com aquele espaço, deixando marcas que podem ser mobilizadas para a construção de um projeto de preservação daquela mancha urbana.

Em outras palavras, um bem edificado não é apenas uma construção arquitetônica, mas um referencial para um conjunto de relações sociais que ali se estabelecem, muitas vezes, de forma espontânea ao longo do tempo, sendo importante suporte material para o cotidiano. E essas relações sociais trazem, em si, memórias e esquecimentos.³¹⁴ Nas palavras de Vera Milet

[...] os ambientes construídos pelos homens guardam, através de sua materialidade, a memória tanto das ideias referentes ao grupo social, como do sistema de representações ao nível do indivíduo. Em outros termos é através da matéria, nas suas diversas formas, que os indivíduos, pertencentes a grupos sociais, expressam sua visão de mundo, suas expectativas, sentimentos e experiências. É na materialização, e através dela, que as ideias se concretizam, colocando o indivíduo

³¹¹ FENELON, Dea Ribeiro., *op. cit.*, 1995, p. 139.

³¹² Cf. FERREIRA, A. C., *op. cit. passim*.

³¹³ FENELON, Dea Ribeiro., *op. cit.*, 1995, p. 139-140.

³¹⁴ ATIQUÊ, F. "O patrimônio (oficialmente) proibido": a destruição e a memória do Palácio Monroe (Rio, 1906-1976). In: PAIVA, O. da C. & LEAL, E. (org.), *op. cit., passim*.

frente a seu tempo histórico, ou melhor, é através da representação que o indivíduo comunica socialmente.³¹⁵

A ênfase na arquitetura canônica percebida no processo de tombamento demonstra um apreço pela arquitetura erguida de acordo com os interesses e a preferência estética da elite paulistana, desprezando as relações construídas em torno dessa materialidade, que também poderiam ter sido discutidas no processo.

Na preservação de um conjunto arquitetônico e urbano como o encontrado no Vale do Anhangabaú poderia transparecer a relação da sociedade com alguns dos referenciais urbanos ali presentes, já amalgamados na memória social, afinal manter os registros e a memória desta relação simbólica que tem como sujeito as pessoas - tanto os indivíduos como os grupos sociais - é uma dimensão importante da cidadania que o patrimônio não pode negligenciar, razão pela qual o patrimônio edificado não é patrimônio apenas pela tectônica³¹⁶, ou seja, pela matéria, mas também pela dimensão simbólica, coletiva e social, fazendo da edificação uma obra plurissêmica.

Nossa análise, inserida no campo da História – mas em diálogo com as demais Ciências Humanas -, sobre o desígnio do Vale do Anhangabaú como patrimônio cultural, parte da ideia de que o campo do patrimônio é um campo de dimensão política bastante viva, dimensão essa, na qual o próprio projeto de tombamento está inserido, pois estão em jogo os interesses de diferentes grupos sociais que se colocam no cenário da disputa de projetos de cidade, cultura e ocupação urbana.

Nessa dimensão política viva em que se insere o tombamento, se insere também uma relação entre a edificação e as relações sociais que a envolvem, o que conforma a dimensão política do patrimônio cultural. Esta dimensão está explicitada na publicação do DPH quando se lê que

O CONPRES P tem como orientação conceitual romper com a visão monumental da preservação, deixando de considerar um elemento urbano isolado em contraposição à proteção do patrimônio ambiental urbano, que compreende um conjunto de bens móveis e imóveis que caracterizam a vida da cidade. Segue, por isso, as resoluções da ONU e da UNESCO de privilegiar o tombamento por “manchas”, e não de edifícios isolados, sempre que possível.³¹⁷

³¹⁵ MILET, Vera. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil*. Olinda: Prefeitura Municipal, 1988. p. 14.

³¹⁶ Entende-se tectônica como a dimensão inerente à arquitetura. Sendo “construção”, a arquitetura erigida, vivenciada e ressignificada pela sociedade, possui um dado geográfico que é o de constituir lugar; um dado social que é o de abrigar e servir de referencial, e um dado tangível que é o de ser, por si, um amálgama inteligível de materiais de construção

³¹⁷ FENELON, Déa. Políticas culturais e patrimônio histórico. In.: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 33. Esse mesmo trecho consta no Boletim do DPH, n. 5, São Paulo, DPH, s/d. p. 28. Grifo nosso.

Essa mesma fala aparece em outras publicações de caráter semelhante, nas quais consta:

A atuação do Departamento de Preservação não está voltada apenas para os edifícios de excepcional valor histórico-arquitetônico-ambiental, mas também para todos os elementos integrantes do patrimônio ambiental urbano (conformações geomorfológicas; vestígios e estruturas de arqueologia histórica, tecidos urbanos e estruturas viárias; parcelamento do solo; edifícios e conjuntos arquitetônicos; áreas verdes e ajardinamentos; monumentos e obras escultóricas e toponímia) cujo valor está na manifestação repetitiva da cidade, constituindo grupos tipológicos caracterizadores de certas áreas; no grau de homogeneidade do assentamento urbano e integração com o tipo de ocupação, que remontam à ocupação original e sua evolução; na importância quanto à referência histórico-cultural que denotam modo de vida peculiares.³¹⁸

Ou, ainda:

A atuação da Divisão de Preservação sempre foi pautada pela filosofia de que preservar não significa cristalizar ou perpetuar modos de organização do espaço urbano, suas edificações ou traçados de ruas. A preservação deve ser atividade essencialmente dinâmica, na medida em que trata da recuperação dos espaços urbanos significativos a nível de [sic] identidade cultural e que se encontram deterioradas, reintegrando-os ao contexto da cidade. Rompe-se assim, com a visão da preservação do monumento isolado, indicando sua incorporação a seus entornos de forma a ser possível um procedimento de valorização daquele patrimônio ambiental urbano³¹⁹.

Olhando para o conjunto de bens tombados pela cidade de São Paulo, percebe-se, de certa maneira, a efetiva presença desse ideal contido nos excertos acima. Mas devemos entender, efetivamente, este conjunto de bens oficialmente tombados como a expressão de um estoque patrimonial. Sua constituição é comedida, claramente dimensionada e delimitada por razões de demonstração de uma pluralidade no conjunto da cidade.

Via de regra, podemos examinar as forças preservacionistas da municipalidade selecionando imóveis e formações geológicas, elementos arqueológicos e monumentos artísticos, de forma a permitir a verificação de diversos aportes materiais que se referenciam ao passado.

Constitui-se, assim, uma grande amostragem patrimonial, sem dúvida, mas, dificilmente, consegue-se encontrar preservado o que podemos chamar de territórios complexos, em que a superposição de camadas materiais permite aproximações a temporalidades diversas atinentes à estruturação de uma localidade.

O Vale do Anhangabaú, dentre tantas outras áreas da cidade, permite, exatamente, a possibilidade de leitura de conjuntos temporais em suas diversas estruturas materiais, mas foi, como estamos mostrando, patrimonializado como um cartão postal, com símbolos eruditos da

³¹⁸ SÃO PAULO (cidade). *Boletim nº5, op. cit.*, p. 29

³¹⁹ SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico nº 3*, 1990. p. 25.

produção arquitetônica e com elementos discursivos, visualmente, de uma São Paulo pujante e organizada.

Também cabe apontar que na estruturação intelectual do campo do patrimônio no Brasil, transparecem, sem muitos véus, os interesses das elites, que, com acesso às universidades, e com inserção privilegiada nas estruturas organizacionais do poder público, trouxeram concepções, e estimularam práticas preservacionistas que levaram à construção de uma memória social e coletiva do passado “à sua imagem e semelhança” ou, dito de outra forma, transformando em coletivos e sociais os seus valores e sua visão de mundo. A ideia de compartilhamento, neste caso, estava mais na ação de “divulgação” e multiplicação daquilo que ficou definido como “o patrimônio do Brasil”, do que, de fato, na montagem de uma arena para compartilhamentos de heranças entre os setores da sociedade.

A manutenção de aspectos estilísticos, técnicas e materiais construtivos, registros de uma época e de uma sociedade, formas de expressão e de diálogo de setores sociais seria assegurada apenas por meio da salvaguarda completa do bem cultural, para além do que a seara do planejamento urbano poderia atingir.

Essa nova concepção de patrimônio, que permeou o discurso da primeira gestão petista na prefeitura de São Paulo, vem ao encontro do que se pensava ao se elaborar a ideia do IGEPACSP: a preservação por manchas, por uma ideia mais alargada, ou mais ampliada, de patrimônio.

A preservação dos elementos da cultura material que marcam as diversas fases de ocupação do espaço pela sociedade, ou dos diferentes modos de vida da sociedade, muitas vezes choca-se com os interesses que os espaços possivelmente destinados à preservação possam despertar em quem vê o território urbano como mercadoria. A polêmica entre a cultura e o planejamento e a forma como foi divulgada nos jornais nos mostram que o Anhangabaú era, no momento, um dos objetos de disputa entre preservacionistas e ocupantes. No capítulo seguinte veremos a *Associação Viva o Centro*, que passaria a representar a iniciativa privada do Centro.

3.5 - INICIATIVA PRIVADA E REQUALIFICAÇÃO URBANA NO CENTRO DE SÃO PAULO: A ASSOCIAÇÃO VIVA O CENTRO (AVC)

Segundo José Geraldo Simões Júnior³²⁰, a *Associação Viva o Centro* surgiu em uma conjuntura formada, basicamente, por dois eventos: a finalização das obras de reurbanização

³²⁰ SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. Revitalização de centros urbanos. *Revista Pólis*, São Paulo, nº 19, p. 56-57, 1994.

do vale do Anhangabaú e do Boulevard São João (que ocorreria em dezembro de 1991) e a aprovação, pela Câmara Municipal, de dois projetos de lei que incentivavam a participação da iniciativa privada nos investimentos no centro: a Operação Urbana Anhangabaú e a Lei Mendonça de Incentivos Culturais³²¹.

Outro fator que não deve ser menosprezado é, como vimos, a constatação do crescente abandono, nas duas décadas anteriores, do centro, principalmente do Centro Velho, por empresas que buscavam novos centros, como a av. Faria Lima (a av. Paulista já então não era um destino atraente). Além da fuga de empresas, havia a virtual ausência de investimentos do poder público, o que tornara o centro decadente e degradado. Essa mesma percepção estava na origem da Operação Urbana Anhangabaú, que, se havia se equivocado ao ver uma demanda reprimida por investimentos na área acertara ao perceber a estagnação da região.

Era necessário, então, dar um novo “valor” ao centro da cidade, valor este que a região havia tido mas perdera havia algum tempo. Era necessário “revalorizar” a área, e a AVC se propunha a ser um agente de interface com o poder público cobrando medidas e oferecendo proposições com esse objetivo.

Ainda segundo Simões Júnior, em setembro de 1991 ocorreu em São Paulo o “Encontro Internacional de Cidades”, com técnicos representando Nova Iorque, Barcelona, Toronto, Paris e México, apresentando experiências de recuperação de centros urbanos, com ênfase para mecanismos de parceria público/privado. Em outubro surgiu uma “Comissão de recuperação do centro de São Paulo”, vinculada à Associação Comercial.

A partir de então se discutiu uma parceria entre o Sindicato dos Bancários e a CUT para reurbanizar e conservar a Av. São João entre o Boulevard e a Rua de São Bento, muito semelhante ao que a BM&F havia feito na Praça Antônio Prado, e ao que o próprio sindicato estava fazendo no Largo do Café.

No mesmo mês de outubro, a Comissão da Associação Comercial se integrava a um movimento maior que reunia inúmeras entidades, e da qual surgiu a AVC.

Segundo o art. 2º, alínea *a*, do seu Estatuto, são objetivos da associação:

Contribuir para a revalorização histórica, arquitetônica e urbanística; para o desenvolvimento e aprimoramento humano e social; para a animação e efervescência cultural em todos os aspectos, para a pesquisa, o estudo e o desenvolvimento das ciências e da educação entre outras contribuições em benefício da região central da Cidade de São Paulo (“Centro”);³²²

³²¹ SÃO PAULO (cidade). *Lei 10.923*, de 30 de dezembro de 1990. Dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, no âmbito do município de São Paulo.

³²² ASSOCIAÇÃO Viva o Centro. *Estatuto*. Disponível em: www.vivaocentro.org.br/media/327028/estatuto_viva_o_centro.pdf. p. 4. Acesso em: 2 mar. 2015.

Conforme a própria associação, a *Viva o Centro* nasceu

em 1991, como resultado da tomada de consciência das mais significativas entidades e empresas sediadas ou vinculadas ao Centro de São Paulo do seu papel de sujeitos e agentes do desenvolvimento urbano.³²³

Para elaborar os planos de intervenção na área central a serem apresentados à prefeitura a *Viva o Centro* contratou duas consultorias. Uma, de Jorge da Cunha Lima, que havia sido secretário da Cultura do Estado na gestão Franco Montoro (1983-1986), e por sua trajetória política serviria de interface junto ao governo do estado, chefiado a partir de 1995 por Mário Covas (1995-1998, PSDB). A outra consultoria foi contratada junto a Regina M. Prosperi Meyer, professora da FAUUSP.

Era objetivo das consultorias a elaboração de estudos técnicos sobre os problemas do centro, elaborar diagnóstico e propor medidas para saná-los³²⁴. Segundo Simões Júnior, a associação, através da consultoria, concluiu que parte da desvalorização do Centro estava relacionada a questões ligadas ao trânsito na região, que restringia o acesso dos clientes das empresas que haviam migrado para o novo centro.

Assim, a atuação da *Viva o Centro* em seu primeiro ano baseou-se em elaborar um plano, a ser apresentado ao poder público, em que pleiteava mudanças no trânsito, que se baseava, entre outros pontos, na facilidade de acesso de veículos particulares; na recuperação de edifícios, com restauro de fachadas de edifícios históricos e modernização interna, de acordo com os interesses do mercado imobiliário; segurança dos usuários do centro e diminuição do tráfego de pessoas que passavam pelo centro apenas para baldeação de transporte³²⁵.

Porém, a interface de maior sucesso da AVC junto ao poder público municipal foi o Programa PROCENTRO – Programa de requalificação urbana a funcional do centro de São Paulo -, lançado pela Prefeitura na gestão Paulo Maluf (1993-1996), cujo ponto de partida foram os estudos da *Viva o Centro*.³²⁶

Considerando esse aspecto de uma quase replicação dos projetos da *Viva o Centro*, não vamos nos estender na análise do PROCENTRO, mas é importante frisar, no âmbito da nossa pesquisa, que o programa propôs a expansão da Operação Urbana Anhangabaú para uma área que abrangia desde o Parque D. Pedro até o Largo do Arouche. As áreas

³²³ ASSOCIAÇÃO Viva o Centro. *A Associação Viva o Centro*. Disponível em: www.vivaocentro.org.br/quem-somos/a-associa%C3%A7%C3%A3o-viva-o-centro.aspx. Acesso em: 28 fev. 2015.

³²⁴ FRÚGOLI Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/EDUSP, 2000. p. 72-74.

³²⁵ SIMÕES JÚNIOR., *op. cit.*, p. 58.

³²⁶ *Ibid.*, p. 59.

privilegiadas pelo Programa foram a Praça do Patriarca, Praça Ramos de Azevedo, Largo do Paissandu, Av. São João, Praça Antônio Prado e Largo do Café, regiões estas escolhidas para o projeto de recuperação de fachadas.³²⁷

A Praça do Patriarca, além disso, foi escolhida para futuro projeto de remodelação, que seria modelo de intervenção a ser aplicado e outros locais, sendo que, pela localização junto ao Viaduto do Chá, Vale do Anhangabaú e Galeria Prestes Maia, teria um caráter simbólico para a reorganização de espaços com participação privada.³²⁸

Outra iniciativa que, dentro da proposta de atuação da AVC, deve ser destacada, é a instituição das *Ações locais*, em 1995.³²⁹ As Ações locais são formadas por microrregiões do Centro, como uma praça, uma rua, um trecho de rua, que discute e propõe soluções para sua microrregião. Essas ações, segundo a AVC, ainda fortaleceriam o sentimento de comunidade para a região, formando *zeladorias* para o centro.³³⁰

A AVC constitui-se, nos anos 1990 numa porta-voz de uma reforma da imagem e das supostas potencialidades do Centro da Cidade, que, como vimos, remontam a algumas décadas antes. Acreditamos que as iniciativas em prol de uma “centralidade” das práticas de preservação da cidade de São Paulo, contudo, remetem às discussões acaloradas que foram deflagradas pela proposta de tombamento do Vale do Anhangabaú, e que, nesta dissertação, procuramos analisar à luz da história.

Segundo Frúgoli Jr, na gestão Maluf (1993-1996), houve prioridade de investimentos em obras do sistema viário, sendo que o Centro não foi priorizado de forma alguma³³¹.

De acordo com Regina Meyer, em entrevista a Frúgoli Jr, havia uma ligação grande com questões fechadas com a administração Erundina, mas com a chegada do governo Maluf houve um distanciamento seu, deixando a arquiteta de representar a associação nas reuniões com o governo municipal, ficando “muito arredia”, conforme suas palavras, quando do surgimento do PROCENTRO.³³²

O centro urbano sintetiza, melhor do que qualquer outro local, o retrato social de um país. A sua carga simbólica, nesse sentido, é muito forte.

³²⁷ SIMÕES JÚNIOR, *op. cit.*, p. 60.

³²⁸ *Idem, ibidem.*

³²⁹ De acordo com o sítio da Associação Viva o Centro, há 21 ações locais ativas. AVC. Conheça cada Ação local. Disponível em: www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais/conhe%C3%A7a-cada-a%C3%A7%C3%A3o-local.aspx. Acesso em: 11 ago. 2015

³³⁰ OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. *Do tombamento às reabilitações urbanas: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo* (1970-2007). 2009. 251f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. p. 116.

³³¹ FRÚGOLI Jr., *op. cit.*, p. 80.

³³² *Ibid.*, p. 81.

Para ilustrar esse aspecto, é interessante recordar o comentário feito por um antigo diretor da EMURB, que se referia ao Viaduto do Chá como sendo o local em que essa síntese social ocorria em sua forma mais perfeita. Se ficássemos parados ali, observando aqueles indivíduos que permanentemente cruzam esse viaduto, constataríamos que 95% deles seriam constituídos de indigentes e pessoas de classe média baixa, outros 4,99% formados por indivíduos de classe média e 0,01% de classe alta. Exatamente como é a pirâmide social do Brasil.³³³

Então, a *Viva o Centro* por um lado buscava maiores investimentos no centro por parte da municipalidade, que até a administração Erundina priorizava grandes obras viárias e bairros da elite; e por outro lado ombreava com a av. Paulista (representada pela *Associação Paulista Viva*³³⁴) por questões de disputa de centralidade. Um dos motivos era a realização de eventos de grande impacto, quando uma direcionava o evento para a outra.

À época o centro possuía duas “fachadas”: do ponto de vista da administração municipal, era o “coração” de toda a cidade, lugar por onde toda a cidade passava, e por isso deveria priorizar a atenção e os investimentos. Do ponto de vista da AVC era uma região com enorme potencial, que congregava produtos e serviços consumidos por toda a cidade, mas que historicamente não recebia a devida atenção, em detrimento de novos centros como as avenidas Paulista e Luís Carlos Berrini. Do encontro desses pontos de vista nasceu uma tensão que de certa forma persiste até hoje, clareando cada vez mais a importância que o Centro de São Paulo tem para a cidade.

³³³ SIMÕES JÚNIOR, *op. cit.*, p. 36

³³⁴ Sobre essa associação, ver FRÚGOLI Jr., *op. cit.*, p. 157-171.



Fig. 14. Vale do Anhangabaú em direção ao Norte. 2011.
Visto da Praça da Bandeira. Fonte: SÃO PAULO (cidade). Câmara municipal de São Paulo. Revista do Parlamento. n. 1. Dez. 2011. Disponível em: www2.camara.sp.gov.br/clipping/papel/revista/revista_N1/Revista_do_Parlamento_Numero1_dez11.pdf. Acesso em: 15 set. 2015

CONSIDERAÇÕES FINAIS

OS NOVOS SUJEITOS, AS NOVAS CONCEPÇÕES E AS NOVAS PRÁTICAS DOS ÓRGÃOS OFICIAIS DE PATRIMÔNIO

Este trabalho, embora enfocando o processo de tombamento do Vale do Anhangabaú, no centro da capital paulista, procurou entender os antecedentes da atuação governamental na preservação do patrimônio cultural da cidade e o percurso de suas políticas públicas.

Desde a constituição do Departamento de Cultura, nos anos 1930, passando pela criação do DPH, em 1975, até o surgimento do CONPRESP, dez anos depois, o município procurou valorizar aquilo que em cada época se considerava patrimônio, com estruturas de ação que, como vimos, foram, ora mais próximas da sociedade, ora mais vinculadas ao pensamento “tecnocrático”, demonstrando, de toda forma, uma atuação preservacionista dentro do “possível” em cada período.

Buscamos perscrutar no processo de escrita, como foram mobilizadas as visões de “passado” e sua intersecção com o futuro, no contexto da polêmica com a Operação Urbana Anhangabaú, não sem antes buscar os antecedentes do tombamento em São Paulo, materializados em projetos de lei que buscavam instituir esse instrumento e um Conselho de Patrimônio na capital, tentativas infrutíferas até 1985.

Objetivamos uma leitura da preservação do Anhangabaú como processo, relacionando-a com o tombamento enquanto documento. A partir dessa análise que observou a microescala – a experiência do Anhangabaú - buscamos compreender, também, a macro política municipal, mediante as relações possíveis entre cultura e planejamento e as definição das políticas públicas relacionadas à preservação. Para tanto, foi fundamental considerar a mobilização do DPH e as ações preservacionistas em escala ampliada, existentes desde as primeiras pesquisas desse órgão, cujo principal produto é o IGEPACSP, inspirado, como vimos, na legislação das Z8-200, do planejamento, e no IPAC-BA.

Efetivamente, não podemos deixar de apontar que o início dos tombamentos na esfera municipal, no final da década de 1980, trouxe elementos novos para o cenário preservacionista paulistano. O tombamento por níveis de proteção, trazido da experiência das Z8-200, da área de Planejamento Urbano, era um elemento novo na preservação na área cultural, no qual já estava consagrado o tombamento na íntegra.

Da mesma forma, a busca, no IGEPACSP, por uma metodologia que levasse em conta questões como a vivência da comunidade com o bem e a relação deste com a ambiência, também foi um elemento novo nos estudos de tombamento.

Se o surgimento do CONPRESP, por um lado, fez avançar os esforços e estudos pela proteção do patrimônio em nível municipal, garantindo ao município a possibilidade de levar a cabo medidas legais efetivas que visam à proteção dos bens culturais - muitos dos quais já inventariados pelo município havia dez anos -, por outro lado, ainda que não fosse intenção de nenhum agente público, diminuiu a capacidade operacional do DPH de pesquisar e inventariar, de investigar e de elaborar políticas de preservação mais globais.

Isso ocorreu na medida em que este órgão viu-se na contingência de atender demandas mais pontuais e numerosas - tais como instruir processos de tombamento, com pareceres de abertura, de mérito, de contestação, e de destombamento, além de intervenção em bens tombados, em fluxo contínuo -, assim como responder a outros gêneros de demandas - tais como Ministério Público, pesquisadores e público geral.

Algo que deve ser apontado é que com a introdução do tombamento como a face mais notória da política preservacionista no município de São Paulo vinculou-se, também, a um problema, de certa forma, antigo, no campo do Patrimônio: a existência de tombamentos sobre um mesmo bem, em esferas de poder diferentes. A inexistência de um cadastro único de bens tombados no Brasil gera duas situações: uma, é a desconsideração, por parte dos órgãos de preservação, de inventários e tombamentos em outros órgãos congêneres, em outras esferas de poder. Isto gera, num certo sentido, a emergência de valorações diversas, que poderiam concorrer, dentro da sociedade, à uma apreensão plurissêmica do bem.

Por outro ângulo, contudo, descortina um problema que, para além de gasto duplicado - às vezes triplicado - de investimento do poder público, onera, efetivamente, o proprietário, levando-o a ter que se submeter a avaliações sobre suas demandas, em “guichês preservacionistas” diversos.

Mas há, ainda, mais um impacto nesta ausência de articulação entre os órgãos de preservação nas três esferas do Estado incidentes em São Paulo, ou seja: IPHAN, CONDEPHAAT e CONPRESP. Percebida a existência de atitude de inscrição de um bem, efetuada por uma dessas esferas, tornou-se prática preservacionista, também, replicar os tombamentos realizados pelo órgão federal no órgão estadual e, deste, no município, o tombamento *ex-officio*.

Isso faz com que um bem tombado pelo órgão federal na cidade de São Paulo, por exemplo, seja automaticamente declarado patrimônio estadual e municipal, colocando-o sob o *guarda-chuva* de órgãos que não concorreram para sua *valoração* e seu tombamento. Essa atitude, se inegavelmente concorre para um recrudescimento acerca da manutenção de determinado bem, por outro, onera a própria estrutura técnica que terá de emitir pareceres diversos e garantir a salvaguarda daquele bem. O dado pitoresco fica, inclusive, na percepção,

pela própria sociedade, de que os órgãos preservacionistas chegam a exarar pareceres antagônicos para as mesmas solicitações.

Acreditamos, assim, que o tombamento *ex-officio* é uma figura que, em termos de recepção do patrimônio, pouco contribui. Notamos que o sentido de acolhimento de demandas postas pela sociedade, ainda é complexo e difícil de ser levado a termo pelos órgãos de preservação. cremos, nessa linha, que toda política pública que vise a cultura preservacionista só se justifica pela relação de uma comunidade com o bem, e que não pode se dar automaticamente, ou por chancelas de sobreposição.

Em dezembro de 2013 os órgãos de patrimônio nas três esferas criaram o Escritório Técnico de Gestão Compartilhada que, reunindo técnicos dos três órgãos busca exatamente articular as ações que incidem sobre os mesmos bens, de forma que sejam concomitantes e não concorrentes. Procedimentos simplificados, trâmite agilizado e apenas um despacho para cada imóvel são os benefícios desse órgão, que não fere a independência de cada conselho.

Esta situação nos leva a ponderar sobre outra dimensão do campo preservacionista. Efetivamente, nota-se que não há clareza sobre o instituto do tombamento no Brasil, seja na compreensão de suas significações em sentido jurídico, seja nas dimensões culturais e urbanísticas. No sentido jurídico, por exemplo, ainda há quem veja o tombamento como um instrumento a ser determinado através de lei, ou seja, como produto emanado de uma decisão do Poder Legislativo.

Além disso, o caráter do tombamento ainda é motivo de contenda entre juristas, conforme vimos na discussão sobre servidão ou limitação. Essa celeuma na interpretação da letra jurídica deixa margem ao questionamento acerca de medidas reparadoras, como indenizações e atitudes de contrapartida ao tombamento, já que tal instrumento ainda é entendido, por alguns magistrados, como uma forma de limitação do direito de propriedade, assemelhada à desapropriação.

Em relação à questão cultural, o tombamento abre margem a requisições que não dizem respeito, exatamente, à manutenção de um bem, mas, sim, de dimensões que se prestam, no fundo, à manutenção de valores imobiliários.

Em São Paulo, como pudemos mostrar, alguns tombamentos foram praticados para que fossem evitadas as verticalizações de determinadas regiões da cidade. Esta situação abre um flanco na defesa do tombamento como ponto focal da política preservacionista, uma vez que em áreas em que há demandas sociais para a preservação, mas que são de interesse do setor imobiliário, o tombamento é combatido como algo que impede o “desenvolvimento” econômico da cidade.

Curiosamente, em outras áreas da cidade, os “desenvolvedores imobiliários” recorrem exatamente a este instrumento para garantir um padrão “diferenciado” de cidade, evocando a manutenção de sua ambiência e uma suposta relevância para toda a *urbs*.

Estamos, assim, chamando a atenção para o fato de que o tombamento deveria ser visto como *uma* das práticas cabíveis à preservação, mas não *a única*. Notamos que, em São Paulo, a solicitação de tombamento de bairros ou áreas urbanas deu-se em detrimento de medidas urbanísticas já conhecidas no campo do Planejamento. Desta forma, seja no Plano Diretor, seja na elaboração e revisões das Leis de Zoneamento (atos em cuja definição há grande pressão de interessados em “desenvolver” as áreas, seja erguendo torres residenciais, seja construindo novos shoppings), a prática de gestão da qualidade ambiental da cidade é posta à prova.

Dois casos são emblemáticos nesse sentido, na capital. Um deles é o da Vila Madalena, conhecido pela sua agitada vida noturna. Porém, segundo moradores, o trânsito de público consumidor desta vida noturna, e a eclosão de prédios comerciais e residenciais de alto padrão, nos últimos anos, estariam descaracterizando a “vida pacata e popular do bairro”, o que ensejou pedido de tombamento, em 2012, através da campanha “Movimento pela Vila – Antes que a casa caia”.³³⁵

Outro caso a ser apontado é o dos moradores do bairro de Pinheiros, que, também em 2012, na ânsia por manutenção do comércio local, de cinturões de vilas de casas e de algumas áreas verdes, deflagraram uma campanha contra os grandes empreendimentos imobiliários que começaram a se implantar na região, e que estariam prestes a acabar com a permeabilidade do solo, característica desse bairro devido ao pouco adensamento.³³⁶

Além desses bairros houve iniciativa de tombar, em 2011, uma importante via na zona Oeste da capital, a Avenida Sumaré, pois moradores de bairros por ela cortados, Perdizes e Sumaré, além da Barra Funda, estariam temerosos de que futuros projetos viários extinguissem seu canteiro central utilizado para lazer.

Conforme o urbanista Renato Cymbalista, docente da FAUUSP, haveria esse risco, tal como ocorrera nas avenidas 9 de Julho e Rebouças, onde houve redução dos canteiros. Porém, Cymbalista considerou que “o tombamento tem sido muito usado entre moradores com medo

³³⁵ MORADORES querem tombar Vila Madalena. História Viva. Disponível em: www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/moradores_querem_tombar_vila_madalena.html. Acesso em: 21 set. 2015. Não entraremos em detalhes sobre esses tombamentos, pois nosso objetivo aqui é demonstrar o recurso ao instrumento “tombamento” pelas comunidades como alternativa à alteração na legislação urbanística.

³³⁶ MORADORES organizam manifestação contra a verticalização de Pinheiros. Disponível em: vilamundo.org.br/2012/03/moradores-organizam-manifestacao-contra-a-verticalizacao-de-pinheiros/. Acesso em: 15 out. 2015.

de ter sua qualidade de vida atingida'. A pergunta lançada pelo professor, comentando foi: 'seria esta a melhor ferramenta?'³³⁷.

As demandas das comunidades que visam evitar a verticalização não são baseadas apenas na manutenção de um estilo de vida. Visam, também, considerar os graves impactos que investimentos de grande porte trazem às regiões, como adensamento populacional e demanda de redes de transporte, saneamento e circulação que foram planejadas para uma circulação muito menor, e que, muitas vezes, não são capazes de absorver com segurança o aumento do número de usuários.

Mas tal não é o sentido do tombamento. Buscando preservar histórias e memórias dos diversos grupos sociais que interagem na cidade e a constroem, o tombamento não deve ser recurso utilizado como “plano B”, ou como uma “válvula de escape” à qual se recorre quando o caminho natural está bloqueado.

Se, por outro lado, ainda que essa utilização do instrumento do tombamento seja questionável, o recurso das populações a esta ferramenta preservacionista revela a emergência de novos sujeitos nas últimas décadas. Cada vez mais os cidadãos se veem como sujeitos do processo de patrimonialização e querem se envolver com as decisões pró-preservação.

Mas há também o fenômeno reverso, a busca da preservação pelos motivos culturais, mas no fórum equivocado, através de projetos de lei apresentados na câmara municipal.

Em 2014 (sem prejuízo de iniciativas semelhantes em outros anos), foram apresentados três projetos visando a preservação pelo poder legislativo, sendo dois tombamentos e um registro.

O vereador Coronel Telhada (PSDB) apresentou, sendo posteriormente apoiado pela bancada do partido, composta ainda pelos vereadores Andrea Matarazzo, Claudinho de Souza, Coronel Telhada, Eduardo Tuma, Gilson Barreto, Mário Covas Neto e Patrícia Bezerra, em 20 de janeiro de 2014, o PL 02/2014³³⁸, que declara o Centro Comercial Grandes Galerias (Galeria do Rock) como patrimônio cultural material e imaterial do município.

As razões alegadas foram a importância que a edificação possui para a cidade, comercial e culturalmente, com grande número de lojas e de frequentadores, além de aspectos arquitetônicos, como o formato ondulado, que teria sido inspirado no Edifício Copan. Segundo a justificativa ao projeto de lei, “O prédio do Centro Comercial Grandes Galerias foi

³³⁷ CORREA, Vanessa. Moradores pedem estudo para congelar av. Sumaré. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 jul. 2011. p. C7.

³³⁸ SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Projeto de lei 002*, de 20 de janeiro de 2014. Declara o Centro Comercial Grandes Galerias, conhecido como Galeria do Rock, como patrimônio cultural imaterial e material do município de São Paulo. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0002-2014.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.

projetado em 1957 pelo arquiteto Alfredo Mathias. A construção foi iniciada entre os anos de 1959 e 1960, tendo sido entregue em 1963.”

Em 7 de maio de 2014 a Constituição de Justiça e Legislação participativa exarou parecer pela legalidade da iniciativa. Assinaram o parecer os vereadores Goulart (PSD), Presidente, Arselino Tatto (PT), Floriano Pesaro (PSDB), George Hato (PMDB), Juliana Cardoso (PT), Sandra Tadeu (DEM).

Em 22 de outubro de 2014 foi a vez da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente posicionar-se favoravelmente à iniciativa, através do parecer 1387/2014. Assinaram o parecer os vereadores Paulo Frange (PTB), Presidente, Dalton Silvano (PV), Relator, José Police Neto (PSD), Nelo Rodolfo (PMDB), Toninho Paiva (Partido da República).

Em 11 de março de 2015 a Comissão de Educação, Cultura e Esportes, através do parecer 232/2015, posicionou-se favoravelmente ao projeto. O parecer foi assinado pelos vereadores Reis (PT), Presidente, Eliseu Gabriel (PSB), relator, Claudinho de Souza (PSDB), Coronel Telhada (PSDB), Marquito (PTB), Marta Costa (PSD), e Toninho Vespoli (PSOL).

Através do parecer 1122/2015, a Comissão de Finanças e Orçamento posicionou-se, em 24 de junho de 2015, favoravelmente ao projeto, tendo assinado o parecer os vereadores José Police Neto (PSD), Presidente, Aurélio Nomura (PSDB), Relator, Abou Anni (PV), Jair Tatto (PT), Ota (PROS), Ricardo Nunes (PMDB). A última movimentação deste processo é o Recurso 64/2015, de 20 de outubro, de vários autores, para que seja submetido a apreciação em plenário.

Em 30 de janeiro de 2014 o vereador Eduardo Tuma (PSDB) apresentou o projeto de lei 04/2014, que "Dispõe sobre o tombamento, pela PMSP, do Bairro Vila Santa Isabel, localizado na Zona Leste de São Paulo, a partir da Avenida Guilherme Giorgi, iniciando do cruzamento com a Rua Xiririca até a Alameda Rainha Santa, da Alameda Rainha Santa até o cruzamento com a Rua Lutécia, da Rua Lutécia até a Rua Oswaldo Arouca, da Rua Oswaldo Arouca até a Rua Taubaté, da Rua Taubaté até a Rua Xiririca, da rua Xiririca até o cruzamento com a Avenida Guilherme Giorgi"³³⁹.

³³⁹ SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Projeto de lei 004*, de 04 de fevereiro de 2014. "Dispõe sobre o tombamento, pela PMSP, do Bairro Vila Santa Isabel, localizado na Zona Leste de São Paulo, a partir da Avenida Guilherme Giorgi, iniciando do cruzamento com a Rua Xiririca até a Alameda Rainha Santa, da Alameda Rainha Santa até o cruzamento com a Rua Lutécia, da Rua Lutécia até a Rua Oswaldo Arouca, da Rua Oswaldo Arouca até a Rua Taubaté, da Rua Taubaté até a Rua Xiririca, da rua Xiririca até o cruzamento com a Avenida Guilherme Giorgi". Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0004-2014.pdf. Acesso em: 12 set 2015.

A principal justificativa para a iniciativa, segundo o próprio PL é que

“[...]interesses alheios à vontade de seus moradores e das pessoas que tiveram suas vidas relacionadas à Vila Santa Isabel estão apagando-a do mapa da cidade de São Paulo, ignorando sua história, seus fundadores e seus habitantes.

Entre diversas consequências, com essa arbitrariedade', o bairro:

- Está deixando de ser chamada com o nome com o qual construiu a sua história e com o qual está presente no coração dos paulistanos;*
- Perdeu o CEP e qualquer referência junto aos Correios;*
- Não pode Indicar representantes para o Conselho Participativo Municipal, importantes para as melhorias de infraestrutura e para a solução dos problemas do bairro;*
- Deixou de batizar com o seu nome uma estação de metrô que será construída ao lado e da qual seria a principal referencia, uma obra com grande potencial de alavancar o turismo no bairro;*
- Praças e outros logradouros estão sendo batizados com nome de pessoas que 'nunca tiveram relação com o bairro e sua história;*
- Não consta mais nos mapas on-line, como Google Maps ou Gula Mais, bem como não está constando mais nos mapas impressos;*
- Está deixando de sediar um conceituado Concurso Interescolar de Bandas e Fanfarras, evento este que trazia projeção ao bairro e fomentava o comércio local;*
- Está crescendo o risco de tornar-se apenas uma memória, um bairro imaginário, que nunca existiu realmente;”*

Foram designadas para este projeto as comissões de Constituição e Justiça; Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente; Educação, Cultura e Esportes; e Finanças e Orçamento. Não há, ainda, parecer disponível ou outras movimentações.

O Projeto de lei 123/2014, de autoria de Ricardo Nunes (PMDB), Nelo Rodolfo (PMDB), Calvo (PMDB), George Hato (PMDB), Aurélio Nomura (PSDB) e Eduardo Tuma (PSDB), “Dispõe sobre o tombamento da Praça Memorial 17 de Julho, e dá outras providências”³⁴⁰.

O objetivo do projeto é “proteger a memória das vítimas do desastre aéreo do Voo JJ 3054, que ocorreu em 17 de julho de 2007, e transformar o local em uma área de reflexão sobre a importância da fiscalização e cumprimento das normas de segurança na aviação civil brasileira.”³⁴¹

³⁴⁰ SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Projeto de lei 123*, de 26 de março de 2014. Dispõe sobre o tombamento da Praça Memorial 17 de Julho, e da outras providências. p. 1. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/fiah/fulltext/projeto/PL0123-2014.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.

³⁴¹ *Idem ibidem.*

Foram designadas para esse projeto as comissões de Constituição e Justiça, Política Urbana, Metropolitana, Meio Ambiente, Administração Pública, Educação, Cultura e Esportes; e Finanças e Orçamento.

Em 2 de julho de 2014 a Constituição, Justiça e Legislação Participativa exarou o parecer 860/2014, manifestando-se pela legalidade da iniciativa. Assinam o parecer os vereadores Goulart (PSD), Presidente, Floriano Pesaro (PSDB), Relator, Arselino Tatto (PT), Conte Lopes (PTB), Eduardo Tuma (PSDB), George Hato (PMDB), Juliana Cardoso (PT), Roberto Tripoli (PV), Sandra Tadeu (DEM).

Embora no mérito essas iniciativas estejam de acordo com a política patrimonial da cidade de São Paulo, estabelecendo relações concretas, afetivas e simbólicas com o cotidiano e com a população, encontram-se prejudicadas pela origem, considerando-se que, sem prejuízo da tradição jurídica brasileira, a legislação paulistana estipula expressamente que a chancela oficial como bem patrimonial da cidade será concedida pelo CONPRESP, após o devido processo administrativo elaborado pelo DPH.

Em apenas um dos três projetos aqui vistos: o 02/2014, que declara o Centro Comercial Grandes Galerias (Galeria do Rock) como patrimônio cultural material e imaterial do município, o DPH foi consultado, esclarecendo que o registro de bem imaterial depende de aprovação pelo CONPRESP e listando os elementos necessários para solicitá-lo.³⁴²

Em comum, as três iniciativas apontam, esgrimindo o texto constitucional e legislação estadual e municipal, que é dever do estado preservar o patrimônio, mas escamoteiam que essa proteção não deve dar-se via legislativa. Além disso, o PL 123/2014, que dispõe sobre o tombamento da Praça Memorial 17 de Julho, fere a autonomia do CONPRESP (órgão pertencente à estrutura administrativa do Poder Executivo, portanto não subordinado à Câmara Municipal) e a independência e harmonia entre os poderes, ao determinar, em seu art. 3º, que o “Conselho Municipal de Prevenção do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo deverá inscrever no Livro de Tombo o referido bem, para os devidos efeitos legais.”

Na instrução dos três projetos consta compilação, pelo Setor de Pesquisa, Assessoria e análise prévia, órgão ligado à Procuradoria da Câmara Municipal, da legislação acerca do patrimônio cultural, da qual consta a legislação que determina a preservação no âmbito do Poder Executivo, o que torna incompreensíveis os pareceres “pela legalidade” exarados pela comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, que deveria, exatamente esta

³⁴² Surpreende a justificativa do próprio projeto, que traz a informação de que o imóvel já estava tombado pelo CONPRESP, com os demais imóveis que compõem o Vale do Anhangabaú, o que permite questionar a razão de solicitar, via legislativa, a preservação material do bem.

comissão, verificar se a propositura não fere a Constituição, a legislação federal, estadual e municipal.

Na cidade de São Paulo, o tombamento, enquanto ferramenta de preservação, foi instituído em meio a uma tradição bastante calcada em instrumentos do planejamento urbano, como a preservação por áreas, que visavam preservar não apenas o imóvel, mas a ambiência urbana e a escala do mesmo, imputando a essa tarefa, ainda, níveis de proteção. Isso se refletiu na experiência do IGEPACSP e nos tombamentos da Bela Vista e do Anhangabaú.

Não se pode deixar de apontar que essa “tradição” ainda enfrenta resistência, pois o tombamento gera polêmica por muitas vezes ser visto como um entrave à modernização, ao desenvolvimento e ao crescimento de uma região, principalmente quando adotado em escala ampliada, sobre bairros ou bairros. Normalmente as palavras “modernização”, “desenvolvimento” e “crescimento” são parte de um discurso produzido pelos potenciais investidores dessas regiões, e cujos “benefícios” nem sempre estão ao alcance das populações locais.

A implementação de uma nova cultura política, como a instituição de audiências públicas em certos processos de tomada de decisão, como Planos Diretores, por exemplo, ainda que tal prática não tenha chegado à preservação paulistana, efetivamente acaba alimentando em um grupo cada vez maior de cidadãos a ideia do cidadão-ator, aquele que participa e, participando, interfere no cenário citadino.

Isso, se, em parte, retira parte do “poder” do técnico - aquele profissional que até décadas atrás exercia um quase “exclusivo papel” sobre os destinos do patrimônio cultural - por outro viés, relativiza a ação dos grupos de pressão mais tradicionais, como os representantes do mercado imobiliário e do discurso do “progresso”. Deve ser lembrada também, aqui, a atuação da AVC, que, embora seja formada por empresas e grandes instituições da área central, não visa atender ao mercado imobiliário, mas, sim, à qualificação urbanística da região, ainda que nem sempre em sintonia com os interesses da população que trabalha, reside ou circula pela área.

Os crescentes casos de tombamentos de bairro e a renovação de formas de preservação em escala ampliada, atualmente através das ZEPECs, são marcos de uma cultura patrimonial que tende a inserir a população nas decisões quanto aos destinos da preservação, enquanto memória, identidade e cultura. Fazem parte dessa nova cultura patrimonialista, ainda, eventos abertos à população, como as Semanas do Patrimônio, realizadas anualmente e que trazem conferências de especialistas das várias áreas do patrimônio a São Paulo.

Enfatiza-se, ainda, a organização da 1ª Jornada do Patrimônio em São Paulo, que será realizada nos dias 12 e 13 de dezembro de 2015, com inspiração nas *Journées du Patrimoine*,

na França, no Dia do Patrimônio Uruguaio e no *Open House* de Nova York, e que permitirá visitas aos imóveis tombados, além de oficinas e palestras, visando a aproximação da população aos bens tombados.

O Vale do Anhangabaú foi tombado em um momento histórico de presença de um partido político que buscava representar a população, seguindo um programa voltado à participação cidadã nas definições das políticas públicas. Era perceptível, naquele momento, que tal gestão preferia a memória coletiva à preservação de edificações canônicas, tomadas isoladamente.

A novidade do advento desse tipo de gestão pública e a própria coexistência dentro do DPH de formas tradicionais de preservação - do excepcional, do edifício “cartão postal” - com a preservação de áreas urbanas e suas multiplicidades formais, imprimiu a esse tombamento um caráter plural, mesclando tradição e renovação. Ainda fazia parte do contexto o fim da reforma da Anhangabaú, a Operação Urbana Anhangabaú, com todos os percalços trazidos pela implementação desse instrumento inédito.

A mudança na prática preservacionista do DPH, que buscava construir um discurso que enfatizava o “coletivo, social, e afetivo” no lugar do “isolado, particular e arquitetônico” dialogava com a abertura do corpo técnico do CONDEPHAAT à atuação de técnicos de outras áreas que não a Arquitetura e Urbanismo, como História e Ciências Sociais³⁴³. Conforme Walter Pires,

O CONDEPHAAT tinha uma equipe muito reduzida, desde sua criação nos anos 1960 e no começo dos anos 1980 houve a montagem de uma equipe de arquitetos, historiadores e outros profissionais contratados através de uma relação com a Fundação Pe. Anchieta e isso teve que ser modificado e em 1981 quem era presidente do CONDEPHAAT era o arquiteto Rui Othake, e [foi] organizado então um concurso com 33 vagas para arquitetos e 11 vagas para historiadores.³⁴⁴

Acima de tudo, o tombamento do Vale do Anhangabaú evidenciou a viabilidade da preservação de centros urbanos, com coexistência de regramentos urbanísticos e culturais e diálogo entre preservação e renovação, relacionando aspectos urbanísticos e culturais e valorizando os aspectos de memória e identidade de um povo, que são sempre plurais.

³⁴³ Compunham o corpo técnico do CONDEPHAAT, à época, entre outros: Celina Kuniyoshi, Hugo Segawa, José Guilherme Magnani, Marcos Carrilho, Maria Cristina Wolff de Carvalho, Maria Lúcia Bressan Pinheiro, Maria Luiza Tucci Carneiro, Maria Uxiliadora De Decca, Marly Rodrigues, Silvia Ferreira Santos Wolff, Victor Hugo Mori, Vitor Campos e Walter Pires.

³⁴⁴ PIRES, Walter. *Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira* em São Paulo, 1º de julho de 2015.

FONTE

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental. *Processo de tombamento 1991-0.005.079-2 (antigo 16-042.110-91*60), referente ao perímetro do vale do Anhangabaú*. São Paulo: CONPRES, 1991.

ENTREVISTAS

BAFFI, Mirthes. Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira em São Paulo, 22 de abril de 2015.

FELDMAN, Sarah. Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira em São Paulo, 10 de julho de 2013.

LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira em São Paulo, 4 de julho de 2013.

PIRES, Walter. Entrevista concedida a Luís Gustavo Pereira Ferreira em São Paulo, 1º de julho de 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABUD, Kátia Maria. *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições: a construção de um símbolo paulista: o bandeirante*. 1985. 342f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ANDRADE, Mário. A Capela de Santo Antônio. In.: *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, nº1, p. 119-126, 1937. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat01_m.pdf. Acesso em 14 mai. 2015.
- ANDRADE, Oswald de. *Canto de regresso à pátria*. Disponível em: www.releituras.com/oandrade_canto.asp. Acesso em 15 dez. 2015.
- ANDRADE, Paula Rodrigues de. *O patrimônio da cidade: arquitetura e ambiente urbano nos inventários de São Paulo da década de 1970*. 2012. 152f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/.../dissertacao_paulaa_revisada.pdf. Acesso em 14 mai. 2015.
- ARANTES, Antônio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ASSOCIAÇÃO Viva o Centro. *A Associação Viva o Centro*. Disponível em: www.vivaocentro.org.br/quem-somos/a-associa%C3%A7%C3%A3o-viva-o-centro.aspx. Acesso em 28 fev. 2015.
- _____. *Conheça cada Ação local*. Disponível em: www.vivaocentro.org.br/programas-e-projetos/programa-a%C3%A7%C3%B5es-locais/conhe%C3%A7a-cada-a%C3%A7%C3%A3o-local.aspx. Acesso em: 11 ago. 2015.
- _____. *Estatuto*. Disponível em: www.vivaocentro.org.br/media/327028/estatuto_viva_o_centro.pdf. p. 4. Acesso em: 2 mar. 2015.
- ATIQUE, Fernando. “Picaretas, Canetadas, Pás de Cal”: a década de 1970 e o ímpeto demolidor em revista. In: “*Arquitetura Evanesciente*”: a destruição de edifícios cariocas em perspectiva histórica. Relatório Final de Auxílio Regular à Pesquisa FAPESP. Processo 2-13/05080-2. Guarulhos: EFLCH-UNIFESP, 2015.
- _____. Congresso pan-americano de arquitetos: ethos continental e herança europeia na formulação do campo do Planejamento (1920-1960). In.: *URBANA*, v. 6, nº 8, jun. 2014 - *Dossiê: Cidade e Habitação na América Latina* - CIEC/UNICAMP. p. 14-32.
- _____. *Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther*. São Carlos: RiMa, 2013.
- _____. “O patrimônio (oficialmente) proibido”: a destruição e a memória do Palácio Monroe (Rio, 1906-1976). In: LEAL, Elisabete e Paiva, Odair da Cruz (orgs.). *Patrimônio e História*. Londrina: UNIFIL, 2014, p. 181-189.

- BAFFI, Mirthes. O IGEPAC-SP e outros inventários da Divisão de Preservação do DPH: um balanço. In.: DPH. *Revista do Arquivo Municipal*. São Paulo: DPH, ano 1, nº1, v. 204, p. 169-191, 2006. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/revista_do_arquivo_204_1253293754.pdf. Acesso em: 14 mai. 2015.
- BAHIA. Secretaria de Cultura. Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia (IPAC). *Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia – IPAC/SIC*. Disponível em: patrimonio.ipac.ba.gov.br/documentacao-e-memoria/ipac-sic/#. Acesso em: 22 set. 2015.
- BARBATO Jr., Roberto. Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais e o Departamento de Cultura de São Paulo. Sociedade Brasileira de Sociologia. Grupo de Pensamento Social Brasileiro. *Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia*. Disponível em: www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=894&Itemid=171. Acesso em: 26 jun. 2015.
- BOLLE, Willi. Texto I. In.: ARANTES, Antonio Augusto (org.) *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense/Governo do Estado/Secretaria de Estado da Cultura/CONDEPHAAT, 1984.
- BRASIL. Lei 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L0378.htm. Acesso em 8 jun. 2013.
- BUENO, Francisco de Assis Vieira. A cidade de São Paulo. Revista do Centro de Ciências, Letras e Artes, Campinas, ano II. In.: BRUNO, Ernani da Silva. *História e tradições da cidade de São Paulo: o burgo dos estudantes*. 4 ed, São Paulo: Hucitec, 1954. v 2.
- CAMARGOS, Marcia. *Os desafios de um palco centenário*. Folha de S.Paulo, 12 set. 2011, p. A3. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1209201108.htm. Acesso em: 14 mai. 2015.
- CAMPANILI, Maura. Tombamento do Centro: Agora só prédios históricos. *Jornal Shopping News*, São Paulo, 5 mai. 1991. p. 10.
- CAMPOS, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2002.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O rosto surrealista de uma metrópole. In.: SESCSP. *A cidade e suas histórias*. São Paulo: SESCSP/Lazuli, 2006.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo/Belo Horizonte: Annablume/IEDS, 2009.
- CASTRO, Sônia Rabello. *O Estado na preservação de bens culturais: o tombamento*. 2 Ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2009. Disponível em: www.soniarabello.com.br/biblioteca/O_Estado_na_Preservacao_de_Bens_Culturais.pdf. Acesso em: 14 mai. 2015.
- CHOAY, Françoise. *O patrimônio em questão*. Antologia para um combate. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011.

- CHUVA, Márcia. A história como instrumento na identificação dos bens culturais. In.: MOTTA, Lia e SILVA, Maria Beatriz Resende. *Inventários de identificação: um panorama da experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.
- CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E AMBIENTAL. CONPRESP. *Ata da 27ª reunião - reunião extraordinária sobre o tombamento do Anhangabaú* – realizada em 29 de abril de 1991. Livro 1, p. 43.
- CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil de 1967, com redação dada pela Emenda Constitucional nº1, de 17 de outubro de 1969. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao67.htm. Acesso em: 5 jul. 2015.
- CORREA, Vanessa. Moradores pedem estudo para congelar av. Sumaré. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 19 jul. 2011. p. C7. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/cotidiano/945615-moradores-pedem-estudo-para-congelar-a-avenida-sumare-em-sp.shtml. Acesso em: 14 mai. 2015.
- CORREIA, Telma de Barros. De vila operária a cidade-companhia: as aglomerações criadas por empresas no vocabulário especializado e vernacular. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. set. 2011. p. 83-98. Disponível em: unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/59. Acesso em: 24 fev. 2015.
- COSTA, Luiz Augusto Maia. *Nem tudo era Europeu: a presença norte-americana no debate da formação do urbanismo paulista (1886-1919)*. Santo André: EdUFABC, 2014.
- CRISPIM, Felipe Bueno. *Entre a Geografia e o patrimônio: estudos das ações de preservação das paisagens paulistas pelo CONDEPHAAT (1969-1989)*. 2014. 153f. Dissertação (Mestrado em História e Historiografia). Departamento de História. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- DALLARI Adilson Abreu. Tombamento. In.: DALLARI, Adilson Abreu e FIGUEIREDO, Lúcia Valle (coord.). *Revista Temas de Direito Urbanístico*, São Paulo, nº 2, pp. 11-16, 1991.
- DE BEM, Sueli. *Conversa de patrimônio em Jundiaí*. 2005. 235f. Tese (Doutorado em Arquitetura). Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- DECLARAÇÃO de Amsterdã. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Amsterda%C3%A7ao%201975.pdf. Acesso em: 25 set. 2015.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins. *Joseph-Antoine Bouvard, os Melhoramentos de São Paulo e a criação da Cia. City: ações interligadas*. 2015. xxv. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de xx, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade São Paulo, São Paulo.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 1991.

- DICIONÁRIO ilustrado TupiGuarani. Disponível em: www.dicionariotupiguarani.com.br/. Acesso em: 27 ago. 2015
- ESPÍRITO SANTO, José Marcelo. Morse, historiador, volta à “Chicago tupiniquim”. *Folha de S.Paulo*, 24 jul. 1988. p. A19.
- FARAH, Ana Paula. *Restauro arquitetônico: a formação do arquiteto-urbanista no Brasil para preservação do patrimônio edificado - o caso das escolas do Estado de São Paulo*. 2012. 242f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Departamento de História da Arquitetura e Estética do Projeto. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-15062012-152121/publico/ana_paula_revisada.pdf. Acesso em: 14 mai. 2015.
- FENELON, Dea Ribeiro. Políticas públicas em centros históricos: a experiência de São Paulo, 1989-1992. In.: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras (org.). *Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: EdUFBA/Faculdade de Arquitetura/Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, 1995.
- _____. Políticas culturais e patrimônio histórico. In.: CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992.
- FERREIRA, Antonio Celso. *A epopeia Bandeirante*. São Paulo: EDUNESP, 2000.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Aurélio: o dicionário da Língua Portuguesa. Coord.: Marina Baird Ferreira, Margarida dos Anjos. Curitiba: Positivo, 2008.
- FIGUEIREDO, Lúcia Valle. *Curso de Direito Administrativo*. 9 Ed. São Paulo: Malheiros, 2008.
- FONTES, Lucia Helena et. al. *Preservação e desenvolvimento: as duas faces de uma moeda urbana*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 21. p. 51-55, 1986.
- FRANCO, Maria Eugênia. “Museu de rua/da rua/na rua. No álbum de arte”. In.: SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Museu Histórico da Imagem Fotográfica da cidade de São Paulo. “Projeto Museu de Rua: percurso Centro Histórico. História do Anhangabaú e do Viaduto do Chá. Memória da Sé.” 1979.
- FRÚGOLI Jr., Heitor. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez/Edusp, 2000.
- GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Preservação e urbanismo: encontros, desencontros e muitos desafios. In.: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 129-144.
- GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1996.
- GUIMARÃES, Bernardo. *Rosaura, a enjeitada*. Rio de Janeiro: Moderna, 1944
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

- HERENÚ, Pablo Emílio Robert. *Sentidos do Anhangabaú*. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.
- HOUAISS, Antônio, e VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JACOBS, Jane. *Death and life of great american cities*. New York: Random House, 1961.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: EdUNICAMP, 1990.
- LE MOS, Carlos Alberto Cerqueira. A lei regulamentadora do patrimônio ambiental urbano. *Folha de S.Paulo*, 2 dez. 1982, p. 3.
- _____. Em defesa da memória urbana de São Paulo. *Folha de S.Paulo*, 23 mar. 1980, p. 47.
- _____. Transcrição de intervenção. *Comunidade em debate: patrimônio ambiental urbano*. EMPLASA. Unidade de ação comunitária. São Paulo, 1979.
- _____. *Viagem pela carne*. São Paulo: Edusp, 2005.
- LOBATO, Monteiro. “O fisco (conto de Natal).” *Negrinha*. São Paulo: Globo, 2008.
- LIMA, Vanessa Alves. *Transformações de um Bairro Paulistano: Santa Ifigênia* (inventário de espaços dos séculos XIX e XXI). Relatório Final de Iniciação Científica. Guarulhos: Universidade Federal de São Paulo, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, 2012.
- MAIA, Francisco Prestes. *Os melhoramentos de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.
- MARCONDES, Maria J. Azevedo. Patrimônio cultural e planejamento: um balanço da trajetória na cidade de São Paulo. In.: *Fórum patrimônio: amb. constr. e patr. sust.* Belo Horizonte, v. 2, n. 1, jan./abr. 2008.
- MARINS, Paulo Cesar Garcez. Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista. In: SETÚBAL, Maria Alice (coord. do projeto). *Terra paulista: trajetórias contemporâneas*. São Paulo: CENPEC/Imprensa Oficial, 2008.
- MARTINS, Ana Luiza. Uma construção permanente. In.: PINSKY, Carla Bassanezi e LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MEIRELES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*, atualizado por Délcio Balestero Aleixo e José Emmanuel Burle Filho. 39 Ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Transcrição de intervenção. *Comunidade em debate: Patrimônio Ambiental Urbano*. EMPLASA. Unidade de ação comunitária. São Paulo, 1979.
- MILET, Vera. *A teimosia das pedras: um estudo sobre a preservação do patrimônio ambiental no Brasil*. Olinda: Prefeitura Municipal de Olinda, 1988.

- MONTANDON, Daniel Todtmann. *Operações urbanas em São Paulo: da negociação financeira ao compartilhamento equitativo de custos e benefícios*. 2009. 145f. (Doutorado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- MORADORES organizam manifestação contra a verticalização de Pinheiros. Disponível em: vilamundo.org.br/2012/03/moradores-organizam-manifestacao-contra-a-verticalizacao-de-pinheiros/. Acesso em: 15 out. 2015.
- MORADORES querem tombar Vila Madalena. *História Viva*. Disponível em: www2.uol.com.br/historiaviva/noticias/moradores_querem_tombar_vila_madalena.html. Acesso em: 21 set. 2015.
- MORAES, Luís Fernando Simões. *Transformações de um Bairro Paulistano: Campos Elíseos* (inventário de espaços dos séculos XIX e XXI). 2012. Iniciação Científica. (Graduando em História). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. 2012.
- O GRANDE desastre. *Veja*, São Paulo, Ed. 721. p. 91-92, 30 jun 1982.
- OLENDER, Marcos. Uma “medicina doce do patrimônio”. O inventário como instrumento de proteção do patrimônio cultural – limites e problematizações. *Arquitextos*, São Paulo, ano 11, n. 124.00, Vitruvius, set. 2010. Disponível em: www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.124/3546. Acesso em: 5 ago. 2015.
- OLIVEIRA, Carolina Fidalgo de. Do tombamento às reabilitações urbanas: um estudo sobre a preservação no Centro Histórico de São Paulo (1970-2007). 2009. 251f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. Disponível em: www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16133/tde-29032010-103710/pt-br.php. Acesso em: 14 mai. 2015.
- OLIVEIRA, Francini V. de. Intelectuais, cultura e política na São Paulo dos anos 30: Mário de Andrade e o Departamento Municipal de Cultura. *Plural, revista de Ciências Sociais*, São Paulo. 12 Ed. 2005. Disponível em: www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/12/artigo_1_Plural_12.pdf. Acesso em: 23 fev. de 2013
- PAIVA, Odair da Cruz. Museus e memória da imigração: embates entre o passado e o presente. In: PAIVA, Odair da Cruz; LEAL, Elisabete. (org.). *Patrimônio e História*. Londrina: UNIFIL, v. 1, p. 157-170, 2014.
- PEREIRA, Pablo. ‘MAQUIAGEM’ do Bexiga sai do papel e empresários condenam tombamento”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 6 dez. 1991, p. 4-1.
- PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís na administração de São Paulo (1914-1919)*. São Paulo: EDUNESP, 2010.
- PREFEITURA de São Paulo quer tombar área central. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 16 abr. 1991. p. 14.
- PRESERVAÇÃO do centro divide prefeitura. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1991.
- REIS, Nestor Goulart. Patrimônio cultural e problemas urbanos. In.: GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; CORRÊA, Elyane Lins. *Reconceituações contemporâneas do patrimônio*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 117-128.

- RIBEIRO, Fernanda. *Como seria a estrutura primitiva do Arquivo da Casa da Coroa (Torre do Tombo)?* Departamento de Ciências e Técnicas do Patrimônio, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1240.pdf, p. 1. Acesso em: 10 set. 2015.
- RICCA Junior, Jorge. *Anhangabaú: construção e memória*. 2003. 312fls. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- RIEGL, Aloïs. *O culto moderno dos monumentos*. Lisboa: Edições 70, 2013.
- RODRIGUES, Jaime. Do museu inexistente. In: PAIVA Odair da Cruz e LEAL, Elizabete. (orgs.). *Patrimônio e História*. Londrina: UNIFIL, 2014, v. 1.
- RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio? *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 24, p. 195-201, 1996. Disponível em: portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat24.pdf. Acesso em: 28 jul. 2015.
- _____. *Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969–1987*. 1994. 182f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: www.mem.com.br/Imagens_do_passado.pdf. Acesso em: 28 jul. 2015.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. 1992. 209f. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000049183. Acesso em: 15 jul. 2015.
- SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Lei 8.328*, de 2 de dezembro de 1975. Dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do Município, nas zonas de uso especiais Z8, cria novas zonas de uso, amplia zonas existentes, e dá outras providências.. Disponível em: <http://documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L8328.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2014
- SÃO PAULO (cidade). Câmara Municipal. *Lei 10.032*, de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação de um conselho municipal de preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade de São Paulo. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L10032.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Lei 10.923*, de 30 de dezembro de 1990. Dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais, no âmbito do município de São Paulo. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L10923.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Lei 11.090*, de 16 de setembro de 1991. Estabelece programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú; cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L11090.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Lei 12.349*, de 6 de junho de 1997. Estabelece programa de melhorias para a área central da cidade, cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L12349.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.

- _____. *Lei 15.608*, de 28 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação do Arquivo Histórico de São Paulo, na Secretaria Municipal de Cultura, e de seu respectivo quadro de cargos de provimento em comissão; cria, no Departamento do Patrimônio Histórico, os cargos em comissão que especifica.. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/leis/L15608.pdf. Acesso em: 9 out. 2015.
- _____. *Projeto de lei 002*, de 20 de janeiro de 2014. Declara o Centro Comercial Grandes Galerias, conhecido como Galeria do Rock, como patrimônio cultural imaterial e material do município de São Paulo. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0002-2014.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Projeto de lei 004*, de 04 de fevereiro de 2014. Dispõe sobre o tombamento, pela PMSP, do Bairro Vila Santa Isabel, localizado na Zona Leste de São Paulo, a partir da Avenida Guilherme Giorgi, iniciando do cruzamento com a Rua Xiririca até a Alameda Rainha Santa, da Alameda Rainha Santa até o cruzamento com a Rua Lutécia, da Rua Lutécia até a Rua Osvaldo Arouca, da Rua Osvaldo Arouca até a Rua Taubaté, da Rua Taubaté até a Rua Xiririca, da rua Xiririca até o cruzamento com a Avenida Guilherme Giorgi. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0004-2014.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Projeto de lei 033*, de 23 de fevereiro de 1984. Dispõe sobre a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano do Município de São Paulo, estabelecendo procedimentos de listagem de imóveis, direitos de uso e ocupação do solo, no que respeita a esses bens, incentivos à sua preservação e respectivas sanções. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0033-1984.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Projeto de lei 035*, de 19 de fevereiro de 1992. Denomina de Boulevard Jânio Quadros, ao atual Parque Anhangabaú. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0035-1992.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Projeto de lei 123*, de 26 de março de 2014. Dispõe sobre o tombamento da Praça Memorial 17 de Julho, e da outras providências. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0123-2014.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Projeto de lei 226*, de 1º de agosto de 1990. Estabelece programa de melhorias para a área de influência imediata do Vale do Anhangabaú; cria incentivos e formas para sua implantação, e dá outras providências. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0226-1990.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Projeto de lei 239*, de 22 de outubro de 1985. Dispõe sobre o tombamento de bens pelo município, e dá outras providências. Disponível em: documentacao.camara.sp.gov.br/iah/fulltext/projeto/PL0239-1985.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. *Projeto de lei 354*, de 26 de agosto de 1964. Denomina Vale do Rosário o atual Parque Anhangabaú, entre a Praça da Bandeira e a av. São João, na Sé, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1964/00/00/08/6K/0000086KR.PDF>. Acesso em: 12 set. 2015. SÃO PAULO (cidade). Prefeitura Municipal. A cidade. Organogramas. Os prefeitos de São Paulo. Disponível em: www1.prefeitura.sp.gov.br/portal/a_cidade/organogramas/index.php?p=574. Acesso em: 9 nov. 2015.

- _____. Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010. Dispõe sobre a reorganização do Departamento do Patrimônio Histórico - DPH, da Secretaria Municipal de Cultura, cria, em caráter experimental, o Centro de Memória do Circo, altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica e introduz alterações nos Decretos nº 41.853, de 1º de abril de 2002, e nº 48.166, de 2 de março de 2007. Disponível em: www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=12052010D%20514780000. Acesso em: 16 out. 2015.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental. Resolução 16/2004, de 26 de outubro de 2004. Complementa a Resolução nº 37/CONPRESP/92 de 09/12/92 referente ao Tombamento do Vale do Anhangabaú, São Paulo: CONPRESP, 2004. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/f8bff_16_Complementa_Res_37_92.pdf. Acesso em: 9 out. 2015
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Divisão de Preservação – Seções Técnicas. São Paulo: DPH, s/d. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_memoria/index.php?p=335. Acesso em: 16 out. 2015.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico. nº3, 1990.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico, nº4, s/d.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Boletim do Departamento do Patrimônio Histórico, nº5, s/d.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *DPH, memória, preservação e tombamento: contribuições para uma política urbana*. São Paulo: DPH, [1991?].
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *Divisão de Preservação – Seções Técnicas*. São Paulo: DPH, s/d. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/patrimonio_historico/ladeira_memoria/index.php?p=335. Acesso em: 16 out. 2015.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. Divisão de Preservação, Seção técnica de levantamento e pesquisa. *Pasta P21/G2/A2/A21 – Vale do Anhangabaú*. São Paulo: DPH, s/d.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. DIÊGOLI, Leila Regina (coord.) *et. ali. Inventário Geral do Patrimônio Ambiental, Cultural e Urbano de São Paulo: metodologia*. São Paulo: DPH, 1986.
- _____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. *Tabelas*. São Paulo: SMDU, s/d. Disponível em: smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/tabelas/pop_brasil.php. Acesso em: 13 ago 2015.

- _____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. São Paulo Urbanismo. *Operações urbanas*. São Paulo: SMDU, s/d. Disponível em: www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/operacoes_urbanas/index.php?p=19525. Acesso em: 12 set. 2015.
- _____. Secretaria Municipal de Cultura. *Museu da Cidade*. Casa Modernista. Disponível em: www.museudacidade.sp.gov.br/casamodernista.php. Acesso em: 05 ago. 2015.
- _____. Secretaria Municipal do Planejamento. Empresa Municipal de Urbanização. *Operação Anhangabaú: apresentação e projeto de lei – Anexo I*. São Paulo: EMURB, 1990.
- _____. Secretaria Municipal do Planejamento. Empresa Municipal de Urbanização. *Operação Anhangabaú*. EMURB, 1989.
- SEGAWA, Hugo. *Prelúdio da metrópole: arquitetura e urbanismo em São Paulo na passagem do século XIX ao XX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole*. São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.
- SILVA, Janice Theodoro da. São Paulo: quatro séculos de história. *Cadernos de História de São Paulo*, São Paulo, v.3 – v.4, p. 43-56, out/nov. 1994 – ago/out. 1995.
- SILVA, José Afonso da. *Direito urbanístico brasileiro*. São Paulo: Revista dos tribunais, 1981.
- _____. *Ordenação constitucional da cultura*. São Paulo: Malheiros, 2001.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo. *Anhangabaú: história e urbanismo*. São Paulo: Senac, 2004.
- _____. Revitalização de centros urbanos. *Revista Pólis*, São Paulo, nº19, p. 56-57, 1994.
- SIMÕES JÚNIOR, José Geraldo; CAMPOS, Candido Malta. *Palacete Santa Helena: um pioneiro da modernidade em São Paulo*. São Paulo: SENAC, 2006.
- TELES, Silva. Pronunciamento e Indicação nº 147/1906, na Câmara Municipal, cf. ACMSP, 15 set.1906. p. 127-128. In.: RICCI, Cláudia Sapag. *Adequação da ordem: o Escritório Técnico Ramos de Azevedo e o processo de modernização da cidade de São Paulo*. São Paulo, mimeo., s/d.
- TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio, *Proteção ao patrimônio cultural brasileiro: análise da articulação entre Tombamento e Registro*. Dissertação (Mestrado em Museologia e patrimônio). 115 fls. 2010. Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Museu de Astronomia e Ciências Afins. Ministério da Ciência e Tecnologia. (MAST/MCT). Rio de Janeiro,
- TOLEDO, Benedito Lima de. *São Paulo, três cidades em um século*. 2 Ed. São Paulo: CosacNaify/Duas Cidades, 2004.
- _____. Tombamento do Anhangabaú. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 21 mai. 1991. p. 2.

- ‘TOMBAMENTO’ em área do centro revela divisão na prefeitura de SP. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 17 abr. 1991. p. 4-4.
- TURNER, John. *Housing by people: towards autonomy in building environments*. London and New York: Marion Boyars, 1976.
- VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

ANEXO I – LISTA DE PREFEITOS E PREFEITAS DE SÃO PAULO

PREFEITO		MANDATO	
01	Antonio da Silva Prado	07/01/1899	15/01/1911
02	Raymundo da Silva Duprat	16/01/1911	14/01/1914
03	Washington Luís Pereira de Souza	15/01/1914	15/08/1919
04	Álvaro Gomes da Rocha Azevedo	16/08/1919	15/01/1920
05	Firmiano Moraes Pinto	16/01/1920	15/01/1926
06	José Pires do Rio	16/01/1926	23/10/1930
07	Joaquim José Cardoso de Mello Neto	24/10/1930	05/12/1930
08	Luiz de Anhaia Mello	06/12/1930	25/07/1931
09	Francisco Machado de Campos	26/07/1931	13/11/1931
10	Luiz de Anhaia Mello	14/11/1931	04/12/1931
11	Henrique Jorge Guedes	05/12/1931	23/05/1932
12	Goffredo da Silva Telles	24/05/1932	02/10/1932
13	Arthur Saboya	03/10/1932	28/12/1932
14	Theodoro Augusto Ramos	29/12/1932	01/04/1933
15	Arthur Saboya	02/04/1933	22/05/1933
16	Oswaldo Gomes da Costa	23/05/1933	30/07/1933
17	Carlos dos Santos Gomes	31/07/1933	21/08/1933
18	Antonio Carlos Assumpção	22/08/1933	06/09/1934
19	Fábio da Silva Prado	07/09/1934	31/01/1938
20	Paulo Barbosa de Campos Filho	01/02/1938	15/02/1938
21	Fábio da Silva Prado	16/02/1938	30/04/1938
22	Francisco Prestes Maia	01/05/1938	10/11/1945
23	Abrahão Ribeiro	11/11/1945	14/03/1947
24	Christiano Stockler das Neves	15/03/1947	28/08/1947
25	Paulo Lauro	29/08/1947	25/08/1948
26	Milton Improta	26/08/1948	03/01/1949
27	Asdrúbal Euritysse da Cunha	14/01/1949	27/02/1950
28	Lineu Prestes	28/02/1950	31/01/1951
29	Armando de Arruda Pereira	01/02/1951	07/04/1953
30	Jânio da Silva Quadros	08/04/1953	06/07/1954
31	José Porfírio da Paz	07/07/1954	17/01/1955
32	Jânio da Silva Quadros	18/01/1955	05/02/1955
33	William Salem	06/02/1955	01/05/1955
34	Juvenal Lino de Mattos	02/07/1955	10/04/1956
35	Wladimir de Toledo Piza	11/04/1956	07/04/1957
36	Adhemar Pereira de Barros	08/04/1957	09/01/1958
37	Cantídio Nogueira Sampaio	10/01/1958	06/02/1958

PREFEITO		MANDATO	
38	Adhemar Pereira de Barros	07/02/1958	08/02/1961
39	Manoel de Figueiredo Ferraz	09/02/1961	28/02/1961
40	Adhemar Pereira de Barros	01/03/1961	07/04/1961
41	Francisco Prestes Maia	08/04/1961	07/04/1965
42	José Vicente Faria Lima	08/04/1965	07/04/1969
43	Paulo Salim Maluf	08/04/1969	07/04/1971
44	José Carlos de Figueiredo Ferraz	08/04/1971	21/08/1973
45	João Brasil Vita	22/08/1973	27/08/1973
46	Miguel Colasuono	28/08/1973	16/08/1975
47	Olavo Egídio Setúbal	17/08/1975	11/07/1979
48	Reynaldo de Barros	12/07/1979	14/05/1982
49	Antonio Salim Curiati	15/05/1982	14/03/1983
50	Francisco Altino Lima	15/03/1983	10/05/1983
51	Mário Covas	11/05/1983	31/12/1985
52	Jânio da Silva Quadros	01/01/1986	31/12/1988
53	Luiza Erundina de Souza	01/01/1989	31/12/1992
54	Paulo Salim Maluf	01/01/1993	31/12/1996
55	Celso Pitta	01/01/1997	25/05/2000
56	Régis de Oliveira	26/05/2000	13/06/2000
57	Celso Pitta	14/06/2000	31/12/2000
58	Marta Suplicy	01/01/2001	31/12/2004
59	José Serra	01/01/2005	31/03/2006
60	Gilberto Kassab	31/03/2006	31/12/2012
61	Fernando Haddad	01/01/2013	31/12/2016

